

Epistolário de César de Castro

(II SÉRIE)

(Especial para a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Sul").

Fernando Callage

Entre os escritores que tanto nome e brilho deram às letras do Rio Grande do Sul, se destaca o de César de Castro, que foi na genuína expressão da palavra, um requintado artista da prosa brasileira, um genial estilista — como muito bem escreveu Raul Bopp numa página antiga ao dedicar-lhe um poema.



Retrato de César de Castro tirado no Rio, em 1918 e remetido ao nosso colaborador Fernando Callage.

Tôda a sua obra é uma manifestação viva da sua singular personalidade emotiva, que outra cousa não esteriotipou, senão amar a arte em todo o seu esplendor de beleza. Dessa manifestação são exemplos todos os seus livros de pura estesia que escreveu para os amigos e nunca para o público que desamava. César de Castro tinha

em muita alta conta a sua sensibilidade de artista para ser compreendido pelo público, daí, certamente, a sua idiossincrasia, a sua instintiva repugnância literária pelo escritor popular.

Tão notório era êsse seu modo de ser como artista que nunca expôs, os seus livros, ao mercado. Aliás, limitava a edição dêles a um resumido número de seus amigos diletos e admiradores espalhados por todos os recantos do país. Para estes, sim, era todo solicitude, carinho, amor, dedicação e afeto.

Tive a fortuna, para mim honrosa, de contar entre seus amigos. Como prova dessa amizade que durou anos, até os derradeiros dias de sua existência terrena, foi a sua correspondência epistolar sem solução de continuidade. Como reflexo dessa amizade sincera — tão rara nos dias atuais de um feroz materialismo — dei à estampa, nesta mesma revista, em 1939, a publicação de uma série de cartas íntimas subordinadas ao título de “Epistolário César de Castro”, cartas a mim dirigidas no decurso de vários anos de convivência espiritual.

Quis, assim, dêsse modo, prestar uma homenagem altamente expressiva à memória querida de tão grande amigo e, ao mesmo tempo, dar a conhecer a todos quantos o admiram, o veneram, o estudam, maravilhosas páginas do seu coração e do seu espírito invulgar.

Acontece, porém que, revendo agora novamente papéis velhos do meu arquivo, acabo de encontrar novas cartas e cartões que o escritor ilustre — que vive perenemente em minha saudade — havia, em épocas diversas, escrito à minha humilde pessoa.

Afim de completar, pois, o “Epistolário César de Castro”, que foi recebido com tanto agrado pelos seus amigos e admiradores do Rio Grande do Sul e de vários pontos do país, apresso-me, hoje, a publicar a presente série de cartas — que outro motivo não possui, é certo, senão tributar um novo preito de admiração e de homenagem ao seu grande espírito que é sempre lembrado, com saudade, por todos nós que o amamos.

Entre as cartas e cartões encontrados, foram também dois interessantes cartões-postais contendo, impressos, dois admiráveis poemas em prosa de tão insigne artista. O primeiro, datado de 1912, traz o título — “No museu das esculturas”; o segundo, de 1914, a legenda — “Fescennino”.

Tanto um como outro, excedem as admiráveis qualidades de artista do prosador insigne dos “Frutos do meu pomar”, razão por que achei interessante incluir nesta segunda série do “Epistolário César de Castro”.

Com esta nova publicação de cartas e cartões de César de Castro — dou por encerrado o presente “Epistolário”. Como o fiz na primeira série, não alterei em nada a sua ortografia — pois o escritor de “Péan” era muito cioso de seu modo de escrever, todo pessoal.

Ainda para melhor esclarecimento de algumas de suas cartas, achei, do meu dever, acompanhar de notas explicativas.

Era o que me restava a ponderar ao entregar, ao público, esse segundo e último “Epistolário”.

Fernando Callage

São Paulo, 4/4/941.

NO MUSEO DAS ESCULPTURAS

A Pery Mello

Do bloco rude de marmore, onde não cicatrisaram ainda as erosões da extracção, trasendo nos galbos as sevicias da ruptura à CARREIRA, d’esse bloco aspero e tosco, inviolado, rompia aquelle braço d’um melindre e uma suavidade de linhas estupendos. A musculatura exuberava turgida e doce. Cada menucia do torneado estuava uma scentelha de genio. A mão, em que o pollegar e o medio se acurvavam, erguida, no rasgo d’uma prophesia serenissima, era de um acabado mais terso que o das feituraz divinas retocadas pela Arte. No museo das esculpturas superava-se, pelo orgulho michelangelesco da sua grandesa, aquella obra interrompida e excentrica. Que barioladas expressões suggeria?... A coruscante mudez d’um pensamento aos gritos. N’aquelle braço e semblante prefulgia da mais harmoniosa das almas. E a imaginação de cada um da alma d’aquelle braço plasmava a mais harmoniosa das estatuas. Assim se disia ella toda luz de simplicidades, e assim menos diaphana que um symbolo se obscurecia. Não era isso?... Foi, supponho, a convicção d’um idealista que, a plumbagina, no calcareo lios do plintho, traçou este distico: “A symphonia das palavras que esta mão relata é o gesto d’uma bocca embargada de alma”.

CESAR DE CASTRO.

Porto Alegre, MCMXII.

FESCENNINO

Ephebiana chamaram-te, e eis o teu nome. Tú és a enviada mimosa de Satan, e, no fulgor dos teus olhos implacaveis, bem revelas o estigma das hereditariedades, a tara das seducções que os delirios da chamma te legaram. Fragil pulcherrima esguia merencorea, irmã silente dos phenicopteros lacustres. Os teus contornos de feminil apenas realçam o bastante para te espiritalisares mulher.

Mas o teu ventre é um ultrage ao tenebroso crime das maternidades. Incubam-se n'elle todas as bellas salacidades que, uma vez satisfeitas e fartas, vam de logo te restituir ás infernaes coruscações, e contigo arrebatarão os vassallos da tua insanía.

Os teus seios queimam como dois thuricremos abrasados. E o leite da tua infecundidade nutriria uma semel de viboras ou uma linhagem de escorpiões... Ephebiana, hyperdulia do bello improducen-te, subjuga-me, doce amada. Vem para o orgulho da minha desolação! resgata-me o nojo da vida com os teus labios demoniacos, cujos oscu-los fructificam trahyções, ó carne dos espasmos insalubres, jardim das luxurias convulsivas.

CESAR DE CASTRO.

Porto Alegre — 21/1/913

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo.

Affectuosas saudações.

Desde hontem aqui estou, um pé em terra outro na agoa, no traço de união de duas viagens.

Reitero-te as expressões do meu agradecimento pelas gentilezas de teu fidalgo espirito. Saudades do

(a.) *Cesar de Castro*

— 2 —

Bordo do "Itajubá", costa do Riogrande — 25/2/913

Snr. Fernando Callage

Sur l'eau, — ainda sobre agoa riograndense, — ao nobre e talentoso amigo, n'estas linhas o meu amplexo e a minha saudade.

(a.) *Cesar de Castro*

— 3 —

Rio — IV — MCMXIII

Snr. Fernando Callage

Vam, com estas, alguns jornaes d'estas paragens, onde o meu distincto e talentoso amigo encontrará uma ou outra noticia d'arte e sobejas descomponendas em assumptos estercorarios de politica.

Mandei para o "Diario da Tarde" as primeiras chroniquetas d'uma

série com o título de “Homens, sub-homens e bonecos” (*). Amplexos do

(a.) *Cesar de Castro*

Rio — XV — XII — MCMXIII

— 4 —

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo.

Acabo de receber os jornaes que me remetteo, e onde o seu espirito fulgura em modalidades diversas, mas no fundo reveladoras de um mesmo talento, assistido de nobres indignações e fortes ethusiasmos. Amplexos do

(a.) *Cesar de Castro*

— 5 —

Porto Alegre — II — II — MCMXIV

Snr. Fernando Callage

Ao dilecto amigo envio as minhas saudações, ao chegar aos pagos suavissimos, e antes de explicar-lhe porque não cumpri a intenção esboçada em carta.

(a.) *Cesar de Castro*

— 6 —

Bordo do “Itapuca” — 30/3/914

Porto de Florianopolis

Snr. Fernando Callage

Ao dilecto amigo, — já bastante longe das terras amadas do Riogrande, — envio os meus amplexos e as minhas saudades

(a.) *Cesar de Castro*

— 7 —

Rio — IV — MCMXIV

Snr. Fernando Callage

Presado amigo.

Acompanha esta um exemplar do livro do nosso fulgurante patricio

(*) — Durante algum tempo César manteve nas colunas do “Diário da Tarde”, que aparecia em S. Gabriel, sob a direção do meu irmão Roque, uma série de crônicas literárias e políticas. Essas crônicas durante meses despertaram a curiosidade do público. “Homens, sub-homens e bonecos” se viessem hoje à estampa, em livro, constituiriam um interessante panorama da vida política e social de uma determinada época da nossa história. — C.

Pery Mello, a si offerecido. Aceite um forte amplexo e as saudades do

(a.) *Cesar de Castro*

Rio — X — X — MCMXIV

Snr. Fernando Callage

Recebi, meu charo e inolvidavel amigo, a sua affectuosa carta, que responderei cabalmente amanhã, aproveitando o vapor mais prestes a sahir, não o fasendo hoje por falta de tempo.
Amplexos do

(a.) *Cesar de Castro*

Rio — 12/1/915

Meu charo Fernando Callage

Ha poucos dias citei-lhe *Anathemas*, de Collatino Barroso. Deparo agora com as escurrilidades acima, que lhe envio a mero titulo de curiosidade. G. S. era official de artilharia, si me não engano, e sem duvida a esta hora, si Deos presa a elegancia do estylo e a propriedade dos conceitos, paga o seu feio peccado de offensa ás lettras. (*) Assim digo, porque esse “mestre do mão-diser e do pessimo pensar” já morreo. Alcides Maya, certa feita, chamou-o de “periodiqueiro”. Morrou ahi no Sul, onde escreveu no defuncto *Jornal do Commercio*, mas, felizmente, nasceu no Pará, onde prosperam estadistas mediocres e inescrupulosos. Aceite amplexos do

(a.) *Cesar de Castro*

Addi: Estou de malas promptas. Em qualquer dia destes viajarei. — C.

(*) — César de Castro refere-se, nessa carta, a uma crônica assinada por G. S. e publicada num jornal do Rio. O articulista referido impiedosa e injustamente ataca a obra de Collatino Barroso, escritor da grande admiração e estima do nosso querido amigo. Tenho comigo essa página copiada do próprio punho de César. Trata-se de uma verrina com foros de crítica literária com o único fim de ridicularizar o escritor de “Anátemas”, livro este de estréia. Entretanto, Collatino Barroso não o merecia, visto como o seu trabalho denotava finura de estilo, elegância de forma e uma prosa encantadora e harmoniosa. Como muitos valores que jazem esquecidos, Collatino vive, hoje, infelizmente deslembado do público e dos nossos homens de letra. F. C.

Porto Alegre — 1/2/915

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo.

Da terra natalicia, onde novamente me encontro, envio-lhe um fraternal amplexo.

Do

(a.) *Cesar de Castro*

Uruguayana — 30/5/915

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo

Gloria!

Que é da sua querida pessoa?

Votou-se ao silencio, em retiro no alto da montanha, macerando-se na espiritualidade das meditações?

Votou-se ao silencio inicial do silencio “em que tudo entra e se apaga”, desde o treponema pallido, que nos ataca o sangue, até o kaiser tonante, que ataca Verdun?...

Responda: votou-se ao silencio, trappista da Arte?

Permita que do sopé da sua montanha, a minha voz importuna lhe envie saudades e amplexos.

(a.) *Cesar de Castro*

Tres Lagoas — 9/11/915

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo

Gloria!

Aproveito uma folga na catita localidade mattogrossense, onde me encontro em viagem de instrucção, rumo a Bella Vista, para dizer-lhe, mais uma vez que a sua pessoa não se delio da memoria do meu coração e perguntar-lhe a razão do seu longo silencio.

Este bilhete vae sem duvida levar muito tempo para attingir Santa

Maria. Desejo, no meu regresso ao Rio, em dezembro, saber si o recebo. Amplexos e saudades do

(a.) *Cesar de Castro*

Pedro Juan Caballero — 25/11/915

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo.

Ando a contemplar, por terras distante, um “desfile de visiones”. Motivos para conversas, depois, nas horas de ocio ameno. Amplexos e saudades do

(a.) *Cesar de Castro*

Rio — 7/12/915

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo

Gloria !

Regressei horem da minha viagem a MattoGrosso, e acabo de lêr, com o praser accrescido pela demora, a sua gentilissima epistola. Escrevi-lhe de duas ou tres localidades matto-grossenses. Recebeo? Qualquer dia d'estes: carta. Amplexos do

(a.) *Cesar de Castro*

Rio — 29/5/917

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo

Acabo de receber, e com plenitude de coração lhe agradeço, a homenagem de saudade que rende ao Pery Mello, o nosso valoroso irmão espiritual.

— Escrevi-lhe hontem uma cartinha. Em breves dias lhe remetterei “Mil noites e uma noite”, edição em hespanhol da traducção francesa do Dr. Mardrus, o marido da deliciosa Lucie Delarne, autora de “La figure de prone”. A traducção sobrepassa mesmo a de Galland, que reputam a melhor.

Verte-a do francez o cidadão. Blasco Ibañez, esse talentoso calumniador dos nossos costumes.

Acceite muitas saudades e amplexos do

(a.) *Cesar de Castro*

O dia hoje aqui está chuvoso, ventoso e doloroso: como os hybernaes de ahi. "J'ai le coeur gros de larmes"... Recuerdos de las lejanias... — C.

Porto Alegre — 31/1/918

Snr. Fernando Callage

Meu charo amigo.

Salve!

Houve no meu pobre rosal uma demorada phase de espinhos. E as agoas das minhas fontes se amargaram. Como sempre, busquei no silencio, — no silencio que os tempos vam fazendo menos e menos efficaz, — a consolação necessaria. De mal commigo por amor dos outros, de mal com os outros por amor de mim. Assim parodiando o ultimo diser tristissimo do heróe, melhor me explico. A eterna incomprehensão, e o eterno padecer dos não comprehendidos. Os raros amigos, como V. o é, os sinceros, os leaes, os devotados, não foram porem esquecidos, nem era justo que o fossem, antes mais lembrados. Amplexos e saudades do

(a.) *Cesar de Castro*

A conquista do Acre

(CAPÍTULOS DE MEMÓRIA DE MAIOR TOMO)

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

São capítulos de introdução a um ensaio maior sobre o Acre as páginas que se vão ler. Procuram apenas fixar aspectos da formação do território federal que homens corajosos e concientes do que realizaram, desbravaram e tornaram brasileiro.

Há-de notar-se a falta da parte referente aos aspectos econômicos da Amazônia, de certo fundamentais para uma compreensão mais nítida do drama humano que escrevemos na Amazônia. Não foi possível concluí-lo. Como aquele que orienta sobre os incidentes diplomáticos que precederam as tentativas boliviana e peruana de ocupação legal dos vales alto Purús-Aquiri e alto Juruá.

Ficarão para a obra maior, que escrevemos com José Ferreira, a quem tocou o que diz respeito à fase guerreira da incorporação do Acre ao Brasil.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O tratado de Tordezillas, pondo termo a velhas e irritantes disputas que separavam Portugal e Espanha, marcou-lhes o domínio de águas e terras que viessem a descobrir, entregando-lhes um mundo que teriam de defender da cobiça, da concorrência desenfreada de franceses, flamengos, ingleses, postos à margem na repartição amigável. Pela partilha, uma linha imaginária de norte a sul, de polo a polo, tirada a 360 léguas do arquipélago de Cabo Verde, determinava o campo de ação das duas nações. A linha, como a entendemos hoje, deveria, no Brasil, entrar em Belém e sair em Laguna. Quanto fi-

casasse a leste seria português; a oeste, espanhol. Em consequência, Portugal teria apenas a faixa atlântica, cabendo à Espanha o sertão até o Pacífico.

A Amazônia, como vemos, não há que duvidar, era, na sua extensão quase integral, de Espanha.

Mas não coube ao espanhol a conquista imediata do vale portentoso. Reconhecido em 1540 e 1560, no percurso, de oeste a leste, percurso sensacional de Orellana e Ursúa-Aguirre, ingleses e holandeses é que primeiramente procuraram ocupá-lo na tentativa de exploração de suas riquezas econômicas. A dar-se crédito no lendário do gentio, no relato de viajantes e de cronistas fáceis, às margens do Rio-Rei estaria localizado aquele famoso império de El-Dourado, espécie de monarca encantado, que o europeu caçava cheio de cobiça, varando selvas, desconhecendo perigos, arrostando com a maldição dos homens que escravizava.

Walter Raleigh, em afirmações ousadas, incendiara a imaginação inquieta das gentes do velho mundo. Ingleses e holandeses, desprezando bulas papais, tratados, armados de autorizações de seus governantes, lançavam-se porisso, àquelas emprêsas arriscadas, imaginando riquezas, sedentos de triunfos.

As situações que levantaram, na Amazônia, entre 1613 e 1637, não tiveram vida longa. O português, que em 1580, pela morte de D. Sebastião, passara à soberania de Filipe II de Espanha, por ordem de Madri, veio, em 1616, tomar posição na bacia, vencendo, em cerca de vinte anos, os audaciosos estrangeiros. O fortim do Presépio e Santa Maria de Belém assinalaram-lhe a posse. E da conquista do estuário e proximidades, amparado em ordens régias que não permitiam interpretações cavilosas, passou à incorporação da hinterlândia, expansionando no rumo oeste.

O fortim do Presépio e Santa Maria de Belém assinalavam-lhe o início da posse. Vinte anos decorridos, os limites alcançados descansavam no Tapajós. Abaixo, vigiando o caminho, erguia-se a casa forte do Gurupá. Então, ligado o Atlântico a Quito, no Perú, com a ousadia dramática de Pedro Teixeira, bandeirante, soldado heróico, figura majestosa no cenário amazônico, os sertanistas passaram as fronteiras respeitadas, internando-se pelo Madeira, pelo Urubú, pelo Negro pelo Solimões, pelo Japurá, pelo Iça, avançando com impetuosidade na busca de drogras do sertão e na caça do braço selvagem, necessário aos estabelecimentos agrícolas e aos misteres domésticos dos moradores de Belém e S. Luiz.

Ao lado do sertanista, muitas vezes adiantando-se a êle, missionários, jesuítas, carmelitas, franciscanos, num afã maravilhoso, embrenharam-se pelas selvas, catequizando o nativo, nucleando-o, fundando povoados.

Resultante dessa penetração conjugada, registara-se, antes de findar o século XVII, o choque com os jesuítas das missões espanholas que se espalhavam pelo Solimões e Marañon, entre o Negro e o Napo, missões de Mainas, até onde chegavam as preocupações imperialistas de Portugal.

No madeira, essa irradiação foi encontrar-se com a expansão que vinha por Mato-Grosso e era obra gigantesca do mameluco de São Paulo, empenhado no devassamento do distrito guaporeano em busca dos veios auríferos.

O capitão-mor João de Barros Guerra, por ordem superior, em 1716, adiantara-a, impondo o domínio português com a lição enérgica aos Torás que perturbavam sangrentamente a atividade comercial dos buscadores de Cacau que partiam de São Luiz e de Belém.

Uma expedição militar, enviada em 1722 pelo governador paraense João da Maia da Gama, um dos realizadores da política expansionista de Portugal na Amazônia, enviada sob o comando de Francisco de Melo Palheta, a quem se deveria depois a introdução do café no Brasil, conheceu da posição alcançada por Espanha, que se afirmava através as "reduções" dos jesuítas, entre os Moxos, às proximidades do Guaporé e Mamoré. Já o bandeirante paulista tinha dado o alarme, noticiando dos perigos da tal vizinhança. Perigos iminentes, que poderiam acarretar graves consequências quanto à integridade territorial e econômica. Esta no desvio fácil do ouro que, de Mato-Grosso, poderiam, em contrabando, em fraude, levar ao espanhol; aquela, diante do esforço evidente que os espanhóis faziam para atingir o Madeira.

Comunicadas as sobressaltantes novas ao Govêrno de Lisboa, de lá apressadamente transmitira-se ordem régia fechando a via madeirense. Penas severas, para os que a viessem percorrê-la pondo em relação Moxos, Mato-Grosso e a Amazônia Portuguesa.

Embora, essa legislação não foi observada. O caminho, ideal para aqueles entendimentos, percorreram-no à larga, subindo e descendo, os súbditos de D. João V. Em levadas que vinham ora de Mato-Grosso ora de Belém. José Félix de Lima, João Leme do Prado, João de Souza de Azevedo, êste principalmente, correram-lhe as águas, de 1742 a 1750, provocando, em 1752, com os informes da expedição oficial de Luiz Fagundes Machado, contra razões inequivelmente imperiosas, a revogação dos dispositivos anteriores, que trancavam o tráfico. O conhecimento do Madeira era, não há que duvidar, um fruto da expansão portuguesa. Apesar, recordemos, da cubica espanhola, manifestada com os aldeamentos missionários montados dia à dia no rumo da grande artéria.

No Purús, no Juruá, no Javari, os sertanistas nada realizavam a essa altura. Quais as razões, se nesses cursos era abundante o

braço indígena? Ninguém apurou ainda, seguramente. E' possível que encontremos a causa primordial na agressividade dos Muras, que se espalhavam nesse trecho, em hostilidade permanente ao branco. O certo, porém, é que a área entre a margem direita do Solimões, o Javari e o Madeira, estendendo-se para o sul até o Beni, permanecia, ainda em meados do século XVIII, totalmente ignorado. Era um mundo desconhecido. E nesse mundo desconhecido estavam as terras do Acre de amanhã.

* * *

Do lado espanhol, não se observa o mesmo empenho de posse da Amazônia com o elemento civil. Cortado o vale, em 1540 e 1560, de leste a oeste, até o Atlântico, seriam depois tentados poucos outros avanços sem grande significação.

Em 1561, saído de Assunção, no Paraguai, Nuflo de Chaves, plantara, em terras banhadas pelos galhos do oceano fluvial, no que é hoje o Oriente Boliviano, as primeiras posições espanholas. Outros vieram-lhe na esteira no mesmo rumo. Aproximaram-se do Mamoré, do Guaporé, do Madre de Dios, do Beni. Sabiam deles por informações dos nativos. Buscavam-nos porque lhes falavam de ouro às beiradas deles. Mas, dentro de décadas, às sortidas violentas do nativo, às asperezas da região, às descobertas de minas em outras paragens de mais fácil acesso, provocaram o arrefecimento do entusiasmo por aquelas rotas, abandonadas e por fim esquecidas.

A obra de incorporação de todos os territórios que Tordezillas garantira a Espanha, impossível de realizar apenas com o elemento civil, foi empresa confiada às ordens religiosas, encarregadas de trazer o povoador silvestre ao regaço da civilização.

Os catequistas, mercenários, franciscanos e jesuítas, devidamente instruídos sobre a missão política a que se iam entregar, penetraram a selva, estabelecendo as "reduções," educando o índio, transformando-o em vassalo da nação ibérica que representavam.

Os jesuítas, pelo Napo, desceram para o Marañon, como vimos atrás, e Solimões. Alcançaram o Negro. Samuel Fritz e João Batista Sana dirigiam ali a conquista espiritual. Noutro setor, acercando-se do Guaporé-Mamoré, Beni, estabeleceram as famosas missões de Moxos e Chiquitos.

Os franciscanos, de seu lado, montaram as missões de Apolobamba, entre o Beni e o Ocaiale, quase entestando com os jesuítas de Moxos e Chiquitos ocupando uma região, escreveu Euclides, de onde poderiam projetar-se "sobre as paragens em que se incluiria, mais tarde, o Território do Acre".

Esclarecendo melhor, de acôrdo com a geografia oficial de Espanha na época, tais missões se “hallam situadas en los confines de la Larecaja, por donde se entra a ellas, aunque su primer pueblo distará de ellas mas de 400 leguas; por la parte occidental lindan con el rio Beni cuja opuesta orilla pertence a las misiones de Mojos”.

Pelo que se depreende, deveriam estender-se em área do norte da Bolívia de agora. Convindo saber logo que essas missões, tendo a seu cargo gigantesca área, para campo de ação, não a ocuparam inteiramente, ficando pelas vizinhanças do Ucaiale, rumo de Javari, deixando imerso em verdadeiro mistério o restante que constitue o vasto território em questão.

Tanto as missões do Napo como as de Moxos e Chiquitos e Apolobamba eram parte integrante do Vice-Reinado do Perú, com sede em Lima.

* * *

O encontro dos dois grupos, sangrento no Prata, já com ares desagradáveis na Amazônia, no Solimões, no Madeira-Mamoré-Guaporé, levou Portugal e Espanha a ajuste de fronteira na América. E os lindes de Tordezillas? Êsses não se reconheciam mais. Eram letra morta. Tinham sido violados, violadíssimos, por paulistas, baianos, pernambucanos, maranhenses, paraenses, na irradiação banideirante que Lisboa oficializara criando, nos territórios penetrados e ocupados, novas capitânias, novas comarcas. Irradiação de tal sorte violenta que provocara, em 1638, do assustado presidente da Audiência de Charcas, êsse justo alarme: “puede suceder que ellos se apoderen de las cordilleras del Itatin, y sean señores de todo el corazon del Perú”.

O tratado de 13 de Janeiro de 1750, Tratado de Madri, deslocando, “pela primeira vez das relações civis para as internacionais”, o instituto jurídico do Uti-possidetis, fixou as fronteiras na Amazônia. Valia como “a glorificação da mais extraordinária marcha colonizadora que se conhece, desencadeada para o poente e apisoando os mais rígidos convênios, que se pactuaram entre Tordezillas e Utrecht. Sancionou o triunfo de uma raça sobre outra”. Suas linhas de contérmino eram, todavia, lógicas, fundadas na realidade fisiográfica?

Alexandre de Gusmão, no preâmbulo do tratado, confessou que só tivera para guiar-se dois informes de sertanistas e o mapa da Missão de Moxos que vem publicado na coleção francesa “Lettres Edifiantes”.

Os diplomatas que as arranjaram, dispuseram apenas do levantamento de La Condamine e pouco mais, levantamentos falhíssimos, por onde organizaram outro, o chamado das “Côrtes”, em que risca-

ram as linhas ajustadas. O tratado, no tal trecho ignorado pela ausência total de explorações, tinha sido assentado às cegas. Sem elementos informativos acêrca dêle, os negociadores tinham traçado a esmo uma linha de leste a oeste: a fronteira que partia no setor Sul, da foz do regato que desagúa no Atlântico ao pé dos montes de Castilhos Grande, passava pelo álveo do Guaporé-Mamoré-Madeira, até o trecho equidistante entre a bôca do Mamoré e o Amazonas, em pleno Madeira. Daí a linha leste-oeste até o Javari. A dúvida não era, evidentemente, desarrazoada. Onde ficaria, por exemplo, o médio Madeira? Para conhecê-lo, seria preciso saber as origens verdadeiras do rio. E essas ninguém as verificara ainda, com segurança.

Embora, é conveniente não esquecer, que Portugal reconhecia, nesses limites, à nação rival, o domínio sôbre grande parte daquela zona desconhecida, que assinalamos atrás, entre o Madeira, Javari e o Solimões êste substituído pela paralela leste-oeste.

Era justo?

Comquanto recebido sob reservas, em Lisboa e Madri, o tratado foi mandado executar.

Os sertanistas paraenses deram informações minuciosas que comprometiam as propaladas vantagens do ajuste. João de Souza Azevedo, o grande bandeirante do Madeira, falando no caso, foi impiedoso: “era uma formidável traição.” De Belém o Capitão-General e chefe das demarcações na Amazônia, ouvindo a palavra autorizada dos que tinham realizado a expansão portuguesa, resumia as observações numa condenação formal.

Mesmo com as falhas que lhe encontraram, não se pode esconder que representava um esforço gigantesco de Portugal para manter-se dentro do que abocanhara de Espanha.

Mas o tratado não esteve de pé muito tempo. As comissões que o deveriam executar, e, examinando *in-loco* as dificuldades que porventura surgissem, propor novas linhas, novos contêrminos, luxuosamente constituídas e aparelhadas, não se encontraram no vale amazônico. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, demarcador-chefe português, em vão aguardou, durante anos, a chegada de seu colega espanhol, D. José de Iturriaga, que lhe deveria vir ao encontro descendo pelo Orenoco e Cassiquiari. Nesse ínterim, inteirando-se de como bem cumprir as instruções, as ordens sôbre a fronteira a demarcar, Mendonça Furtado, aos poucos foi organizando um *Sistema de demarcações*, que D. José I conheceu e aprovou.

Substituído em 1758 por D. Rolin de Moura, governador de Mato-Grosso, Mendonça Furtado enviou-o ao novo comissário de limites.

Agitando a linha do Madeira ao Javari, recomendava: — “Essa demarcação se não deve fazer conforme ao Mapa porque no Javari

vimos a perder um grande pedaço contra o sul e exatamente se deve observar o artigo 8 lançando-se uma linha paralela ao Madeira...”

Era, ainda uma vez, e pela voz autorizada de seu delegado nas demarcações, o reconhecimento de Portugal de direitos de Espanha sobre a zona misteriosa, a zona aonde não tinham chegado ainda nem portugueses nem espanhóis.

Por isso mesmo, fracassada a demarcação, seria de boa política para ambas as nações litigantes a exploração daquele pedaço desconhecido, onde se juntavam as reservas ameríndias da Amazônia, fugidas ao preamento violento do sertanista. Nem por isso as autoridades cuidaram da verificação. Continuou, pelos anos adiante, o mesmo mistério a esconder o trecho fabuloso que na geografia oficial de Espanha era assinalada como “*provincias no descubiertas*”, comquanto houvesse ordens de Madri, para a posse do médio Madeira, aliás ainda não assentado, o qual, pelo tratado de 1750, Espanha considerava seu. A irradiação espanhola, dirigindo-se mais visivelmente para o Oriente, procurando o Mamoré e o Madeira, despreocupava-se do Ocidente misterioso.

Portugal criara, logo após o fracasso das demarcações, em 1756, a Capitania de São José do Rio Negro, para melhor garantia de seus direitos territoriais, marcando-lhe limites que, no sul e oeste, seriam os mesmos mandados observar com as colônias espanholas. Quais eram êles? Ninguém os conhecia. No Madeira, os sertanistas luso-brasileiros subiam e desciam; expedições militares e comerciais iam de Belém para Mato-Grosso sem encontrar maiores obstáculos que os criados pelas condições fisiográficas.

Espanha, atendendo a várias razões imperiosas, de sua parte movimentou-se, resguardou-se, confiando o Oriente, com as antigas missões de Moxos, portanto as cercanias do vale do Guaporé, Mamoré e o do Beni, à Audiência de Charcas. Pouco depois, estendeu a jurisdição desta às missões de Apolobamba, com o que incorporava o território que se estende ao Ucaiale, nele entrando o tal trecho misterioso.

Mais por diante, desligava Charcas, com todo aquele mundo, do Vice-Reinado do Perú, para incorporá-lo ao do Prata, criado em 1761. Tomava a medida diante dos avisos, das reclamações partidas de Charcas, contra o avizinhamiento crescente dos bandeirantes que, de um instante para outro, cheios de atrevimento, poderiam apossar-se do Oriente e do Norte.

Tanto do lado português, como do lado espanhol, a êsse tempo tomavam-se providências de caráter político expulsando os jesuítas, sob a acusação de estarem apalavrados, em preparativos, para a fundação de um império teocrático na América de que fôssem expelidos Portugal e Espanha.

A atitude belicosa dos missionários de Moxos, que provocavam e promoviam incidentes na fronteira de Mato-Grosso, a existência de duas pecinhas, usadas para espantar os Muras, encontradas em Trocaço, hoje Borba, no Madeira, tinham valido como provas *robustas, esmagadoras*, da existência da terrível conjura, imaginada, arquitetada maquiavelicamente pelo Marquês de Pombal na campanha contra a Companhia de Jesús.

As duas nações ibéricas, com a medida, simpática aos espíritos inquietos que já vislumbravam a revolução liberal, esclarecedora dos direitos do homem, perdiam, todavia, justamente os únicos elementos facilmente mobilizáveis para a verificação que ninguém se abalçava a realizar. Restavam, é verdade, os franciscanos de Apolobamba. Esses não se mexeram. Não andaram para leste, buscando o Perú, nem tampouco se adiantaram para o norte, tentando alcançar os vales do Juruá, do Javari, do Purús, com que fatalmente teriam de deparar.

Portugal e Espanha então não se resguardavam nos seus direitos, permanecendo numa impassibilidade que já se estava tornando irritante?

Em 1777, a 1.º de Outubro, os dois povos firmaram novo tratado de limites: o de S. Ildefonso. Pouco adiantou ao de Madri, de 1750. Quase que o repetia. Era, porém, um tratado preliminar. Os demarcadores tinham poderes para sugerir modificações, uma vez que não fôsse possível cumprir o ajustado ou houvesse outras razões que as determinassem.

No tratado, repetia-se a linha leste-oeste, do médio Madeira ao Javari, ficando Portugal com as terras situadas ao norte e Espanha com as ao Sul. Como da vez anterior, traçada a linha a esmo, sem fundamento, porque a região permanecia desconhecida. Pela cartografia oficial, feita, nesse trecho, insistimos, sem dados certos, sem base de espécie alguma, a linha deveria sair do Madeira, em reta, e atingir o Javari. O Acre de mais tarde estava claramente incluído no pedaço espanhol. Mas desta vez, as comissões de limites encontraram-se. Era chefe da partida portuguesa o Capitão-General João Pereira Caldas; da espanhola, D. Francisco de Roqueña y Herrera. Desavindo-se, porém, seriamente, provocaram a suspensão das demarcações, que não prosseguiram.

D. Francisco de Roqueña, quanto à linha leste-oeste, propusera uma alteração fundamental. Desprezar-se-iam o ponto médio do Madeira, que ainda não se verificara *in-loco*, e o Javari. A divisa partiria da boca do Beni, alcançando a do Tocantins, na margem esquerda do Solimões. Portugal ganhava o domínio do Madeira. Perdia, porém, largos trechos no Purús e no Juruá, e no Javari, que passava todo à Espanha.

A proposta de Requeña não foi aceita. Os demarcadores portugueses, com aprovação de Lisboa, queriam a linha do Beni ao Javari, e não ao Tocantins. Os incidentes entre espanhóis e portugueses impediram, porém, maiores entendimentos. Requeña retirou-se para Mainas.

Os portugueses, cientes da necessidade de conhecer a região, não perderam mais tempo.

Exploraram cuidadosamente, com técnicos da estatura de Lacerda e Almeida, Silva Pontes, que levantaram mapas, estudaram rigorosamente o regime das águas, observaram as posições astronômicas, determinando, finalmente, o tal médio Madeira na altura de Gi-paraná ou Machado, 8.º 4' de latitude Sul.

Noutros distritos amazônicos, na Capitania de São José do Rio Negro, detiveram-se numa verificação extraordinária dos acidentes fisiográficos, que foram registando em cartografia abundante e preciosa. Assinalaram, conquanto imprecisamente, de acôrdo com as indicações de canoeiros, pescadores e nativos, que os tinham avistado pouco acima da embocadura, o curso do Juruá e do Purús. Subiram o Javari. Realizaram tarefa de abnegados e obra de cientistas.

Anos decorridos, em 1801, ao embate das armas na Ibéria, o tratado de S. Ildefonso era anulado. De quem, em consequência, a região de onde sairia, pelo século XIX, o Território do Acre? Difícil a resposta. Espanha não a conhecia. Sabia dela vagamente, pela famosa linha do Madeira-Javari, que a cortaria de leste-oeste, e pelas ordens para que a Audiência de Charcas se estendesse até o Ucaiale.

Portugal, ao contrário, devassara e ocupara o Madeira, inclusive a margem direita, onde estabelecera, em 1802, o presídio do Crato, margem que pelos tratados de 1750 e 1777 seria espanhola; devassara e povoara o Solimões e o Amazonas, entre o Madeira e o Javari. A partir de 1784-1786, data da pacificação dos Muras que habitavam o Purús, começara a percorrê-lo, na façanha dos buscadores de drogas do sertão e dos pescadores. Não era muito, nesse particular; em todo caso, muito mais que Espanha, cujos missionários e conquistadores só às vésperas da independência de suas colônias, depois de 1808, entraram a efetuar a ocupação do vale do Madre de Dios, e continuar a do Beni, sem que de leve, note-se, se acercassem do Purús e Juruá, enfim do futuro Território do Acre.

Tordezillas não podia mais ser invocado. Os tratados de 1750 e 1777 tinham-no invalidado. Espanha reconhecera, por êles, a ocupação luso-brasileira. Sem estar na posse de Portugal nem de Espanha, na Capitania de São José do Rio Negro ou na Audiência de Charcas, o domínio daquela faixa desconhecida, misteriosa, mais facilmente, mais justamente, mais legalmente poderia ser pleiteado por

Portugal, que dela se aproximava cortando as águas do Purús e Juruá, que já sulcava, e em consequência da “nossa posição dominante na margem direita do Solimões e no curso desses seus afluentes”.

O RECONHECIMENTO CIENTÍFICO

As vésperas da independência das colônias espanholas e portuguesas da América, raiando o século XIX, as águas do Purús e Juruá, começavam a ser cortadas, ao arrepio da corrente. Eram os reconhecimentos iniciais dos vales de onde sairia, quase um século depois, o que é presentemente o Território do Acre.

Pescadores, buscadores de “drogas do sertão”, as espécies vegetais da hinterlândia usadas na farmacopéia doméstica ou produtos de garantida colocação nos cercados, fabricantes de manteiga de tartaruga, intrepidamente, tentados pelo noticiário do nativo, que pintava a região como novo El Dourado, com o que lhes atraía a atenção, atiraram-se pelas duas artérias, em “cobertas”, em simples canoas, verificando, destarte, o mistério que durante dois séculos tinha pairado sobre aquelas imensidades de águas e terras.

Para subir do Purús, partiam do Lugar da Barra e de Manacapurú, — êste, espécie de entreposto comercial, habitado pelos Muras, pacificados ao tempo de João Pereira Caldas, e ainda pesqueiro real famoso.

Para subir o Juruá, partiam de Coarí, de São Paulo de Olivença, de Tefé, principalmente de Tefé.

No Juruá, adiantavam-se até dois meses de viagem, atingindo o Tarauacá, naquele, indo até o Mucum e o Tapauá.

No Purús, às penetrações, os resultados econômicos cresceram de tal sorte que, nos últimos anos da segunda década de XIX, o coronel Manoel Joaquim do Paço, governador da Capitania de São José do Rio Negro, determinava, abusivamente, que a produção dali vinda lhe pertencesse, estabelecendo um monopólio violento que provocou protestos e foi anulado, em 1822, pela Junta Governativa aclamada em Belém.

Com o que êsses pioneiros intrépidos foram observando, naturalmente se alterou o conhecimento rudimentar que se estampava nas crônicas.

Em 1832, Baena, no “*Ensaio Corográfico do Pará*”, por exemplo, já adiantava: “Juruá: rio, que volve de Cusco, dirigindo-se do Sul ao Norte em uma undação dilatada e impetuosa. São pretas as suas águas: he penhascos: tem salparrilha e cacáo: nele ha uns sylvicolas chamados Cauanás que parecem anões, pois são de tão curta estatura que não passam de 5 palmos verticaes: ha também outros sylvicolas denominados Uginas que tem rabo de 3 a 4 palmos:

assim o recontam muitos: o credito porem que aplicar se lhe deve, a discripção do judicioso fique. A posição geographica da fôz deste rio he o paralelo austral 2.º 45' cruzado pelo meridiano 311º 36".

"Purus: rio opulento de cacáo, salsaparrilha, oleo, tartarugas, peixe-boi: as sesões invadem os que intentão colher estas e outras mais producções suas. Elle he de agua branca: as margens em grande parte são campinas, onde se vê muito maiz e mandioca: despenha-se de umas serras ao norte de Cusco, antiga capital dos infelizes Incas: tem 5 boccas a 1.ª que he a principal, dista duas legoas para cima do sitio Guajarátiba, e sua posição geographica he o paralelo austrino 3º 45' cruzado pelo meridiano 316º 30': a 2.ª he conhecida pelo nome de Paratari: a 3.ª chamada Cochiuará he afastada 6 legoas da 1.ª tem pedras, muito pescado e tartarugas: a 4.ª he denominada Coyuana, e dista 6 legoas acima da 3.ª: e a 5.ª appellidada Aruparaná demora na enseada do Camará".

Continuava a penetração ousada de pescadores e buscadores de drogas, batedores heróicos da civilização naquelas paragens. Até então, como se vê, atividade única e exclusiva do particular, que se adiantava à iniciativa do Estado.

Este, pela inquietude reinante na Amazônia, a Cabanagem um incêndio crepitante, não tinha podido lançar vistas sôbre o empreendimento necessário, é verdade, de uma verificação exata da extensão daquelas artérias, realizável por homens de responsabilidade técnica como sucedera, para as outras cordas d'água, no período colonial.

Elysée Reclus, em "*Estados Unidos do Brasil*", escreve que: "Na primeira metade do seculo, um certo João Cameté, e depois em 1852 um Pernambucano chamado Serafim, exploraram o Purús em nome do governo brasileiro, um até 1200, outro até 2150 kilometros da fôz; mas a primeira expedição, verdadeiramente seria, em 1860, foi dirigida pelo mulato Manoel Urbano, e este viajante foi tambem o principal informante de William Chandless que em 1864-1865 explorou o rio e seu affluente Aquiry, determinando-lhe os pontos astronomicos e levantando a charta".

Reclus pretendeu dar, nesta síntese, seguindo os traços de Chandless, as linhas gerais da história do Purús. Pelos documentos que hoje conhecemos, essa história é outra.

Os primeiros reconhecimentos officiaes do Purús não datam da primeira metade do século XIX, mas da segunda. De 1852. Nesse ano, duas expedições avançaram pelo Purús. Ambas ordenadas pelo govêrno provincial. Tenreiro Aranha, primeiro presidente do Amazonas, desejava informes minuciosos no intuito de abrir comunicação, pelo Purús, com o Mato-Grosso e Bolívia, salvando o trecho encachoeirado do Madeira, o que se afirmava ser provável e fácil.

A primeira dessas expedições esteve a cargo de João Rodrigues Cametá, naturalmente indicado pelo conhecimento seguro que adquirira daquela zona, onde era o encarregado dos índios. João Cametá partiu de Manaos em Março, viajou cincoenta e três dias em canoa, alcançando o Sepatiní. De sua copiosa correspondência, que se conserva no Arquivo Público do Estado do Amazonas, temos o roteiro da entrada. Cametá, chegando em 23 de Março a Paricatuba, já no Purús, dali saiu a 1.º de Abril; a 10 estava no povoado indígena de Arimã; a 20, na boca do Paranapixuna; por fim, no Sepatiní, de onde voltou para atingir Paricatuba a 15 de Junho e Manaos em começos de Julho. A 23 de Abril encontrara, vindo do Alto Purús, o prático Manoel Urbano da Encarnação, que já tinha morado no lugar Canotama, e era conhecedor profundo do rio. Cametá, em nome do presidente da Província, intimara-o a acompanhá-lo como guia. Urbano pusera objeções, pedindo, por fim, o prazo de quinze dias, necessários para ir a Canotama e regressar. Cametá negara-lhes e ameaçara Urbano de levá-lo preso. Ajustados, enfim, Urbano conduziu-o daí em diante, parando no Sepatiní porque as águas estavam baixando. O guia, que se fizera cabeça da expedição, ministrara os informes de que precisava sobre o rio, daquele ponto, isto é, do Sepatiní para cima.

Serafim Salgado, pernambucano, preto, já com alguma experiência na região, que visitara dois anos antes, chegando então ao Sepatiní, onde praticara excessos, violências, contra aldeamentos indígenas, chefioa a segunda partida. Deixou Manaos a 10 de Maio, com duas canoas, levando em sua companhia doze soldados convenientemente armados, e doze índios, sob o comando de um cabo.

A 9 de Outubro, atingiu a nova maloca dos índios Cocamas, encontrando dificuldades em prosseguir na viagem “porque o rio era tão estreito e tão obstruído que não dava passagem nem mesmo a pequenas canoas”. Dando por concluída a tarefa, dali regressou chegando a Manaos na noite de 30 de Novembro, sem ter que lamentar um só incidente mas sem ter descoberto a propalada passagem entre o Purús e o alto Madeira.

Até onde chegou? O relatório que apresentou ao presidente da Província, em 20 de Dezembro, é minucioso, claro, assinalando todos os acidentes fisiográficos do rio. Examinando-o detidamente verifica-se que o último rio de que dá notícia é o Canaquirí, que corre no Acre. As malocas dos Cocamas, com os quais entrou em contacto pacífico, estavam situadas acima desse rio, gastando-se dias de viagem para alcançar-se a quarta, onde concluiria a penetração.

Na “*Historia do Amazonas*”, de Serafim Salgado indo além do rio Acre. Alberto Masó, no “*Mappa do Acre*”, assinala a presença de Salgado a 1705 milhas de Manos, em zona hoje peruana.

Pelo roteiro, porém, fica-se na certeza de que Serafim Salgado atravessou terras além da confluência do Aquirí, possivelmente as que constituem hoje o Território do Acre.

Foi, conseqüentemente, pelo caráter oficial de sua missão, o revelador do Acre, no vale do Purús.

As entradas, para maiores detalhes, todavia, continuaram.

Em 1861, Manoel Urbano da Encarnação era o enviado, seguindo em Janeiro com uma turma de auxiliares indígenas. Por onde passou, foi recolhendo os dados que lhe pareceram mais interessante, pesquisando na medida do que lhe permitiam os seus muito parcos conhecimentos, de tudo dando ciência ao presidente da Província, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em cartas que ia enviando do caminho.

Manoel Urbano gastou na subida cento e cinquenta e cinco dias. Na bôca do Aquirí, informado sobre as já famosas comunicações com o Madeira, penetrou-o mais de vinte dias. Voltando ao Purús, passou além da foz do Rixala seis dias. Aproximou-se, na avançada, da povoação boliviana de Saraiaco.

Em Manaos, apresentou relatório, confirmando o epistolário, aquele redigido pelo dr. João Martins da Silva Coutinho. Visitara vinte e seis malocas, calculando a população indígena em 5000 indivíduos.

Manoel Urbano, não há dúvida, através do Aquirí e o Purús, esteve no que é hoje o Território do Acre.

De suas notícias, resultou a quase certeza de ser possível a entrada de embarcações a vapor, pelo que em 1862, por ordem do presidente dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, serviu de práctico ao "Pirajá", a cujo bordo viajavam: o dr. Silva Coutinho, comissionado pelo govêrno e uma das maiores figuras de homem de ciência que estudaram a Amazônia; e o botânico M. Wallis.

À falta de mantimentos, a expedição regressou a Hiutanahã. Wallis, em canoa, prosseguiu, porém, nas perquisas científicas, chegando, em meio a grandes dificuldades ao Pauini, conforme o diário de viagem que divulgou mais tarde.

Silva Coutinho apresentou circunstanciada memória sobre a navegação a vapor, provada perfeitamente exequível.

Anos decorridos, em 1864, Manoel Urbano mais uma vez recebia a missão oficial de subir o Purús. Agora para descobrir, pelo Ituxí, as comunicações com o Madeira. Pelo Mucuí, em dezessete dias, dos quais quinze por água e dois por terra, Urbano estava no salto do Teotônio, no Madeira. Pelo Ituxí, não pôde ter o mesmo êxito, pela exiguidade de mantimentos. Todavia, pelo Mucuí, conseguira alcançar, enfim, tão desejada das autoridades provinciais, teimosas

na descoberta, a passagem de que tanto se falava. E através as águas do Ituxí, Manoel Urbano novamente visitara o que seria o Território do Acre.

Ainda em 1864, enfrentou o Purús a grande expedição científica de William Chandless, delegado da Sociedade de Geografia, de Londres. Manoel Urbano, com sua gente, foi o guia do engenheiro inglês. Regularmente, em embarcações ligeiras, os dois rumaram na direção das nascentes do rio.

A 9 de Janeiro de 1865 encontraram-se na região dos Manadeiros do Purús, depois de mil incidentes interessantes que Chandless descreveu em famosa comunicação à Sociedade de Geografia de Londres.

De volta, penetraram no Aquirí. Ano de 1865. Subiram-no às origens. De ambos levantaram os pontos astronômicos e a carta física.

Os geógrafos bolivianos a êsse tempo davam o Madre de Dios, que é afluente do Beni, como continuação do Purús. Chandless, com a ajuda preciosa de Manoel Urbano, verificara a inverdade dessas assertivas. Era um capítulo novo na geografia física da terra.

Mas o reconhecimento do Purús não parou em Chandless.

Manoel Urbano, em 1872, deu ainda esta vez o seu concurso, buscado, desejado de todos, pelos ensinamentos que presta ao coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, que se estabeleceu no Purús e se fizera um apaixonado de suas riquezas econômicas.

Labre nesse ano, após verificações que realizara sem o calor governamental, publicara um folheto sobre o "*Rio Purús*", onde se encontra curiosa descrição daquele vale. E em 1887, desenganado da colaboração, dos poderes públicos, que tanto pleiteara, para abrir passagem, pelos campos da Labrea, para o Beni, na Bolívia, investiu com um pequeno grupo de agregados, pelo desconhecido. Foi à Bolívia, regressando pelo Madre de Dios e Aquirí. Viajou por terra e água, num feito assinalável, extraordinário.

Em 1873, registava-se a entrada do norte-americano A. de Paiper, que estudava a possibilidade das comunicações com a Bolívia.

Iniciados os trabalhos de demarcação da nossa fronteira com a Bolívia, as comissões das duas nações, chefiadas pelo coronel Tau-maturgo de Azevedo e José Manoel Paulo trabalharam no Purús e no Aquirí, entre 1895 e 1897. Suspensas as atividades, não continuaram depois.

Purús e Acre seriam estudados ainda: em 1897, pelo engenheiro brasileiro Lopo Netto, a serviço do ministério do exterior; em 1905 pela comissão brasileira de limites com o Perú, chefiada, naquele setor, por Euclides da Cunha.

* * *

No Juruá, de lado a atividade dos pescadores e buscadores de drogas, a primeira penetração, em caráter oficial sem imediato objetivo econômico, ocorre em 1852. Levada a efeito pelo prático Romão José de Oliveira, por ordem do presidente Tenreiro Aranha.

Encarregado dos índios do Juruá desde 1848, Romão, em 25 de Junho de 1852, prestara informações sobre a extensão, navegabilidade e população indígena do rio, em dois relatórios ligeiros, endereçados ao presidente Tenreiro Aranha. Informes de pouca monta. Já em 10 de Março de 1851, em rápida exposição ao tenente-coronel Albino dos Santos Pereira, Comandante militar da comarca do Alto Amazonas, dera notícia das tribus da região e possibilidade de aldeá-las. Cumprindo ordens, datadas de 22 de Março, Romão subira o Juruá até o Mineroá.

Seu substituto, João da Cunha Corrêa, nomeado em 1854, pelo presidente João Pedro Dias Vieira, cametaoara, ativo, afeito ao trato com os nativos e à terra virgem, atirou-se às indagações que o governo lhe pedia. Já em 1856, em ofício de 20 de Agosto de 1856, apresentava esclarecimentos minuciosos, capeando uma relação de tribus aldeadas até o lugar Xué no baixo Juruá. E em 1857, aprovada a proposta que fizera para uma excursão rio-acima, partia de Tefé, a 13 de Outubro, com dez guardas nacionais daquele Município, alcançando o Juruá-Mirim. Do Tarauacá, no regresso, passara para o "Envira, de onde varou para o Purús". Chegou a Tefé em 30 de Abril de 1858. João da Cunha Corrêa, no contacto com os indígenas, presenteou-os abundantemente, com "machados, terçados, facas, misangas e fazendas, sem que houvesse encontrado a menor hostilidade, tendo êles, apenas, no estirão dos Nauas se retirado de suas tabas para a margem oposta do rio".

Cunha Corrêa fazia-se pioneiro do Acre no vale do Juruá.

Anos decorridos, em 1866, João da Cunha Corrêa era movimentado para uma nova subida, guiando William Chandless, que concluíra a excursão ao Purús-Acre.

Chandless não se adiantou da foz do Mú. Os Nauas, dominando daí para cima, deram mostras de querer cortar o passo à expedição.

Dela resultou a certeza de navegabilidade do rio, de sua riqueza piscosa, facilidade de comunicação com o Purús pelo Tarauacá-Envira-Jatuarana-Paraná. Chandless escreveu uma memória minuciosa, levantando o mapa da extensão fluvial que visitara.

Foi seguido, tempos adiante: em 1874, por Charles Brown; em 1905, por Augusto Hilliges, que subiu até a boca do Breu e cartografou a região. Nessa mesma época, em missão oficial, Lopes Netto atingiu o Breu; em 1905-1906, a comissão mista brasileiro-peruana, chefiada pelo general Belarmino de Mendonça.

Tôda essa visita científica, êsse reconhecimento equilibrado se fizera em menos de sessenta anos. Constituiu-se uma bibliografia extensa e interessante; a cartografia de hoje ainda se socorre largamente dos trabalhos, no gênero, que Chandless e Hilliges deixaram. Reformara-se um mundo de inverdades. Quase todo o esforço de pesquisa era brasileiro. Realizado ao arrepio da corrente.

O POVOAMENTO DO ACRE

Habitado, em longa extensão, pelos Muras, que barravam o caminho, na era colonial, ao advena civilizado, o Purús permaneceu fechado aos povoadores brancos até o comêço da quinta década de XIX.

E' certo que Euclides da Cunha, à luz das pesquisas que realizou sôbre o assunto, lembra que através a correspondência trocada em tôrno da pacificação dos Muras, em 1784, 1785, 1786, "evidenciam-se antigos e persistentes esforços, para o povoamento daquelas regiões". E' certo também que em 1825 o presidente paraense José Felix Pereira de Burgos tinha criado uma feitoria de peixe e de fabrico de manteigas no Purús, para administrá-la nomeando José da Silva Cunha.

Mas êsse esforço nada produziu de permanente, não restando dele mais que essas suspeitas, preferível à evidência de Euclides, advinha da leitura da referida correspondência e das notícias ligeiríssimas que nos deixaram os cronistas.

Com a instalação da Província do Amazonas, em 1852, seu primeiro presidente, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, todo desvelos pelos serviços públicos, lançou vistas sôbre o Purús. Já não havia lá o Mura de armas na mão, mas quase uma dezena de outras famílias indígenas que era preciso civilizar. João Rodrigues Cametá, encarregado dos índios dali, desde 1849 quando substituíra Antônio Lôbo de Macedo, com o encargo do reconhecimento do rio recebera o de aldear as tribus.

Para comêço dos trabalhos, por ordem do govêrno, Cametá fundou, a 15 de Março, no sítio Particatuba, um pôsto militar, que ficou entregue a um cabo e nove praças. E a seguir, na entrada que realizou, nucleou os Muras, Pamarís, Catanaxís, Mamorí, Catoquinas, Sipó, Caripunas, Juma, Ipurinã e Jamamadí, nos lugares Arimã, Abofari, Paraná-Pixuna, Campinas e Canotama, aproveitando situações já recolhidas e aproveitadas por êles.

O aldeamento era relativamente fácil. Os nativos não recebiam o branco com hostilidade. Havia apenas que vencer-lhes os receios de escravidão, produto de intrigantes, interessados em servir-se livremente do braço do bugre para suas aventuras comerciais rio acima.

Manoel Urbano, substituindo Cametá, continuou a obra iniciada, amparado pela boa acolhida dos nativos, que lhe obedeciam às ordens cegamente.

Principiou, por essa época, a localização dos brancos. Até então, apenas no médio Purús, habitava um preto, de nome Higino. Manoel Urbano, consultado, guiou os povoadores, indicando-lhes local para os estabelecimentos que foram montando. Era, no dizer de Euclides, confirmado pelos que o conheceram e o proclamavam intrépido na faina diária, “o mediador entre as gentes novas que buscavam aquele rio e as tribus bravias, que lhe ocupavam as margens. Esta simples circunstância eleva-o consideravelmente”.

Os povoadores, com tais facilidades, foram chegando aos poucos, quase isoladamente. Logo em meados de 1852, veio Manoel Nicolau de Melo. Político em Pernambuco, sua terra natal, por justas partidárias de lá se havia retirado. Na coberta “Carolina”, chegara a Manaos, procurando após instalar-se no rio Negro. Às indicações de Manoel Urbano, abandonou o projeto primitivo e veio para o Purús, fixando-se no lago do Aiapuá com os agregados que conduziam a respectiva família.

Seguiram outros, cujos nomes não temos à vista.

Por toda parte, havia bandos de índios. Era preciso que a pacificação continuasse. Frei Pedro de Ceriana, que catequizara no Andirá, em 1854, encarregou-se, mais amplamente, das missões puruenses, enquanto elementos civis também eram encarregados do humanitário encargo civilizador.

Avançava, assim, a conquista das margens do rio. Os povoadores encontravam para os seus negócios, seringa, salsa, castanha, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, e outros gêneros, que comerciantes de Manaos, Anamã e Manacapurú iam extrair do Mucum e no Tapauá. Para fiscalizar êsse negócio, o governo montou, então, no Arimã, em Agosto de 1853, um posto militar ⁽¹⁾. Em 1857 o imigrante cearense João Gabriel de Carvalho e Melo, com quarenta famílias do Maranhão e do Ceará, estas tangidas para aquela Província pela seca de 1845, estabeleceu-se perto da foz do Purús, no Itapá, de onde se deslocou, em 1862, para o Berurí, e para o Tauariá, entre o igarapé Mapixí e a ilha do Purupurú-Carneira, onde iniciou o cultivo da salsa.

O valor dos produtos crescia dia a dia pela procura nos centros consumidores. Em 1858, a seringa estava cotada a 25\$000!

(1) Só em Abril de 1854 haviam ali registado o carregamento de três cobertas e uma igarité, que transportavam 500 arrobas de óleos, 300 de salsa e 500 de castanha. O porto estava sob o comando do cabo Vitorino Manoel de Lima, que além de duas praças, recrutou doze rapazes entre quinze e vinte e um anos.

A avançada já não se satisfazia com o baixo Purús. Rio acima, passava do Guajaratuba, onde o governo localizara, em 1857, “uma enfermaria para os atacados de febres perniciosas que grassavam naquelas bandas”.

As terras iam sendo ocupadas sem a intervenção legal. O povoador situava-se onde bem entendia, levantava o seu abarracamento e se atirava, com a ajuda do indígena, à colheita das espécies vegetais que Manaos comprava. Nada de legalizar títulos nada de aquisição regular das faixas de terra que desbravava. Era o domínio da terra de todos. Quem chegava primeiro era o senhor. Mandava e todos obedeciam. Em 1862, quando Silva Coutinho subiu o rio, até Hiutanahã, encontrou “quatorze sítios ou barracas, desde a foz (sítio de Canutama) que Manoel Urbano desbravara com auxílio dos pamaris”.

O Purús, compreendido no município de Manaos, no exercício de 1869-9 pagava-lhe a renda de 7:719\$380 do imposto de ver o pêso. Duas grandes casas comerciais operavam à larga, pagando, de imposto municipal, em 1867-8, a Manaos, 488\$000.

Em Canutama, em 1867, o governo provincial criara uma coletoria, que arrecadava, no ano financeiro de 1867-1868, 16:023\$540, e no de 1868-9, 29:407\$756. No ano seguinte, montava, pelo ato de 24 de Março, uma delegacia de policia para o alto Purús, da bôca do lago do Chapéu às nascentes do rio.

Pouco depois, em 1869, Outubro, chegava a leva de 45 cearenses da Uruburetama, que João Gabriel de Carvalho e Melo trouxera, indo estabelecê-los no Tauariá. Em 1870, era a vez do maranhense Rocha Thury, que fundara, no Solimões, o povoado de Codajás e chegava agora com algumas centenas de maranhenses e paraenses do Baixo Amazonas.

Crescendo a população do Purús, era preciso facilitar-lhe a vida com um transporte rápido e seguro. Em 1858, em 1866, os presidentes do Amazonas tinham cogitado da criação de linhas de navegação para lá.

Mas só em 1869 a “Companhia Fluvial do Alto Amazonas” dava início ao serviço, até Hyutanhahan, com o vapor “Madeira.”

No primeiro trimestre de viagem a companhia transportara 147 passageiros; a importação registava-se em 41:306\$716; a exportação em 297:835\$307.

A navegação a vapor abriu, então, perspectivas magníficas à colonização do grande vale.

De par com os barcos da “Fluvial”, outras empresas particulares concorrem. Cerca de quarenta regatões, em barcos a vela, partindo de Manaos, Manacapurús, Anamã, Codajaz, corriam o Purús.

Na lancha “Canamari” em 1870, Caetano Monteiro, português,

mais tarde banqueiro, força econômica no Amazonas, com Boaventura Santos varou o alto, visitando várias paragens que assinalou para ocupação de sua gente. Atingiu o lugar Santa Maria. Em Fevereiro dêsse mesmo ano o inglês Daniel Wolf, que visitara o rio em grande extensão, propunha-se localizar uma colônia de ingleses, no Baixo Purús, para empreendimentos agrícolas.

Ainda guiando, aconselhando, num afã espantoso, encontramos êsse estupendo Manoel Urbano que não se fatigava, que não se molestava, que tudo realizava para o povoamento do Purús.

Foi êle quem conduziu, em 1871, para lá, o coronel Antonio R. Pereira Labre, que nesse mesmo ano fundou, com maranhenses, o povoado de Labrea.

Naquele ponto, sôbre uma “barreira sobranceando a margem direita do rio, derribou um lanço da floresta e alevantou num dia um tapirí de fôlhas de palmeira.

Plantou uma cidade. Labre surgia em breve, no deserto, perpetuando-lhe o nome e tornando-se o mais avantajado ponto de apóio à conquista que prosseguia.”

A Província do Amazonas, na medida do possível, essas horas primeiras de sua existência autônoma, servida ainda de poucos recursos, atendia a região por uma série de autoridades policiais e fiscais que tinham sua jurisdição alargada até o alto rio.

Considerava-se o vale do Purús, em quase tôda sua extensão, na legislação abundante da Província, como parte integrante de seu território, confinando, decretara-se, com a Bolívia, do paralelo de 10° latitude sul, onde se pensava, em 1873, situar um posto militar, que guardasse a fronteira e fôra instalado, nesse mesmo ano, em Huytanhahan, sob o comando do capitão Feliciano Joaquim da Silva Moraes.

A população do Purús, pelos cálculos de Labre, ascendia nessa época a menos de mil indivíduos. Em sua maioria imigrantes de Gurupá, Santarém e Óbidos, cujos seringais pareciam destruídos. Nesse ano de 1873, chegavam-lhe, porém, na busca da hevea, cêrca de mil pessoas; em 1874, perto de 4.000. Ainda pelos cálculos de Labre, em 1873, já subia a população fixada a mais de 5.000 almas.

Para satisfazer às exigências de tamanha ocupação por ato de 16 de Janeiro de 1872, o distrito policial do alto Purús era subdividido em três, o último dos quais começando no Ituxí até os limites do Império com a Bolívia.

Barrigton Brow e W. Lidistone, visitando em 1873 aquelas paragens, escreve Euclides da Cunha, “não admira que encontrassem, a tôda hora, filtrando-se, nas folhagens da mata marginal, os rolos de fumo revelando as barracas em que se defumava o látex das seingueiras”; “e em Madiburí e Sepatiní, distante mais de 1.300

quilômetros da foz, deparassem opulentos seringais exportando 18.000 e 30.000 kgs. de borracha". Não admira, mais, acrescentemos, que o governo, para defesa desses povoadores, inquietados pelo gentio, criasse, nesse ano, em Março, um posto militar em Hyutanhã de onde já passava a ocupação.

Importante frota mercante singrava aquelas águas claras, deixando e carregando homens e produtos nos barrancos amarelos e dos barracões centrais. Os povoadores continuavam a chegar, aos grupos, tentados pela fortuna rápida que se dizia estar escondida ali.

A essa altura não se ocupara ainda, todavia, o vale do Aquirí.

Carvalho e Melo, com uma nova leva de dezesseis cearenses da Uruburetama à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hevea, foi o iniciador dessa ocupação.

Aviado da firma paraense Elias J. Nunes da Silva, que articulava a conquista econômica da Amozônia através os barcos e gêneros que levava, com o braço de trabalhador, ao recesso da hinterlândia, numa irradiação civilizadora constante mas silenciosa, Carvalho e Melo, viajando no "Anajaz", do comando do piloto Simplicio Gonçalves, chegava a 3 de Abril de 1877 à boca do Aquirí, onde deu desembarque, lugar hoje denominado *Anajaz*, pouco acima da boca do Acre, à margem direita do alto Purús. Seus companheiros eram: Francisco Inácio Pinto, Alexandre de Oliveira Lima, Francisco Chagas Souza, José Joaquim de Matos, Manoel Paes d'Avila, Quirino José Uchoa, Antonio Pereira de Santana, Manoel Tombador, José Francisco Catuaba, Manoel Nobre, Francisco Xavier Barbosa, Ricardo Pompeu, Ricardo Carneiro, Antonio Clemente, João Terço e Graçiano de tal.

O "Anajaz", logo após regressou a Manaos. Carvalho e Melo, com aquele punhado de bandeirantes, entregou-se então à tarefa dos primeiros abrigos e a seguir ao desbravamento.

No ano seguinte, em Fevereiro, Carvalho e Melo trazia no vapor "Tapajoz", outro grupo de doze emigrantes que se foram distribuindo, como os anteriores, pelas margens do Aquirí e do Alto Purús. Chamavam-se: José Duarte de Negreiros e seus filhos José e Vicente Duarte, Francisco Seleiro, Alexandre de Melo, Antonio Severiano, Joaquim Raimundo, Joaquim Francisco, Benedito Pereira de Matos, Francisco Pinheiro Bastos e os irmãos Antonio e Adelino Catunda.

Por êsse tempo, o nordeste ardia nas agruras de uma sêca violenta, que lhe esgotava os mananciais d'água, matava as culturas e o gado, aniquilava a população dos sertões, forçando a retirada de milhares de indivíduos, que padeciam os horrores de um verdadeiro inferno.

Batidos pelo meio, vencidos no tremendo embate que sustentavam, êsses nordestinos foram buscados para as Províncias do Sul e do Norte, pela intervenção dos poderes públicos, que facilitaram o transporte.

Para a Amazônia, deslocou-se, em poucos meses, um quase milheiro. Cearenses na quase totalidade. Recebidos em Manos e levados para as novas colônias que o presidente Agelislao Pereira da Silva criara no Solimões e rio Negro, em breve as abandonaram, procurados pelos seringalistas, pelos aviadores, que os conduziam à exploração do ouro negro.

Pelo Purús, onde já havia grandes levas de povoadores nordestinos, uruburetamenses em maioria chegados livremente, como vimos, antes da sêca, derramaram-se centenas dêles.

A conquista alargou-se destarte, rapidamente. Todos os afluentes do Purús foram penetrados, e ocupadas as margens. Verdadeiro "rush".

Pelo que apurou Euclides da Cunha, na década entre 1873-1883, o povoamento se alastrou até Triunfo Novo (1875 milhas da foz), impulsionado por infatigáveis exploradores, em que se destacam Antônio Francisco Barcelos, Casemiro Pereira Caldas e Antonio Leonel do Sacramento.

Segundo Labre, em 1879 já havia, no Purús e afluentes, 25.000 habitantes. Em 1880, Caetano Monteiro e Demetrio Pessoa, seguidos de Herminio Pessoa, José da Costa Gadelha, Manoel Vitor de Queiroz e do velho Trindade, exploravam o Yaco. Manoel Urbano, sertanista, pacificador de índios como êle, conduzia uma leva de nordestinos até o lugar denominado "Furo" do Juruá, pouco abaixo de Santa Rosa: José Calixto Sampaio, José Figueira, José Siqueira Baccelar, Antonio Guimarães, Francisco Vieira Rufo, Leonel Sacramento, José Delbuk, Carolino Dutra, Casemiro Pereira Caldas e João Francisco de Lacerda. Dêstes, os cinco últimos eram cametaoaras. Não parara a penetração. Em 1882, Neutel Maia ocupava o sítio que seria depois Emprêsa.

A sêca de 1888 trouxe novos milheiros de indivíduos, que se distribuíam no rumo do nascedouro do Purús e do Aquirí e pelos afluentes dessas duas artérias. A marcha povoadora, em verdadeiras ondas humanas, dilatou-se, precipitou-se.

Em 1890, José Filipe da Silva iniciava a exploração do Xapurí. Em 1894, João Damasceno Girão, que em 1890 se estabelecera em Antimarí, onde também se fixara Manoel Felício Maciel, ocupava, no Aquirí, em definitivo, o que é hoje a cidade de Xapurí.

Quatro anos decorridos, Sobral, no alto Purús, a 9°15'07" de latitude, assinalava o ponto extremo da ocupação. No ano seguinte, os povoadores tomavam posse, no alto Aquirí, dos sítios a que denominaram Primavera e Buenos Aires.

Quando, em 1899, os bolivianos se instalaram em Puerto Alonso, o povoamento, no rio Aquirí, ao que informa o relatório da primeira autoridade estrangeira, era realizado quase unicamente por brasileiros. Só ali, numeravam-se oitenta seringais.

No Purús, da boca do Aquirí para os Manadeiros, havia trinta e sete seringais. No Yaco, afluente da margem direita, vinte e oito.

* * *

A ocupação do Juruá não teve a rapidez da que observamos no Purús. Distante de Manaus, a obra do povoamento seria efetuada galhardamente, é verdade, mas sem atrair os menos grossos contingentes. No Purús, o selvícola não opusera obstáculos. No Juruá, o desbravamento se fez à custa de muito sangue. Os Nauás, principalmente, foram cedendo o campo ao nordestino por entre o trovejar das balas de rifle e o zunido das flechas envenenadas.

As primeiras situações, na foz, estendendo-se vagarosamente até o Mineroá e ao lago do Serrado, foram realizadas pelos irmãos Cristóvão Coelho e Antonio ou José Coelho e os irmãos Sebastião e Lourenço Sevalho, estes peruanos, vindo do departamento de Loreto, já estabelecidos, desde 1825, no município de Tefé, respectivamente nos lugares Uariní e Parintins.

Organizando-se em sociedade mercantil, os irmãos Sevalho fundaram a firma Sebayo & Hermanos; os irmãos Coelho, a firma Coelho e Irmão entregando-se ambas ao comércio do óleo de copaíba e ovos de tartaruga. Outros, cujos nomes se perderam, seguiram-lhes o exemplo, “princiando-se o fabrico da borracha, com a abertura de estradas nos lugares denominados Jaibá Abacaxi e Cupú-Ahí, cêrca do ano de 1869”. As populações indígenas da região estavam sendo nucleadas pela diretoria dos índios da Província do Amazonas, desde 1852. Pelo relatório de Cunha Corrêa, de 1857, estendiam-se estes postos ocupados até o Xué. Ali viviam os Maranas, Catauxis, Canamarés, Aranas, Culinos Combos, Cataquinas, Nauas.

João da Cunha Corrêa, estabelecido desde 1845 em Caiçara servia, como Manoel Urbano, nos conselhos, nas indicações aos que procuravam o Juruá.

Já por 1865 quando da subida de Chandless, havia povoadores isolados, na cata da seringa, da salsaparrilha, vivendo nos lagos que marginam o Juruá. Em 1870, Francisco F. de Carvalho, cearense, situava-se em Riozinho da Liberdade. Em 1874 estavam localizados no Manichisinho e Matupiri. O comércio dessa gente chamava atenção pelo volume, levando a Companhia Fluvial a estender ao Juruá as suas linhas de navegação. Contratada a 22 de Junho de 1873, pelo Presidente Domingos Monteiro Peixoto, para seis viagens anuais, alcançava, a princípio o Mararí.

O Juruá abria-se agora à civilização. Os povoadores, sem mais o grande entrave do transporte, às notícias de fartura da *hevea*, avançaram rio acima. Em 1877, a expansão chegou ao Tarauacá, com Miguel Fernandes de Almeida, João Busson, Antonio Petrolino de Albuquerque; Busson mais tarde figurão de projeção política, e Petrolino, um português que se deixara seduzir com as lendas auríferas que ouvia na sua terra distante e muito moço ainda se jogara à luta pelo pão na Amazônia. Nesse mesmo ano, a Província do Amazonas, atendendo à extensão da coluna povoadora, pelo ato de 1.º de Março criava um distrito policial, abrangendo o curso do rio, em toda sua extensão, e nomeando um subdelegado e três suplentes.

E dois anos depois, a 29 de Abril, mandava um cobrador da al-fândega, exator da fazenda provincial, para arrecadação das rendas, dia a dia a se avolumarem.

Como para o Purús, as sêcas de 1877 e 1888 empurraram milhares de indivíduos do nordeste, Ceará principalmente, para o Juruá.

O impulso povoador teve, destarte, um vulto assinalável, quanto menor que o do Purús.

Consequência dêle, a ocupação, segundo Castelo Branco, em 1883 estava na bôca do Mú, exploração do cearense Antonio Marques de Menezes, anteriormente localizado em Curupaití, rio atrás. “Em princípios de 1884, escreve o mesmo historiador, o pernambucano Antonio Marques de Menezes, vulgo “Pernambuco”, acompanhado de Antonio Torres, Pedro Motta, José Vieira, Manoel Menezes, Jacintho de tal, e Joaquim Nascimento, aportava ao estirão dos Nauas, donde voltou, sem demora, por ter sido atacado pelos Nauas, que lhe deram uma surra”.

Do estirão à embocadura do Juruá-Mirim, no ano seguinte, os cearenses Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Souza, com os italianos Henrique Cani, Antoni Brozzo, Domingos Stulgeni, Antonio Marcilio e Luiz Paschoal, os dois últimos sócios e já com o seringal New-York, no baixo Juruá, realizavam um reconhecimento, salvando-se dos Nauas. “Coube aos italianos a parte do rio que vai do seringal Treze de Maio ao Paraná dos Mouras, e aos brasileiros, de Tatojuba ao Juruá-mirim”.

Em 1891, por fim, os extremos ocupados no alto Juruá estavam no Beo, daí se adiantando para a bôca do Dourado, hoje, na geografia peruana, o Vacapista. Obra de João Dourado e Balduino de Oliveira.

Em 1902 contavam-se, em todo o vale do Juruá, entre 300 a 400 seringais. A irradiação colonizadora era uma realidade admirável.

ASPECTOS SOCIAIS

O povoamento do que é hoje o território do Acre, nos vales do Juruá e Purús, processou-se com uma rapidez vertiginosa: menos de trinta anos. Ao arrepio da corrente.

População em totalidade brasileira, portanto. Raros os estrangeiros, vindos isoladamente. Sem expressão econômica, política, social. Bolivianos, radicados, pouquíssimos. Pelo relatório do primeiro delegado Boliviano, contavam-se, no Aquiri, apenas alguns indivíduos seringando com o nativo. Os toponimos, que a cartografia assinalava na região, todos em português, expressavam, bem claramente, a ocupação brasileira. Um ou outro termo espanhol que os indígenas empregavam, explicável pelo contato com os centros bolivianos no Madre de Dios e do Beni, através as constantes correrias em que aqueles viviam.

Os peruanos, no alto Purús e no Juruá, só apareceram na última década de XIX, sem preocupações de fixação. Representados pelos caucheiros, na peregrinação que os caracteriza, numa passagem rápida, de pequenos períodos. Enquanto aqui havia o caucho, os tapiris estavam habitados. Acabada a produção, com a destruição das árvores procuradas, o acampamento mudava-se. Vida nômade. De quatro, cinco dias em cada pousada. Os peruanos não se radicavam, e quando pensaram em localizar-se, quando procuraram ocupar a terra, trazendo as autoridades que velassem por seus direitos, que lhes assegurassem ordem, o domínio de sua pátria, então foram repelidos, foram obrigados, pelas armas, a deixar o solo de que pretendiam tomar posse. Tinha vindo “do ocidente, transpondo os Andes e suportando todos os climas da terra, dos litorais adustos do Pacífico às punas enregeladas das cordilheiras. Entre eles e o torrão nativo ficavam duas muralhas altas de seis mil metros e um longo vale escancelado em abismo. Adiante os plainos amazônicos: um estiramento de centenaes de milhas para N. E., a perder-se, indefinido, na prolongação atlântica, sem a jugra de um cêrro balizando a imensidade”.

“Caçadores de árvores” chamou-lhes Euclydes. Não deixaram sinal visível de sua passagem. Varando a selva, como que calçando as botas de sete léguas, como o selvagem, de que descendiam, alheios ao ambiente, foram destruidores. Destruíram os aldeamentos de bugres que lhes pretenderam embaraçar o passo. Tornavam-se os mais odiados dos advenas. Destruíram as árvores de que extraíam os motivos econômicos de sua própria vida.

Portugueses, franceses, sírios, que chegaram por via brasileira, nada significavam também. Se eram tão poucos!

Os homens que criaram o Acre, determinando-lhe os contornos territoriais, vencendo o meio na ocupação permanente, na exploração

econômica, na criação de uma sociedade, êsses foram brasileiros: amazonenses, paraenses de Cametá, Óbidos a Santarém; maranhenses, nordestinos, cearenses em maioria esmagadora.

Os amazonenses, caboclos, saídos em linha reta da indiada que fôra amansada em XVIII e XIX das visinhanças de Manaos, de Manacapurú. Codajás, Tefé, Coarí, Fonte-Boa, S. Paulo de Olivença, gente do Solimões, sabendo a hinterlândia com ciência do berço, conduzindo o advena das outras províncias do Brasil, ensinando-lhes os segredos potâmicos, apontando-lhes as riquezas da fauna, da flora, relacionando-os com o nativo do Purús e do Juruá, cooperando, também, muito de leve, é verdade, que geralmente não se deixou tentar pelas miragens do ouro negro, na abertura das estradas da seringa, na extração do látex cobiçado. Os Paraenses, também caboclos, com o Cametaoara, êste esperto, ativo, sertanista audacioso, viajor incançável, remeiro seguro, por herança atávica, como os amazonenses, abrindo o caminho aos de longe, atirando-se, porém, à faina de seringueiro.

Maranhenses, precursores dos nordestinos, como estes seringueiros. De índole pacífica, domiciliando-se, aceitando o meio, que não estranhavam.

Amazonenses, Paraenses, Maranhenses, em porção pouco sensível. Nordestinos, finalmente, representados no cearense, em superioridade esmagadora, no rio-grandense do norte, no paraibano.

Os cearenses, que vieram para a Amazônia, “em verdadeiras multidões de colonos, dotados de prodigiosa resistência física”, encontraram um ambiente novo que os surpreendeu. Eram filhos do sertão, onde o pastoreio e o amanho da terra lhes constituíam a atividade quotidiana. Na Amazônia, deparou-se-lhes outro sistema de vida. “O novo meio em que êles se fixam, é inteiramente oposto ao seu meio de origem: saem de um clima seco, ardente e sadio, para um clima tórrido e insalubre; de uma região de vegetação caracteristicamente arbustiva e xerófila para um mundo de florestas e águas, em cujas vastidões o homem se perde e como que desaparece”.

Povo de pastores e agricultores. Com característicos que levam os etnólogos e sociólogos a situá-los como sub-raça no quadro socio-étnico da nacionalidade. Mestiço do português e das tribus de Icós, Paiaçús, Cariris, que se assinalaram por um século de luta cruenta contra o invasor branco; com boa dose de sangue semita, que lhe trouxe o cigano do século XVIII, criou-se um tipo ágil, forte, indômito, de sensível amor próprio, disposto a todos os esforços. Pelo meio em que se formou, ora mostrou-se um moderado, todo cuidados pelo lar, pelos gados, pelas culturas; ora um turbulento, participando de sangueiras que marcaram época, em lutas de família, em sortidas de cangaço, de jagunçada.

No Nordeste, ele tinha o animal de sela, que o levava aos extremos do sertão; na Amazônia, a montaria é o transporte que caminha pelas estradas fluviais, transporte único. Na Amazônia, fauna diversa, hábitos diversos, cozinha diversa, flora diversa, clima diverso. Outro ambiente. Outra vida. Nova vida. "Canto do mundo", escreveu sobre Manaus, em 1854, um desbravador, Carvalho e Mello.

Regressava à economia destrutiva da fase primitiva. Regressava ao recoletivismo. De agricultor, de criador, transformou-se em seringueiro. Espalhando-se no rumo dos monadeiros dos rios, esses brasileiros iniciaram, com a conquista, a colonização do Acre. Situar-se onde a hevea foi encontrada. Desembarcados dos *Gaiolas*, das *lanchas*, dos *motores*, das *montarias*, empossaram-se na terra. Levantaram os primeiros *tapiris*, na clareira que abriram quase à beira do barranco. Em breve, com a descoberta de *estradas* compensadoras, era o seringal que se começava: o barracão para as peles que se amontoavam também pelos barrancos à espera de transporte para Manaus ou para Belém.

No "centro", distante dias, cortando as árvores, cuidando das *estradas*, estava o seringueiro produtor. No barranco, o seringalista, dono do seringal, ex-seringueiro, aviado de uma casa de Manaus ou Belém.

Nos primeiros tempos, a posse era mansa. Não se legalizava. Ninguém cuidava de garantir-se ao amparo da legislação. Nas falas dos presidentes da Província do Amazonas, são constantes as exposições de que a ocupação territorial se operava sem o amparo legal. Mas era explicável a indiferença, a hostilidade dos povoadores. A lei 1114, de 27 de Dezembro de 1860, autorizara a concessão de lotes, para o trabalho agrícola e a criação de gado, a serem demarcadas por técnicos do governo central. Sucede que além de não interessar aos povoadores o trato agrícola ou pastoreio, o governo decidira que os lotes requeridos fossem vendidos em hasta pública, o que era, evidentemente, uma falsa interpretação do espírito da lei. O fracasso, como era de esperar, foi fragoroso.

Muitas vezes, o indígena travou luta, defendendo a maloca, negando ajuda ao ádvena cobiçoso, conquistador. Foi, porisso, sendo exterminado à bala. Dramas, com novos cenários e épocas distantes, do Brasil-Colonial. O cearense fazia de mameluco paulista na préa do gentio. Outras vezes, a pugna abria-se entre os próprios conquistadores, pela posse da terra, pela posse de partidas tentadoras de borracha. Vida de um primitivismo rude.

Nessas primeiras horas de conquista, lançados na selva, sem o amparo espiritual, incultos, desservidos de assistência médica, já de si enfraquecidos pelo rigor das sêcas, vencendo ao próprio destemor, lutando contra tudo e todos, esses homens bárbaros, que se sabia que

existiam pelo volume do que produziam e o Brasil mandava aos mercados estrangeiros, fundaram uma sociedade. A princípio, de olhos voltados para o Nordeste, pensamento único ao regresso com os capitais que lhes permitissem a aquisição, lá, do sítio, da fazenda, a vida com os seus, mulher e filhos que tinham ficado. Depois, perdidas as esperanças, pelas dívidas crescentes, pelas seduições da riqueza que viam nos outros, ontem pobretões, hoje nababos, boquejava-se, senhores de contos e contos de reis amealhados nas casas aviadoras de Manaos e Belém; perdidas as esperanças pela pobreza rápida a que os reduziam, na passagem para o Ceará, as casas de jôgo, os lupanares de Manaos e Belém, foram se radicando. As mulheres, disputadas frequentemente, chegaram como espécies, no negócio. Boas e más, velhas e novas, gordas e magras. De todos os tipos e feitios, de tôdas as latitudes. Sempre valorizadas. Dando origem a dramas sangrentos. Ainda as cenas do Brasil amanhecendo para a civilização.

Mais tarde, as famílias que permaneciam no Ceará, também vieram. Os lares tiveram mais consistência. As consciências enrijaram-se.

A terra, exporadas as heveas que oferecia, passou a ser trabalhada. O homem radicou-se. Nasceram os primeiros acreanos. A família estava organizada. A sociedade fundava-se, constituía-se, alicerçava-se. Passara a hora grave, delicada, do combate ao meio. Deixou de ser um nômade, um isolado, um aventureiro, um bárbaro. Modificou-se sensivelmente. Não se diga, porém, que “perdeu em grande parte, nas pesadas adaptações a êsse novo meio paradoxal e extravagante, as belas e fortes qualidades que adquirira no seu hábitat original”. Os encontros militares com forças organizadas do exército boliviano, evidenciaram-lhe a varonilidade, a manutenção dessa vibração cívica que o fez levantar-se, nos seus sertões distantes, nas guerras da independência, nas comoções políticas de 1824 a 1840.

A “tradição secular”, que carregou para a Amazônia, tradição de heroísmo, de trabalho, de grandeza, essa permaneceu intacta. Não se escreva, portanto, que se incidirá em êrro palpudo, que “terra, clima, trabalho, tudo se congregou para alterá-la”. Os traços psicológicos que se observam assinalando brasileiros do norte e do sul, do litoral e do sertão, traços que se definem no nordeste através a hospitalidade, o conservadorismo, a tenacidade, a honradez, o ardor, as atitudes, a exaltação pelos condutores bravos, falantes, o espírito intrépido, — os colonizadores do Acre os mantiveram.

E quantos foram êsses triunfadores? A população dessa faixa de terra não sofreu recenseamento àquelas eras. Todos os cálculos têm, por isso, de ser falhos. No Relatório do primeiro delegado boliviano no Aquirí, aquela autoridade calculou-a, só para dito rio, ano de 1899, em 4738 indivíduos. Rio Branco, na expedição

de motivos ao governo federal sobre o Tratado de Petrópolis, estimava-a em 60.000 brasileiros. Craveiro Costa afirmava-a representada em 70.000 pessoas. Restos dos 200.000 bravos que entre 1877 e 1903 lá tinham aportado.

Esses 70.000 indivíduos, até a chegada dos bolivianos, em 1899, no Acre, e a ocupação federal do Juruá, conheciam apenas a sanção do Amazonas, que lhe mandava as suas autoridades policiais e fiscais. Em 1880, pelo ato de 30 de Dezembro, o Acre tinha o seu primeiro subdelegado; em 27 de Janeiro fôra a vez do alto Juruá.

Essa jurisdição do Amazonas fazia-se ininterrupta, até os manceiros do Purús e Juruá, por uma série de atos governamentais que ninguém repelia ⁽²⁾.

Até 1890 as terras do Alto Purús e Acre, estavam compreendidas no município de Labrea, criado em 1881; depois de 1891, as do Acre e seus afluentes passaram ao de Floriano Peixoto. O alto Juruá, até 1894 era parte de Tefé; desse ano em diante, a São Filipe, criado a 4 de Novembro. Na ordem judiciária o Purús e Acre estavam compreendidos na Comarca de Labrea, instalada em 1890; o Juruá, na comarca de Tefé, que vinha de 1855.

A vida religiosa desses 70.000 batalhadores, guerreiros de Plácido de Castro em 1902 e 1903, não foi regular nos primeiros trinta anos. Não houve, como noutros centros, sacerdotes em abundância para lhes trazer o conforto espiritual de que careciam. Os missionários também não vieram. Nos seringais, nos povoados, pelo espírito de religiosidade que o sertanejo trouxera consigo, havia apenas capelinhas, onde de raro em raro se rezava missa, mas tiravam-se, constantemente, as ladainhas, nas novenas festivas.

Para o Purús e Acre, era a paróquia da Labrea, criada em 1878, vigário o padre cearense monsenhor Francisco Leite Barbosa, que visitava as regiões distantes uma vez ao ano. Para o Juruá e afluentes, a paróquia de Tefé criada ainda na fase colonial pelo Bispo Miguel de Bulhões, no Século XVIII.

* * *

William Chandless, em 1865, afirmara a impossibilidade de instalar-se, no Purús, uma população. O pesquisador inglês alarmara-se diante de endemias que ele ali via aniquilar dezenas de seres humanos, diante de outras razões que lhe pareceram poderosas. A ocupação permanente, que vimos páginas atrás, desmentiu ruidosamente a afirmação de Chandless.

(2) Constam essas provas abundantíssimas no livro de Ruy Barbosa sobre "Os Direitos do Amazonas ao Acre Septentrional".

A borracha, realizando o milagre, abria oportunidade às provas robustas das qualidades da raça. O que seria o Território do Acre valia como a melhor demonstração de vitalidade, de resistência, dos brasileiros do norte, era uma posse, um domínio que o Império legara à República no Estado do Amazonas.

As correntes imigratórias que as sêcas lançaram na hinterlândia amazônica, coração da América, tinham realizado, em relêvo, com dinamismo, com exuberância, tarefa de gigante, “a colonização da floresta”.

“Lançados de assaltos na floresta virgem, ocuparam todos os pontos; abriam caminhos, empreenderam, na medida de sua fraqueza, em frente de uma natureza cujo poder é desenganador, a adaptação do solo à vida do homem”. Titãs.

O homem vencera a terra. Ia agora defendê-la, patrimônio que conquistara em trinta anos, com amor, com sangue, da arremetida do estrangeiro, lance guerreiro a que vamos assistir nas páginas adiante.

*
* *
*

B I B L I O G R A P H I A

- Euclýdes da Cunha* — Contrastes e Confrontos. Pôrto, 1919.
Euclýdes da Cunha — À margem da historia. Pôrto, 1909.
Euclýdes da Cunha — Perú versus Bolívia. Rio, 1907.
Euclýdes da Cunha — O povoamento e a navegabilidade do rio Purús. (Revista Americana. Julho-Agosto de 1910).
Arthur Cezar Ferreira Reis — A Questão do Acre. Manaos, 1937.
Arthur Cezar Ferreira Reis — História do Amazonas, Manaos, 1931.
Craveiro Costa — O fim da epopéia. Maceió, 1926.
Serzedelo Corrêa — O Rio Acre. Rio de Janeiro, 1899.
Ruy Barbosa — Os Direitos do Amazonas ao Acre Septentrional. Rio de Janeiro, 1910
Enrique de Gandia — Historia de Santa Cruz de la Sierra. Buenos Aires, 1935.
Thaumaturgo de Azevedo — O Acre. Limites com a Bolívia. Rio de Janeiro, 1901.
Lopes Gonçalves — A Fronteira Brasileiro-Boliviana. Lisboa, 1901.
Antonio Bittencourt — O Município da Labrea. Manaos, 1924.
Oliveira Vianna — Evolução do Povo Brasileiro. S. Paulo, 1933.
Oliveira Vianna — Pequenos estudos de psicologia social. S. Paulo.
Felisbello Freire — Direitos do Estado do Amazonas sobre o Território do Acre. Rio, 1906.
Carlos Carneiro Leão de Vasconcelos — As Terras e propriedades do Acre. Rio de Janeiro.

- Juan Francisco Vellarde* — O Rio Madeira e seus afluentes. (Revista de Geografia do Rio de Janeiro, tomo II).
- Castello Branco Sobrinho* — O Juruá Federal (Anais do 1.º Congresso de História da América. Rio de Janeiro, tomo IX).
- Tavares Bastos* — O vale do Amazonas. Rio, 1806.
- Napolcão Ribeiro* — O Acre e os seus heróis. S. Luiz, 1930.
- Onofre de Andrade* — Rio Juruá. Maceió, 1937.
- Elysée Reclus* — Os Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Rio-París, 1900.
- Ferdinand Denis* — O Brasil no século XX. Lisboa, s/d.
- André Fernandes de Souza* — Notícias geográficas da Capitania de S. José do Rio Negro. (Revista do I. H. G. Brasileiro, tomo X). Rio de Janeiro, 1848.
- Macedo Soares* — Fronteiras do Brasil no regime colonial. Rio, 1939.
- Onofre de Andrade* — Amazônia. Rio Juruá. Maceió, 1937.
- Agnello Bittencourt* — Rio Purús. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, vol.). Manaus, 1939.
- José Ferreira* — Notas manuscritas sobre a história do Acre.
- Bertino Miranda e Arturo Luciani* — O Estado do Amazonas. Gênova, 1899.
- Tristão de Athayde* — Traços da psicologia do povo brasileiro. ("A Ordem") Rio de Janeiro, fevereiro de 1934.
- Silva Coutinho* — Relatório da exploração do rio Purús. (Rel. do M. da Agricultura). Rio, 1865.
- Baena* — Ensaio Corográfico da Província do Pará.
- José Paravicini* — Relatório apresentado ao Supremo Governo.
- Pereira Labre* — Rio Purús. Maranhão, 1872.
- Pereira Labre* — Itinerário da exploração do Purús e Acre.
- William Chandless* — Apontamentos sobre o Aquiri, afluente do Purús. (Relatório do M. da Agricultura). Rio, 1866.
- William Chandless* — Exploração dos rios Juruá, Maue-assú, e Abacaxis. (Relatório do M. da Agricultura). Rio, 1870.
- William Chandless* — Notas sobre o rio Purús. Rio.
- Araujo Lima* — Amazônia. A terra e o homem. Rio de Janeiro, 1933.
- Mario Guedes* — Os Seringais, Rio, 1914.
- A. Plane* — L'Amazonie. Paris, 1903.
- Celso Menezes* — Almanaque administrativo da Província do Amazonas. Manaus, 1872, 1874, 1875, 1892.
- Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas. Rio de Janeiro.
- Viagens pelo Brasil — (Revista do I. H. G. Brasileiro, tomo LXVII). Rio, 1906.
- Documentos sobre índios — Códices da B. A. do Amazonas. 1820-1852.
- Questões de limites. Fronteiras com as colônias espanholas — Códices da B. A. do Pará — 1781-1799.
-

Transadores e Retirantes

MANOEL DUARTE

(Nordeste Missioneiro)

I

Foi a vastíssima região de “los Pinares”, entre os “Itaimbés”, a Leste, e os futuros Matos Castelhana e Português, ao Poente, o quadrante missioneiro escolhido para a fundação da última “Baqueria” dos Jesuítas, cujo povoamento bovino se iniciaria em 1712. Entrementes, os índios das Missões abriram grande picada nos Matos Castelhana e Português e penetraram a região de “los Pinares”, onde, segundo Teschauer, internariam 80 mil cabeças de gados vacuns, com os quais inaugurariam, ali, nova possessão pastorícia, “em campos mui dilatados, que vão confinar (do Oriente para o Ocidente) cum uma grande Serra, em uma grande distancia que se mete de permeio com as terras das Aldeias dos P. P. da Companhia, a qual Serra fez uma quebrada com mattos mui espessos, e é por onde os ditos P. P. há poucos annos, com muito trabalho, e força de braço, e machado, abrirão caminho para passar os primeiros gados...” (Cristóvão P. de Abreu; Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. Vol. 69, p. 258).

Constituía a imensa rechã, até ali, vaga espécie de terra de ninguém, onde apenas vaguearia o índio nômade e batedor impune dos sertões bravios.

Sem embargo, para logo despertaria sumários lances de cobiça à ganância do remoto vizindário luso, a rápida prosperidade em que se desdobrava a nova “Baqueria” inaciana, cujos dominadores defenderiam com diligência sua gigantesca estância nascente. Assim que, já em 1718, (Teschauer) em jornada sangrenta, nos domínios recém-pastoris, avançariam fortes partidas marciais, de índios aldeados, para bater e expulsar “à los Portugueses, que se aproveitavon de

ello, com grandes ganancias de corambre, cecina, grasa y lenguas. Quemaron en esta correria á los Portugueses, millares de cueros”. E, finalmente, em 1729, “entraron los Portugueses, abrieron caminos, saquearon las baquerias, dejando en un palo este letrado: Viva el rey de Portugal”.

Certo, êste último feito histórico, praticou-o Francisco de Souza Faria, consoante à sua “Notícia Prática” ao P. Diogo Soares, na qual se relatam os sucessos da abertura do memorável caminho S. Paulo-Riogrande, e na qual se lê: — ...“Destes campos segui viagem arrumado sempre a serra do mar, e a pouco mais de 7 legoas de caminho achei uma grande cruz feita de um pinheiro e este letreiro nella *Maries 16 de Dezembro anno 1727 pipe Capitolo Marcos Omopo*. Descida a Cruz e adorada com toda a veneração, lhe mandei tirar o titulo, e lhe puz este I. N. R. J. e junto á mesma cruz em um padrão de pau este outro — Viva El Rei de Portugal D. João o 5.º — anno 1729”.

Com a abertura da importante via de comunicação entre São Paulo e a longínqua Colônia do Sacramento, cujo roteiro, súbito, deslocaria para o Poente a estrada mareira, e rompia, de chôfre, na campanha virgem das solidões planaltenses, passante pelo flanco levantino de “Baqueria de los Pinares” jesuíticos, avolumar-se-ia mais fácil trânsito dos Tropeiros, que tangeriam, pordavante, amplas devesas campestres, já agora acessíveis ao animoso comércio de gados com o interior do Brasil.

Êsses, de feito, os pioneiros e indômitos desbravadores das veredas sertanejas, — espécimes de bandeirantes ratardatários. Já às suas peugadas corajosas, lentolento se dilatariam crescentes vagas de povoadores dos Campos Gerais, que avançavam para o Sul, vanguardadas pelos famosos “Fronteiros”. Assim que, cedo, se iria formando tímida corrente migratória de adentração povoantista, até aos sertões de Lages (a parte norte de “Baqueria de los Pinares”).

De oravante, a pouco e pouco êsses dianteiros pretensores de latifúndios reiúnos contorneariam as nascentes do rio do Inferno (posteriormente, das Pelotas) em cuja margem esquerda e às abas ciclópicas dos “Aparados” se iriam alojando na apropriação da campanha derrelita. Desciam da Paulicéia e, ao mesmo tempo, mais intensa e continuamente, subiam do litoral lagunense. Encontroavam-se e fundiam-se, na imensidão do escampado deserto, mais progressivamente, a partir de 1740. Pelos desvãos incultos do quadrante continentino, ergueriam tôsko arranchamento e ageirariam gados errantes, à opulenta “Baqueria” invadida. Aos poucos se adentrariam nos Campos de Cima da Serra e se esteirariam por ambas as ribanceiras da mediterrânea Serra das Antas, e, alquando, se estenderiam para o Ocidente indefinido, às próprias vizindades missioneiras, nos “Fondos de Baqueria de los Pinares”.

Daquela época obscura, porém, poucos sertanistas se podem identificar, com segurança absolutamente isenta de controvérsia e omissões inevitáveis. Em verdade, eram aparições meteóricas, flutuações inconstantes, as primeiras ondas de irradiação posseira, cujos componentes se anegariam no desconhecido, à incessante procura de grandes terras baldias e gados das Missões. Descontínuos, os vestígios de suas passadas migratórias, no primitivo sertão nordestino. Poucos, em verdade, os que assomariam na maravilhosa campanha insular, com ânimo resolutivo de fixação no sedentarismo do pastoreio. Seriam, originariamente, meros negociantes de tropas e aventureiros charqueadores, pois que o charque e a revenda de muares e cavalos representavam o único empreendimento capaz de possibilidades lucrativas, naqueles tempos remotos.

Ficariam, contudo, fundos traços de perene identificação à mor parte dêsses insignes forasteiros errantes e autênticos precursores da iniciação povoantista no Planalto gentílico. Ei-los, desabalados ponteadores no adentramento incipiente e no empírico tentame de radicação pastorícia no imponente descampado nordestano: mas, em verdade, afoitos *transadores* e *retirantes*.

Neste relevante, cumpre de logo evocar a figura sugestiva e semi-lendária do vetusto povoador sertanejo, Francisco Carvalho, cuja exata sede de ocupação possessória, em “Baqueria de los Pinares”, no Continente de Viamon, tem gerado confusões e dúvida sem conto. Dois termos localistas — “Tapera velha do defunto Carvalho” e “Fazenda do defunto Carvalho” — invariável e erradamente até hoje se equivalem, na absurda unicidade topográfica em que as andam juxtapondo historiadores e cronistas.

Vem à própria advertir em que, àqueles tempos nebulosos, a partir da descoberta e povoamento dos sertões de Lages, aleatoriamente se esmavam os imprecisos limites da jurisdição territorial da Capitania de S. Paulo, nas confusas veredas do Sul, em cujos confins desertos imemorialmente batiam veteranos tropeiros bandeirantes, empenhados na condução de muares e cavalos. À essa leva de primitivos desbravadores da solidão se filiaria Francisco Carvalho. Marcante incidente deve de ficar preliminarmente esclarecido. — Costume foi invariável, entre os mais antigos “Fronteiros”, a contingente cautela de recostarem periodicamente as suas tropas em excelentes pastagens, ao longo do caminho, onde as invernariam, para as guardar e engordar. Deliberadamente possuía cada tropeiro o sítio seu preferido e, destarte, ocupado, (*regrêso*, no linguajar corrente) onde providentemente colocava posteiro, — agregado. Memória é da tradição imperecível a invariável constância nessa usança premunitória. A êsses poisos de *recôsto*, (abrigo, invernada) indiferentemente se apelidava de — “parada”, “paragem” ou “freguesia”. Posterior e

lentamente sobreviria progressiva disputa na procura e apossamento dèsses logradouros, sumariamente possuídos, dado o crescente desenvolvimento de trânsito, pelo caminho recém-acessível, na florescente indústria de transporte de tropas para São Paulo. Em consequência, fatalmente iria sendo invadida e coleticiamente desfrutada cada paragem, parada ou freguesia, nominalmente mantenida, cuja luxuriante pastagem avisadamente destinava o respectivo ocupante a descanso e engorde de seus animais descaídos e estrompados à penosa travessia da aspérrima serra de Viamão. Daí, imperiosamente, a mediata resolução posta em curso: — a súplica de concessão de “terras já possuídas pelo requerente e primeiro descobridor delas”.

Ademais disto, ponto líquido e certo, êste: — obteve do Governo da Capitania de S. Paulo esse primitivo povoador, Francisco CORREIA de Carvalho, ampla data de terras, em Lagens. Sitúa-se essa velhênta possessão à margem esquêrda do rio das Caveiras, entre este e o rio das Canoas, cinco léguas àquem de Lages e, dezasseis, longe do passo de Santa Vitória, no rio do Inferno. Nessa concessão, por igual, a “Tapêra velha do defunto Carvalho”, cuja foi a residência. Tal se destrinça do precioso infôrme dos “Itinerários”, de 1772-1775: — “Dahi se vai a Tapera do defunto Carvalho, q. he o limite desta Capitania nos Campos das Lagens q. terão 5 legoas”. Tal se define, incontrastavelmente, da “Carta Topografica de S. Paulo e Seu Sertão, onde se vem os descobertos que della forão levados para Minas Geraes como tão bem o Caminho de Goyazes e do Rio Grande de S. Pedro do Sul com todos os Seus pousos e pallagens athé O Rio Grande Paraná e dahi á Tapera do defunto Carvalho no Campo das Lagens onde esta Capitania termina”. (Carta Topográfica copiada ao Códice existente na Secção de Manuscritos, sob ns. I.I.I. 25, na Bibliotéca Nacional).

De feito, na importante Carta Topográfica pontuadamente se assinala o caminho paulistano para o Sul, até aos rios das Caveiras e Canoas, em cujo mediterrâneo vem grafado: — “Campos do defunto Carvalho, têrmo desta Capitania no Câmpo das Lages”, e no qual fica a sesmaria de Francisco Carvalho, dentro, pois, nos históricos domínios do Continente de Viamão.

Mui posteriormente, surgiria a intencional dissimulação de Corrêa Pinto, em despistar com errônea informação localista, os históricos limites da Capitania de S. Paulo, em cuja imprecisão confuscionista incidiria Martim Lobo de Saldanha. De feição que indistintamente se passaria a aludir a Tapera velha do defunto Carvalho e o rio das Pelotas, cujas expressões toponímicas absurdamente se fundiriam na equivalência aleatória de representarem, indiferentemente, o “marco divizório entre a Capitania de São Paulo e o Governo de Viamão”, como tão claramente expõe o P. Geraldo José Pauwls.

Entretanto, haveria, de futuro, razões causais, que viessem generalizar êsse êrro geográfico, a ponto de, ainda hoje em dia, se buscar identificar a “Tapéra velha do defunto Carvalho” às proximidades do rio das Pelotas? Existem, sim, pôsto que desadvertidas à simples indagação dos estudiosos. De jeito que se generalizaria a confusão topográfica dos primeiros tempos, sem que jamais se realizasse qualquer tentativa de corrigenda. Foi, de feito, Francisco Corrêa de Carvalho antigo povoador dos sertões de Viamão, à margem esquerda do rio das Caveiras, onde morou e deixou a “Tapera do defunto Carvalho”, distante dezasseis léguas do rio do Inferno, posteriormente, das Pelotas. Ao passo que, em 1754, Gomes Freire de Andrada concedeu carta de sesmaria a Francisco Carvalho da Cunha, morador nos Campos da Vacaria, que elle havia povoado hua Fazenda com cazas, currais, planta, e animais, assim Vacuns como Cavallares na paragem chamada a Sahida do Caminho dos Conventos districto da Villa da Laguna aonde o Capitão Francisco Pereira Gomes dera principio a hua fazenda que Logo despovoara por lhe não fazer conta...” “hey por bem dar de Sesmaria... ao ditto Francisco Carvalho da Cunha de tres Legoas de terra de Cumprido e hua de Largo na paragem assima declarada...” (Rev. do Arquivo Público Mineiro, Ano XXIV p. 55).

Francisco Carvalho da Cunha era velho tropeiro, como tropeiro era o capitão Francisco Pereira Gomes. Identifica-os a preciosa “Lista de Fronteiros”. (General Borges Fortes; Tropeiros, Anais do II Congresso, vol. II, p. 80).

Sitúa-se a antiquíssima sesmaria no caminho aberto por Souza Faria, em 1728, no quadrante orográfico chamado, mais tarde, “Auzentes”. Porquanto, falecidos ou ausentes, Carvalho da Cunha, Sequeira Cordovil e Miguel Felix, grandes possuidores de terras contíguas, ou sesmeiros, foram êsses campos arrematados, no Juízo de Ausentes, em 1764, pelo capitão Antonio da Costa Ribeiro. Por falecimento dêste último possessor, fôra a grande Fazenda, outra vez, arrematada, no Juízo de Ausentes, em 1787, pelo Padre Bernardo Lopes da Silva, tenente José Pereira da Silva e alferes Manuel José de Leão. Requereriam estes três arrematantes, em 1791, concessão de sesmaria do imóvel “Auzentes”, o qual “foi primeiro possuido do defunto Carvalho e Miguel Felix, e arremataram no Juizo de Auzentes, por falecimento do capitão Antonio da Costa Ribeiro, com a area de 9 legoas de comprido e 8 de largo.

Em cabo, os dois primeiros condôminos venderiam suas partes, em 1794, a Antonio Manuel Velho, enquanto que o último dos arrematantes ficaria sócio, algum tempo, dêsse grande estancieiro e illustre povoador, té que lhe venderia o quinhão possuido e se mudaria de Cima da Serra.

As duas grandes posses, assim a de Francisco Carvalho da Cunha como a de Miguel Felix de Oliveira, limitam-se: — pelos Itaimbês, (Aparados) rio da Divisa, rio das Antas, rio dos Touros, e rio do Inferno (das Pelotas) a de Cordovil, na confluência dêstes rios.

Em conclusão: — “Tapera velha do defunto Carvalho” e “Fazenda do defunto Carvalho” — designativos toponímicos são incontraditavelmente distintos, inconfundíveis, e ocupadas por povoadores diferentes. Exprime êsse apelido a originária possessão e residência de FRANCISCO CORREA DE CARVALHO, entre os rios das Caveiras e das Canoas, no interior de Lages. Representa estoutro batismo localista a grandiosa ocupação possessório de FRANCISCO CARVALHO DA CUNHA, MIGUEL FELIX E SEQ. CORDOVIL, ou “Fazenda dos Auzentes”.

Certo, à preponderante igualdade de nomes dos dois povoadores, incompletamente empregados, (muito do hábito português e, pois, do nosso) deve-se a fusão onomástica de ambos êsses vetustos sertanistas, cujas unicasadas abreviaturas apelativas definitivamente se chumbariam nas próprias glebas territoriais respectivas, pôsto que tão memoráveis e distantes, uma da outra: — Francisco Carvalho = Francisco Carvalho, embora ao ocupante lageano digam documentos históricos — DE CARVALHO; Defunto Carvalho = Defunto Carvalho. Daí, a evocação dominial: — “Tapera vélha do defunto Carvalho” e “Fazenda do defunto Carvalho”: — aquela, à margem esquerda do rio das Caveiras; esta, à margem esquerda do rio do Inferno (Pelotas).

Daí, analogicamente, deslocados, às sofisticas maquinações de Corrêa Pinto, os limites meridionais da Capitania de S. Paulo, do rio das Canoas, onde a “Tapera vélha do defunto Carvalho”, (Francisco Corrêa de Carvalho) para o longínquo leito do rio das Pelotas, a cuja margem esquerda se distende a “Fazenda do defunto Carvalho”, (Francisco Carvalho da Cunha) — perpetuar-se-ia desadvertido baralhamento constante da intencional confusão urdida pelo fundador de Lages. Pordavante, até à mente culta se pareceriam inofensivos sinônimos, displicentemente invocados, dois acidentes distintos, entre si remotos e inconfundíveis: — “Tapéra vélha do defunto Carvalho” e “Rio das Pelótas”, como tradicionais e juxtapostas linhas divisórias entre a Capitania de S. Paulo e o Gôvêrno de Viamão ⁽¹⁾.

(1) Já escreveu o autor (Terra Farroupilha) que “Tapera velha do defunto Carvalho” e “Fazenda do defunto Carvalho” são designativos toponímicos distintos”. Ignorava, porém, a existência da concessão de sesmaria a Francisco Carvalho da Cunha, no futuro domínio dos “Auzentes”, aos flancos imponentes dos Aparados, por Gomes Freire de Andrada, conforme consta na publicação da “Revista do Arquivo Público Mineiro”. Porisso, até ali, pensava fôsse o mesmo o povoador, quer do

Outro primitivo estancieiro em “Baqueria de los Pinares” e contemporâneo de Francisco Corrêa de Carvalho, na encruzilhada da imensidão desértica, que merece referido, é o tenente Bento Soares da Mota, famoso “fronteiro”, em cuja Lista se encontra citado.

Conforme termo de registo de óbito, faleceu Bento Soares da Mota, em Lages, ano de 1801, com 134 anos de idade. “Foi o primeiro fundador e descobridor deste certão; foi Senhor e possuidor de quase a metade deste Continente, e nelle fundou muitas fazendas de Animaes Vacuns e Cavallares; as quaes prodigamente doou; e vendeo ficando totalmente expurio, sendo antes muito abastado e poderoso; cujo nome pela grande fama causava espanto...” (2).

Desta altura, cumpre encarecer o subitâneo volume dos — Transadores e Retirantes — cuja formação se vinha timidamente esboçando, desde os primeiros tempos de colonização lusitana, entre fazendeiros planaltenses, para atingir a plenitude migratória, a partir de 1780. Certo, agravaria o estranho fenómeno retirante algum variegado complexo de causas imprevistas, pasmosamente acentuadas pela hedionda invasão gentílica, de 1779. Colhe-se do grande Veiga Cabral que o repentino ânimo de crescente procura e aquisição de propriedade imóvel no “Distrito de los Pinares”, os “campos mais aprazíveis que tenho visto”, não corresponderia a prévio conhecimento das condições naturais da memorável rechã, sofregamente disputada, nem à deliberação intencional de fixação intensamente pastorícia, senão que apenas se reduziria a imitativos cálculos empíricos de lucrativa e fácil revenda: “Os campos forão povoados aporfia pagando-os os moradores deste Continente por quaes quer preços, e abandonando para isso a seus antigos domessilios. Da mesma sorte passados alguns anos seprincipiarão aretirar delles pretextando asua inconstancia com o defeito de não serem todas as Estancias de Vacaria igualmente fertiz naprodução, eciação do gado, aomesmo passo que não podião negar asua abundancia de Cavallos, mullas e todo jenero de fructos, como tãobem de admiraveis agoas, boas madeiras, e variedade de

imóvel onde a “Tapera velha do defunto Carvalho”, quer no da “Fazenda do defunto Carvalho”. Confirma que são distantes os dois imóveis e, distintos, os respectivos possuidores originais.

(2) Em cabo, antecipa este penegírico piedoso o registo obituário, cuja divulgação se deve ao P. Geraldo Pauwls: — “Deo Bento Soares da Motta grande mostra de predestinado e escolhido para o céu, porque, possuidor de grandíssima fortuna, a deo toda em vida, e morreo pobrissimo”.

Opulento estancieiro em Lages e Gravataí, teve Bento Soares vasta Fazenda à margem esquerda do rio das Pelotas, no Riogrande do Sul, chamada “Fazenda da Paragem de Santa Cruz dos Quatís da Freguesia Velha”. Situa-se ela entre o rio dos Quatís, o rio das Pelotas, a Fazenda Pinto Carneiro e o rio das Antas. Doou-a, em 1767, a Leandro da Silva Soares. Nela, imemorial, o “Capão do Bento Soares”.

cassas. A noticia mais exacta que poude alcansar do acontecimento originado pela irrução dos gentios... e as outras relações que acompanhão esta Carta persuadome constituem a prova mais deciziva da dezordem acima expressada, aqual envolve nada menos que o risco immediato de perder hua das mais importantes Fronteiras deste Continente...”

Como quer, porém, que seja, parece que já da primeira iniciação povoantista, preponderaria o clamor do insulamento lapidar, naquela solidão agressiva, literalmente ensoada na pasmosa distância, sem rudimentares vias de comunicação e mútuo, aleatoriamente esmados através da serrania indevassável, salteada de índios cruéis e afestoadas de feras carniçeiras. Ademais, era desconcertante a extrema desvalia dos campos e respectivos semoventes, para cuja carne ainda não se achava mercado consumidor. Além de impedir a Administração colonial a industrialização do couro, ainda sobreveio rigorosa proibição de fabrico de charque. Destarte se agravaria a premente situação econômica planaltina, já a braços com a insuperável dificuldade de aquisição e transporte de gêneros alimentícios e, principalmente, de sal, indispensável à alimentação e tratamento racional dos bovinos serranos. Enfim, pecaminosa ganância de immediatas transações lucrativas em terras, gratuitamente obtidas; iminência de novas irrupções gentílicas, — eis que seriam outros ponderosos motivos que assaz carregariam crescente desânimo e generalizada inconstância ao incipiente sedentarismo daquele improvisado mosaico de noviços povoadores das solidões nordestinas.

Em verdade, desencadeou-se intenso movimento de — Transadores e Retirantes — a cujo rol precipuamente se deve de filiar a numerosa família Gomes de Escobar.

Baltazar Gomes de Escobar e Godóis, c/c Joana de Godói, era o patriarca dêsse nódulo retirante. Antigo possessor foi, no escampado nordestano, onde obteve concessão de sesmaria em largas “terras que tem povoadas desde 1750, com gados Vacuns, Cavallares e Muarens”. Foi, em cabo, transador e retirante, pois, em 1779, venderia a sua fazenda ao capitão Joaquim José Pereira e retirar-se-ia para Santo Antonio da Guarda Velha de Viamão, onde falece, a 30 de setembro de 1786. “Balthazar Gomes de escobar, e Godoy vendeo ao Capitam Joaquim JozêPera... paSouçe o dito Balthazar Gomes para Sto. Anto. da Goarda Velha Levando Com Sigo toda a Sua familia este apouco mais de ano”, diz o importante relato do comandante Fonseca Páis, de 1781.

De feito, acompanharam-no os filhos José e Tomé, e os genros: — José Pereira da Silva, Leandro da Silva Soares, Luiz Antonio

Rolim, comandante José Roiz Betim, João Bicudo e Severino da Silva Soares, todos possuidores de terras, que transaram, no Planalto. Entre os quais, José Pereira da Silva tem grandes domínios, nos "Auzentes" e "São Paulino", bem como o filho José Gomes de Escobar, que vendeu imensa fazenda, e o comandante Betim, que vende, em 1780, sua propriedade ao capitão Joaquim José Pereira e conduz para S. Paulo seus gados.

Antonio da Costa Ribeiro, outro genuíno transador e retirante. Arrematara, em Juízo de Ausentes, a babilônica "Fazenda dos Auzentes", que fôra de Carvalho da Cunha, Sequeira Cordovil, Miguel Felix Oliveira, em 1764. Vende os gados e muda-se para Laguna, em 1779. Natural da Vila dos Arcos, Arcebispado de Braga, filho de Antonio da Costa Ribeiro e Ana Maria de Oliveira, sem descendência. Faleceu no distrito de Araranguá, em sua fazenda de Itapeva, a 24 de julho de 1785, aos 60 anos de idade. Possuía ainda a fazenda São Gonçalo, mística à dos Ausentes. Após a sua morte, arremataram-nas, em Juízo de Ausentes, três outros — transadores e retirantes:

a) Tenente José Pereira da Silva, o já referido gênero de Baltazar Gomes de Escobar e Godóis;

b) Padre Bernardo Lopes da Silva, pároco em Laguna e, algum tempo, em Gravataí. Faleceu a 11 de novembro de 1802;

c) Alfêres Manuel José de Leão, filho, em segundas núpcias, do espanhol João José de Leão, residente em Laguna, o qual era filho de Dom Jeronimo de Leão e Júlia Brigente Cueto. Em primeiras núpcias foi c/c com Izabel Moreira, n. de Lagúna. Filhos deste casal: 1) Aná, já falecida, em 1768, c/c António de Souza; 2) Maria, casada, em primeiras núpcias, com António Alves Pereira, filho de Manuel Pereira Teixeira e Ana Maria, naturais do Bispado de Angra. Em segundas núpcias, foi Maria c/c Matias Pereira de Souza, residente, em 1768, no Continente de Viamão; 3) Antónia, c/c João Pereira de Souza.

Em segundas núpcias, foi João José de Leão c/c d. Maria do Rosario, e faleceu em 1798. Filhos deste matrimônio: 1) José Manuel de Leão; 2) MANUEL JOSE DE LEÃO, morador no Riogrande; 3) Ana, falecida no Riogrande. Filhos: João, Francisco, Manuel, Izabel, Floriania, Maria, c/c João Borges, e Joaquina, solteira, em 1798; 4) Maria, última filha de João Manuel de Leão, já falecida, em 1798. Filhos: João, Manuel, Ana, Sebastião, Mateus, Mariana, José e Matildes".

Esse Manuel José de Leão foi, algum tempo, associado pastorício de Antonio Manuel Velho, nos Ausentes, cuja parte, enfim, lhe venderia. Já em 1798 vendia Leão, a José Antonio de Quadros, um campo em Tramandaí. Em 1802, no rio dos Sinos, compraria, a João Francisco da Silva, o campo denominado "Padre Eterno".

Salvador Rodrigues Penteado é outro transador e retirante. Vendera; em 1775, com s/m Rosa Maria, a fazenda de Santa Cruz dos Quatis da Freguesia Velha ao capitão Joaquim José Pereira, adquirida, em 1770, a Leandro da Silva Soares e s/m Ana Joaquina de Escobar, e transfere residência para Lages.

Manuel de Barros Pereira. Obteve sesmaria em Cima da Serra, no ano de 1747, e foi famoso “Fronteiro”. Nela residiu até 1773, quando a venderia ao capitão Miguel Pedroso Leite e José Pereira Duarte. Eis: — “Ao Nôrte e ao Nordêste, a Serra do mar; a Léste, com o capão das Congônhas, onde fez a primeira casa; aí, nascem dois rios, um, para o das Camizas, e o outro, para o das Tainhas, pelos quais se divide com campos do falecido Cristóvão de Abreu; e pelo Sudêste, vão os mesmos rios dividindo até fazerem barra no Camizas e Tainhas e Antas”.

Denomina-se esta fazenda -- Santa Bárbara e MENINO DIABO.

Manuel de Barros Pereira era natural da Ilha de Santa Maria. Oficial de Milícias. Casou-se, em 1773, com Lauriana Joaquina Pereira, n. de Faial, filha legítima de Manuel Viera Mercador e s/m Maria Severa. Reconheceu a filha natural, Margarida. Em 1773 se fixou definitivamente na fazenda Santo Antonio, à margem da Lagoa Formosa, Lagoa Grande, ou Lagoa da Lingoeta, cujo apelativo toponímico, mais tarde, passaria a ser “Praia do Barros” e, enfim, Lagoa do Barros, ou dos Barros, da atualidade. Obteve Barros essa fazenda, que ocupava há mais de 15 anos, por sesmaria concedida em 1755, por Gomes Freire: — “...que elle ha muitos annos estava de posse de hua fazenda chamada Sancto Antonio para a parte de Tramandí, em que tinha Cazas, curraes e animaes vacuns como Cavallares, cuja fazenda comprehenderia tres Legoas de terra de comprido e hua de Largo, partindo pelo Rumo do Norte com João Francisco Barrete, pelo sul com Bernardo Pinto, pelo Rumo de Leste com Francisco Ribeiro Gomes, e pelo Oeste com Arroyo chamado Capivari, e com hua Lagoa chamada a Lingoeta ao pé da serra...” (Rev. do Arq. Públ. Mineiro, Ano XXIV, 1933, p. 215).

Essa fazenda foi reconstituída pela viúva de Barros, a qual adquiriu as partes que couberam aos herdeiros de seu marido (netos, filhos de Margarida) e eram: Antonia Inácia de Barros Pereira, Marcelino Antonio de Barros e Francisca Inácia de Barros Pereira, pois que não se encontra inventário, nem testamento dêsse insigne povoador lusitano. Afinal, em 1787, (Barros faleceu em 1777) vendeu-a a viúva a José Pereira Marques.

Lauriana convolou a segundas núpcias, com o alferes João Pereira Chaves, viúvo, também, e marcado negociista de terras, natural de Portugal, filho legítimo de Gervasio Pereira e Maria Alves Barros.

A primeira espôsa de Chaves se chamava Gertrudes de Lima, n. do Riogrande, filha de José Rodrigues Nicola, n. de Evora, e de sua mulher Inês de Lima, n. da Colônia do Sacramento. Dos filhos havidos desse consórcio, só sobreviveu João Alves Pereira, que estudava em Portugal. Chaves faleceu em 1797, e de seu segundo matrimônio ficaram as filhas: a) Gertrudes, casada, em 1805, com Afonso Pereira Chaves; b) Ana Urçula, casada com o tenente Manuel Pinto de Morais e c) Isabel, com 19 anos, em 1805, solteira, quando faleceu Lauriana.

Cristóvão de Abreu. Transador e retirante, cujo nome se aureolaria de máximo relêvo na história da fundação riograndense. Grande sertanista e homem de ação. Sesmeiro litorâneo, obteve também sesmaria em Cima da Serra, — Estância Grande. Depois da morte de Cristóvão Pereira, foi essa fazenda arrematada, no "Juízo de Auzentes", por João Batista Feijó, que vivia no Rio de Janeiro.

Através da Imprensa

Novos Rumos aos estudos Indigenas

por CLOVIS DE GUSMÃO

Já nos haviam anunciado a presença de Nunes Pereira — jornalista, poeta, etnólogo — nos meios intelectuais e artísticos do Rio, mas lutávamos em localizá-lo. E os amigos, que disso incumbíamos, também. Ele estava, realmente, na Cidade Maravilhosa, pois dera uma entrevista a “Vamos Lêr”, a respeito dos pretensos antropófagos que sitiaram uma comissão de limites no Rio Branco Amazonense. Mas, onde estava esse irmão caboclo do Raul Bopp, como este, sempre recém-chegado de uma longa viagem e, como este, sempre na iminência de empreender outra viagem mais longa? E eis que, uma dessas tardes, o encontramos na redação de “Dom Casmurro”, até onde o trouxera a sua velha estima e ardente admiração por Eugenia e Alvaro Moreyra. Então, podemos conversar com ele à vontade, sem o receio de que nos escapasse, de súbito, para se meter num avião, numa canoa ou numa “gaiola”, rumo às selvas, aos rios e aos lagos da Amazônia.

— E’ dos que acreditam no interesse atual da Nação pela Amazônia?

— De certo, e, mais ainda: que esse interesse não paira apenas acima das florestas nem se dispersa pelas águas daquele mundo, equatorial. Esse interesse abrange as realidades da Amazônia — as suas riquezas e a sua gente. A Amazônia já não é só paisagem; é ação em marcha para o destino de civilização que o maior rio do mundo lhe assegura. E isso tinha de acontecer pois não há na história dos grandes vales do universo um só que deixasse de dar uma civilização. Vai iniciar-se, portanto, ali, a civilização que lhe cabe. Em boa hora deixa a Amazônia de ser tema de literatura e de delírio para ser tema econômico e social. Em pleno século da geo-política não nos podíamos descuidar da energia, por explorar e conduzir, que domina aquela região em forma de solo, de floresta, de água e de homem.

— Que tempo permaneceu na Amazônia e que área percorreu?

— Entre as fronteiras da Bolívia, do Perú, da Colômbia, da Venezuela, das Guianas, inglesa e francesa, pode ser assinalada a área que percorri durante o espaço de quatro anos de viagens acidentadíssimas e pitorescas, em canoa, a-cavalo, a pé, de avião, em “gaiola”. Sou, como sabe funcionário do Ministério da Agricultura, incumbido de realizar na Amazônia os estudos necessários à organização de serviços e as pesquisas imprescindíveis ao fundamento de leis que beneficiem e defendam duas das suas maiores fontes de energia — a caça e a pesca. Tive, porisso, de percorrer as regiões onde essas riquezas estão sendo exploradas ou desbaratadas ou, desprezadas. E ao invés de desunbrar-me somente com os seus mistérios e as suas lendas, abandonei-me ao estudo das sua realidade. Uma delas, a principal, de certo, é o homem; o índio, o caboclo, o estrangeiro... Obrigado a valer-me do índio e do caboclo, como guias e remadores; obrigado a inteirar-me das atividades do europeu, do asiático ou do americano, voltando às costas para a paisagem, entregava-me, sempre que outros afazeres o permitiam, à investigação do elemento humano — realidade que deslumbra, que angustia e que inquieta...

— Desejaria que me falasse a respeito de índios. Disse que teve contacto com eles.

— Estive com os Parintintin, no Madeira, com os Maué no Andirá e com os Mura no Purús. Fiz duas viagens ao Madeira, sendo uma até ao Maicy, antigo reduto dos Kawahiwa-Parintintin e outra até o seringal “Paraíso”, onde o grande Ferreira de Castro trabalhou humildemente e onde situou a ação, profundamente humana, d’“A Selva”. Eu já conhecia, porém, o Madeira desde 1921, isto é, no ano da Pacificação, que devemos ao interesse de Candido Rondon, aos conhecimentos etnográficos e etnológicos de Curt Nimuendajú, à bondade e ao instinto industrial de Souza Lobo, de “Três Casas”, e a um grupo de brasileiros rudes e ignorados. Desde aquela época já me interessavam os Parintintin, pois eu começara a ler, Mathew, Gibbon e Franz Keller, que se referiam às correias e ataques desses selvícolas, com horror e indignação, sem ver nisso a reação natural, rigorosamente lógica, absolutamente humana, de um povo combatido, há séculos, por inimigos como os Mundurukú e os Mura-Pirahã, e há oitenta e tantos anos confinado entre o Tapajoz, o Madeira, o Marmelos e o Machado, por pseudos-civilizados, seringueiros, fazendeiros, regatões e comerciantes da região. A caça ao índio, as “expedições” sanguinárias, para a chacina desses brasileiros, eram organizadas até por estrangeiros, peruanos, bolivianos, colombianos e venezuelanos. E figuras, como a de Caetano Centauro (o Cetauro), maranhense de história sombria, celebrizaram-se em façanhas, às vezes desassombradas e às vezes covardes, contra os Parintintin. A Pacificação dos Parintintins

— sem recursos materiais à altura da empresa, — promovida pelo Serviço de Proteção aos Índios, no Amazonas, foi uma das grandes vitórias da inspiração e do patriotismo de Rondon e dos seus auxiliares, dentre os quaes salientarei sempre a notável figura de Curt Nimuendajú, etnólogo e etnógrafo, a cujos extraordinários conhecimentos da psicologia, da história, da sociologia e da linguagem do índio brasileiro, devemos o sucesso do primeiro entendimento com os Parintintin. E quando, desgraçadamente, falharam os recursos dados pelo Governo do País a Rondon, e a Pacificação estava na eminência de fracassar, foi o amazonense Manoel de Souza Lobo proprietário dos seringais e dos castanhais de “Três Casas”, Mecenaz do poeta Aníbal Teófilo, quem lhe foi em auxílio, por compreensão do problema do Índio no Amazonas e da obra que Rondon chamara a si conduzir e consolidar. Ora, lendo, depois da Pacificação, o trabalho de Curt Nimuendajú, acêrca dos Parintintin, dado à estampa no “Journal de la Societé des Américanistes”, de Paris, pareceu-me que ainda havia algo a realizar-se no estudo da cultura material e espiritual desse povo. E animei-me a ir visitá-lo, o que me foi possível graças á generosa hospitalidade de Souza Lobo, senhor de “Três Casas”. Um longo convívio com o Kawahiwa-Parintintin me permitiu recolher os elementos necessários à continuação de uma obra iniciada por Curt Nimuendajú. Recolhido, por isso, através da narrativa de alguns Parintintin, a revelação da presença de um Deus, na mística, na poesia, na economia e na organização social da tribu pacificada. Esse Deus se denominava BAHIRA e as suas “experiências” e as histórias em que aparece, num livro por mim recentemente publicado, só encontram paralelos na ação material e espiritual de um Pronominare, de um Macunaima, heróis de outras tribus do vale amazônico.

— E quanto aos Maué?

— Quanto aos Maué fui levado a estudá-los por verificar que esses índios não haviam sido devidamente considerados pelos homens de ciência que andaram pelo Vale. Martius, Bates, Coudreau, Barbosa Rodrigues, nos deram minguadas informações a respeito desse povo que mereceu de Ataíde Teive a proibição formal de comerciar com os portugueses e que, naturalmente, por vingança, proibiu às mulheres da tribu que falassem o português, numa reação moral e intelectual contra o conquistador insolente. E um sábio brasileiro, Barbosa Rodrigues, encarando esse povo, chega mesmo a dar-nos um exemplo, quanto à Festa da Tocandira, que ele denomina VEAPE-RIA. Essa festa de iniciação, muito diversa de um “dabacuri” dos Uauapé do Rio Negro, não tem o caráter sexológico que ele presumiu. O que recolhi quanto à essa festa me autoriza, com o devido respeito à memória de Barbosa Rodrigues, a refutar aquelas conclusões.

Poderia descrever a festa do Tocandira?

— Circunstanciadamente? Não... porque são múltiplos e variados os seus movimentos, intensas e estranhas as suas côres, complexos e difíceis de expressão os ritmo e os versos que lhe dão significação maravilhadora, dentro de lirismo primitivo dêsse povo. Essa Festa da Tocandira não é uma Festa apenas de embriaguês e devassidão; é uma festa de empolgante beleza, de deslumbradora harmonia, com um cerimonial de um alto simbolismo. Dir-lhe-ei, contudo, em síntese, que é uma dança de iniciação para o elemento masculino da tribo, iniciação que começa desde os seis anos e atinge os 18 anos e mais. Um mesmo indivíduo está sujeito a várias outras cerimônias, idênticas às da primeira iniciação mas pode ser submetido, espontaneamente, todos os anos, àquelas cerimônias da iniciação a que se entregou desde os seis anos. E, em caso de enfermidade grave, — paludismo, por exemplo, — pode submeter-se a uma nova iniciação, porque os Maué acreditam na ação medicinal do ácido fórmico. Há adornos, cantos, músicas e comidas especiais para essa festa. Um Mestre-de-cerimônia é o iniciador. O iniciado, com a mão direita metida numa luva de palha (*o çary*), recoberta de plumas e plúmulas de aves totêmicas, ou simplesmente de palha, cheia de dezenas de tocandiras, cuja ferroada é dolorosíssima, é conduzido e amparado na dança pelo Mestre-de-cerimônia que, ora lhe dá uma cuia transbordante de *çapó* (guaraná), ora lhe dá uma cuia de *tarubá* (bebida típica feita de mandioca), ora lhe vai dizendo, para o encorajar: Sofre! porque vencerás na guerra. Sofre! porque dominarás as distâncias. Sofre! porque o teu guaranazal vai dar uma linda safra. Sofre! porque serás querido das mulheres...

Ora, o sofrimento do iniciado só é atenuado graças às virtudes do *tarubá*, bebida que atinge às vezes um alto grau de fermentação e pode dar uma embriaguez que dura trinta dias.

Barbosa Rodrigues afirma que, para atenuar ou anular o sofrimento do iniciado, uma índia, presente à cerimônia que dêle se apieda ou com êle simpatiza, lhe oferece a dádiva do próprio corpo... Isso não é verdade, já porque o paciente, muitas vezes, é uma criança, já porque, sob a ação embriagora do *tarubá* e as dôres das ferroadas das tocandiras, a sua energia física e o seu estoicismo nem sempre se conservam íntegros. A mão direita incha até o cotovêlo; os gânglios das axilas e das virilhas se enfartam, a febre o derreia e o ácido fórmico, como um estilete em brasa, se lhe insinua ao longo dos nervos até o coração. Deixei-me morder por quatro tocandiras e quase morri...

— E que significação tem para os Maué essa festa?

— Uma significação extraordinária. Tudo o que o fará feliz, forte e destemido resultará dessa iniciação, da coragem, da alegria e da fé com que a suportará. O Maué só acredita que um indivíduo seja forte, destemido e feliz quando êsse indivíduo se deixou morder por algumas dezenas de tocandiras.

— E o Remo Mágico ou Porantin dos Maué?

— Viajando o Rio Andirá, rio riquíssimo em madeiras de lei e em minérios, procurei ver, na “TERRA PRETA”, o célebre Porantin ou Remo Mágico dos Maué. E escrevi a respeito uma curiosa monografia, capaz de, na opinião de Luiz da Camara Cascudo, justificar a reunião de um congresso de americanistas para examinar essa revelação. O Remo Mágico está ligado à organização social, à vida religiosa, à estrutura econômica e à tradição dos Maué. É uma linda peça etnográfica, que eles guardam cuidadosamente, com desenhos — losangos, escalonados, gregas e pontas — escarvados em madeira duríssima, pesada, negra, que não é da região. O valor, entretanto, desse Remo não está na maravilha caracterítica do gênio da bugrada, que é o decorativismo, e sim na simbólica dos losangos, dos escalonados, das gregas, dos pontos ou dos discos, recobertos por uma fina camada de argila branca e de argila vermelha. Esses desenhos não são simples produtos da fantasia dos Maué, iguais àqueles que levaram Kach Grunberg a afirmar em contradição a Stradelli, “que não pagam a pena” de uma notável explicação. Neles está toda a mística, toda a história, toda a organização social desses índios que através dos séculos, trouxeram até nós a planta inestimável do guaranazeiro, fonte de euforia e de saúde, sorvida na forma primitiva do *capó*, rival do *cáá* dos guaranis. Na sua simplicidade eles vão despertar novas discussões de roda às inscrições rupestres, das nossas grutas e das nossas cachoeiras. Na sua integridade ideológica eles vão responder às perguntas de certos americanistas. Ouvi os velhos da tribo em plena selva do Andirá, recolhi deles as tradições e as histórias que o Remo Mágico lhes conta, fiz pesquisas na psicologia, nos costumes e nos hábitos da geração que vai suceder à desses velhos chegando a conclusões interessantes.

— Definitivas?

— Não, ainda não. Sigo um método oposto ao de certos estudiosos da etnologia americana; trabalho por uma coordenação dos estudos indígenas no Brasil, pondo fim à unilateralidade de alguns pesquisadores.

— E que me diz dos Mura?

— É um povo que sofre, há séculos, o peso da incompreensão de homens com a responsabilidade de Bates. Tendo ocupado uma área que, segundo Curt Nimuendajú, se estendia do Trombetas ao Perú, os Mura são acusados de nomadismo, de crueldade, de rapinagem, de bedice, de inércia, do uso da coca.

— Da coca?

— Sim, como outras tribus do Vale, do Tiquié, por exemplo, os Mura fazem plantações regulares de *eritroxilon coca*, consumindo as folhas, queimadas, trituradas e associadas à cinza da embaúba e a fim,

depois de molhado, densidade de uma pasta de mascar. Com isso o Mura engana a fome e a cansaço, a injustiça dos homens e seu destino errante. Há civilizados que, em igual situação, se refugiam num vício qualquer, ou matam, ou roubam. Forças absurdas o levaram, como a estes, a tais crimes. A tribo dos Mura foi, forçosamente, noutras eras, uma grande nação de pescadores, como outros povos do Vale. Como os Uro, estudados por Métraux, os Mura têm a existência dependente de uma embarcação de pesca; aqueles possuem a balsa de *tortora* e estes a montaria aberta numa casca de árvore. Ora, ao tempo da conquista do Vale, os portugueses entenderam de transformar essa nação de pescadores em nação de agricultores, de artífices, de pastores. O resultado foi a reação, foi a fuga ao chicote e à enxada, foi a vindita. Os portugueses não souberam compreender a psicologia do pobre pescador Mura, não quiseram compreender que a organização social da grande nação o obrigava à aventura permanente da pesca, de lago em lago, seguindo-se as piracemas ou o peixe arisco, e, depois os longos dias de inércia, quando as águas cresciam e o peixe rareava. Perseguidos, escoraçados, impedidos de pescar tranquilamente, os Mura reagiram... Daí a triste fama de preguiçosos e de ladrões. Como até lá ainda não chegaram as exigências da Saúde Pública, consolam-se os Mura com o vício do *ipadú*, nome por que é conhecida a coca nos lagos do Purús e do Solimões e do Rio Negro, onde os últimos representantes dessa tribo exercem teimosamente a mesma profissão que elegeram há séculos. A pesca e a salga do pirarucú, nos lagos do Purús e do Solimões, têm nos Mura a garantia de uma das mais importantes indústrias extrativas da Amazônia. E' a experiência, é a habilidade, é a resistência física e moral dessa gente que garante ao comerciante e ao consumidor a continuação dessa pesca. Poucos índios superam na astúcia e habilidade, em matéria de pesca, os Mura.

— Observo que, no decorrer desta conversa, está sempre fazendo referências a Curt Nimuendajú e ao General Rondon.

— E' que admiro a ambos. Um, pela capacidade de investigar tôdas as áreas de cultura do Índio brasileiro, e outro pelo esforço, pela energia, pelo patriotismo de coordenar e conduzir o movimento, mais simples ou mais complexo, na direção do Índio.

Em trinta e seis anos de permanência no Brasil Curt Nimuendajú, — quer trabalhe para o Serviço de Proteção aos Índios (de 1905 a 1923); quer trabalhe para os Museus de Hamburgo, de Dresden, de Leipzig, de Gotenburgo; quer trabalhe para a Universidade da Califórnia ou para o Instituto Carnegie, — estudou 102 tribus, havendo publicado 28 obras acêrca dessas tribus e tendo 47 manuscritos só de material linguístico, o que dá ao conjunto dessas obras o vulto e a majestade de um monumento jamais realizado por outro estudioso, de igual projeção científica, das culturas indígenas da América do Sul. As obras de Curt

Nimuendajú, entretanto, inexplicavelmente, ainda não foram divulgadas em nosso País, e é pequeno o número de estudiosos que as conhecem, pois, na sua totalidade, foram publicadas em língua alemã. Robert H. Lowie, o eminente sociólogo americano, está divulgando nos Estados Unidos algumas dessas obras, havendo publicado, em 1939, a obra de Curt Nimuendajú "THE APINAGÉ". Essa obra, que já foi posta em língua portuguesa, graças à solicitude de Carlos Estêvão, do Museu Goeldi, ainda não pôde ser dada à estampa, creio que à falta de recursos com que se debate aquele estabelecimento. Os estudiosos do Índio precisam trabalhar para que essas obras, quanto antes, sejam divulgadas em nosso país, como sugeriu, há pouco, Sérgio Buarque de Holanda.

E a obra de Rondon precisa ser continuada. Ele foi, sem dúvida, neste século, o maior explorador das nossas brenhas, o mais lúcido incentivador dos estudos indígenas na América, o mais enérgico e o mais destemido e o mais solícito condutor de homens de ciência e de homens de ação como Roquete Pinto, Alipio Miranda Ribeiro, Euzébio de Queiroz, Hoehne. Kulmann, Ducke, Barbosa de Faria, Pyrinus Horta Barbosa, Amílcar Barbosa Emanuel Silvestre Amarante.

Houve um momento, — não vale a pena precisar a data — em que a Nação, esquecendo-se dos méritos que Rondon conquistara e da significação social, econômica, política e cultural que tinha a sua obra em favor do Índio, vibrou contra ele um golpe inexplicável, desorganizando-lhe e atirando ao abandono o Serviço de Proteção aos Índios. Já agora, contudo, sente-se que essa mesma Nação, sanando erros, vai repor a criação de Rondon no lugar que lhe compete. A essa instituição, — que se revigorará, de certo, com a experiência e o conhecimento de outros povos, — deve-se dar recursos e técnicos, necessários à solução dos problemas que se prendem ao amparo, à valorização, aos direitos do Índio, como cidadão brasileiro e como elemento humano dos mais dignos e dos mais interessantes.

— Não acha que, tendo-se estudado mais o Negro no Brasil, já é tempo de promovermos congressos, como o de Pátzcuaro, no México, de interessarmos os artistas e intelectuais brasileiros pela personalidade do Índio, pelas suas instituições, pelo seu trabalho agrícola, pela sua pequena indústria doméstica, e pelas manifestações da sua inteligência e da sua tradição?

— Essa é, também, a minha opinião. Tanto assim que, preocupado em ver os estudos indígenas encaminhados a novos rumos, iniciei uma série de conferências, no Nordeste e na Amazônia, e entrei a publicar livros, batendo-me pela necessidade de que êsses estudos se façam "in-loco", com o material humano que a Amazônia e outras regiões do País ainda nos oferecem. Dei, também, aos meus estudos, conferências e viagens, um outro sentido: o social e o econômico. Nes-

sas viagens estudei as condições materiais e intelectuais do índio, registando fatos que nos revelam a sua consciência, os seus direitos, a sua posição social, isolado ou em contacto com os pseudos civilizados, e o seu valor econômico.

Pude verificar, dêsse modo, que os Parintintin, que eram um povo de agricultores, tendo o milho por base alimentar, se batiam como as minorias humanas do Vale do Amazonas, pela exploração tranquila das terras que lhes pertenciam, sendo as suas correrias e guerras determinadas mais pela expansão do seringalismo absorvente do que por um instinto de animal irrequieto e faminto.

Em relação aos Maué verifiquei que êsse povo, produtor secular do guaraná, é espoliado e pervertido pelos comerciantes (sobretudo regatões) dos Municípios de Barreirinha e de Maués, onde estão localizados os seus guaranazais. E êsse povo, dia a dia, acompanha, desolado, a depreciação das suas plantações e da sua técnica do preparo do guaraná, por indivíduos inextrupulosos e cúpidos, que estão impingindo aos consumidores um guaraná, inferior ao denominado "Luzé", como superior ao das "TERRAS", isto é, àquele preparado pelo índio. E isso seria fácil de remover-se se o índio Maué tivesse ao menos um representante entre os membros do Consórcio do Guaraná, em Manaus ou na cidade de Maués.

E, quanto aos Mura, pude capacitar-me de que, como a maioria dos pescadores do litoral brasileiro, não passam de escravos, explorados em suas pescarias por fazendeiros, castanheiros e seringalistas.

Donde, pois, a necessidade de, — estudando o Índio, como Curt Nimuendajú, e dando-lhe instituições e direitos, como os que lhe deu Rondon, — cuidarmos de assegurar-lhe as terras que trabalham, de amparar, tecnicamente e comercialmente, os produtos das suas lavou-
ras, das suas indústrias e das suas pescarias, de divulgar as manifestações de seus sentimentos e da sua arte, de interessar todos os brasileiros pelas suas características, de acorrer às solicitações do seu espírito por uma escola ou por uma oficina. E isso, na Amazônia, importará na valorização do maior fator do seu destino e da sua grandeza — o Homem.

(Do jornal "Dom Casmurro")

Narrativa de uma viagem ao Brasil

RODOLFO GARCIA

A Biblioteca Nacional adquiriu, há dois anos, do livreiro antiquário Walter D. Spencer, de Londres, uma série de documentos ingleses, relativos ao Brasil, que reputo do mais alto interesse para a história e a ciência brasileiras. Parte dessa documentação já foi publicada nos **Anais da Biblioteca**: a correspondência ativa e passiva da escritora Maria Graham, ou Lady Callocot, com a Imperatriz Maria Leopoldina, e um escôço biográfico do Imperador D. Pedro I, elaborado por aquela escritora. Em via de publicação está a **Narrativa de uma viagem ao Brasil** escrita por um naturalista desconhecido, que visitou o Rio de Janeiro e Minas Gerais, de 1833 a 1835.

A importância desse documento, que vale como um capítulo inédito da História das explorações científicas do Brasil, estava a exigir que fôsse levantado seu anonimato antes de qualquer divulgação. Foi o que empreendi com o zelo de antigo charadista-colaborador do **Almanaque Luso-Brasileiro**... As pesquisas, que se

impunham, alcançaram resultados satisfatórios, devidos mais aos dados que o próprio documento forneceu do que a argúcia do pesquisador, que apenas teve o trabalho de reduzi-los, e tem agora o prazer de apresentá-los à Academia.

O naturalista informa que saiu de Falmouth em junho de 1833; que fez uma viagem muito favorável e rápida, tanto que a 17 do mês seguinte avistava o Cabo-Frio. Não disse o nome do navio em que veio, nem o tempo que durou a travessia, nem os dias da partida e da chegada. Mas, embarcando em Falmouth, era natural que se servisse do paquete inglês que fazia a carreira daquele porto ao do Rio de Janeiro. E' sabido que a convenção assinada nesta cidade, em 19 de Fevereiro de 1810, por Lord Strangford, como ministro da Inglaterra e pelo conde de Linhares, como ministro dos estrangeiros e da guerra, esboçara uma linha de paquetes ingleses entre Falmouth e Rio de Janeiro, mais tarde, em 1851, substituídos por paquetes a va-

por entre a Europa e o Brasil. Esses paquetes eram mensais, e tão regulares que, no Brasil a palavra **paquete** se tornou sinônima de certas coisas que só aparecem uma vez por mês.

Se o navio em questão passou pelo Cabo-Frio em 17 de julho, no outro dia, com viagem normal, havia de entrar no pôrto do Rio de Janeiro. De fato, nas **Notícias Marítimas do Jornal do Comércio** de 19 de julho, que dá as entradas do dia 18, está a do paquete inglês **Reynald**, procedente de Falmouth, com quarenta dias de viagem. Vê-se daí que foi esse o paquete do mês de julho, o qual devia ter saído do pôrto inicial a 9 de junho, para, gastando quarenta dias de navegação, aqui chegar a 18 do mês seguinte. Uma travessia rápida, há um século passado, não era coberta em menor tempo. Nove anos antes, aquele mesmo paquete, saindo do mesmo pôrto em meados de julho de 1824, com a escritora Maria Graham a seu bordo, aportou ao Rio de Janeiro a 4 de setembro, com cinquenta dias de viagem, segundo as **Notícias Marítimas do Diário do Governo**, de três dias depois.

Pelo visto e provado, dessa outra vez traria o naturalista autor da **Narrativa de viagem** em questão, embora seu nome não figurasse na lista dos passageiros, da qual a **Aurora Fluminense**, de 22 de julho destacou duas individualidades notáveis: o conde de Saint-Priest, ministro plenipotenciário do rei dos franceses na corte do Rio de Janeiro, e o visconde da Pedra-Branca, senador do Império.

Se os jornais tivessem publicado tal lista, como faziam muitas vezes, o caso estaria resolvido sem mais dificuldades, porque seu nome havia de aparecer forçosamente; para suprir a falta, só um recurso se apresentava, que era inquirir sobre os naturalistas ingleses que no tempo assinalado jornadassem no Brasil. Dirigidas nesse sentido as pesquisas, foi fácil de encontrar, citado por Inácio Urban, **Vitae itineraque collectorum botanicorum**, etc., in **Flora Brasiliensis**, de Martius, volume I, parte 1.^a, ps. 819, o nome de Sir Charles James Fox Bunbury, como o que mais probabilidades oferecia de ser o naturalista indigitado: foi ele que viajou no Brasil e Rio da Prata, de 1833 a 1835, conheceu o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Gongo-Soco, Capão, Cocais, Ouro Preto, etc.), esteve em Montevideu e Buenos Aires, de dezembro de 1833 a março do ano seguinte, o que tudo a **Narrativa** aponta, convertendo em certeza aquelas probabilidades. Mas, se não bastasse tal confirmação para estabelecer a identidade procurada, ainda a dois elementos de prova poderia recorrer o pesquisador:

a) O parentesco invocado pelo naturalista com o diplomata inglês Henry Stephen Fox (1791-1846), o primeiro ministro plenipotenciário e enviado extraordinário da Inglaterra em Buenos Aires desde 1830, transferido em 1832 para o Rio de Janeiro, e daqui, em 1830, removido para Washington, onde faleceu em outubro de 1846; era tio do naturalista, como este declara, e está a indicar o apelido Fox, co-

mum aos dois, que entronca a ambos na ilustre geração de Lord Holland (1773-1840), um dos mais afamados políticos liberais da Inglaterra;

b) O fato de haver permanecido em poder de Sir Henry C. J. Bunbury, talvez seu filho (o que falta apurar), o manuscrito da **Narrativa**, adjudicado por morte do proprietário e ordem dos executores de seu testamento ao livreiro londrino já citado, conforme consta de seu catálogo de vendas.

Sendo assim, parece que não deve restar dúvida em que seja autor da **Narrativa** Sir Charles James Fox Bunbury, sobre quem apenas se consegue apurar que nasceu em 1809, em Messina, Sicília, estudou na Universidade de Cambridge, aos vinte e quatro anos fez a viagem ao Brasil, de 1837 a 1839 esteve, em companhia de Sir George Napier, no Cabo da Boa Esperança e na África Austral, em excursões botânicas, e em 1835 visitou a Madeira e Tenerife. Suas coleções botânicas repartiu-as com a Universidade de Cambridge, a Sociedade de Linneu, de Londres, e o herbário de Martius.

Que a **Narrativa** é absolutamente inédita, pode-se afirmar com segurança, depois de minuciosas buscas na bibliografia inglesa, extensivas aos melhores repertórios nacionais, como o **Catálogo da Exposição de História do Brasil**, a **Biblioteca Brasiliense** de J. Carlos Rodrigues, e a **Biblioteca Exótica**, de Alfredo de Carvalho.

Desde o Cabo Frio sentiu-se o viajante empolgado pelos aspectos

da natureza. Da baía do Rio de Janeiro, disse que nada podia ser mais encantador: as numerosas embarcações ancoradas a várias distâncias e a quantidade de barcos que deslizavam sobre as águas em tôdas as direções, contribuíram muito para dar vida àquela cena maravilhosa. Tôda a animação de um pôrto próspero e de uma grande capital estava aqui combinada com o mais suntuoso e pitoresco cenário. Mas, no Rio, o que mais o interessou foi a vegetação dos arredores da cidade. Percorria diariamente a estrada do Aqueduto pela banda de Santa Teresa, em menos de uma hora encontrava-se no meio de luxuriantes florestas virgens; à medida que prosseguia, as mais lindas vistas se apresentavam a cada volta; penetrando mais na mata, deparavam-se-lhe em baixo o rico vale cultivado, as praias ondulantes, a vastidão da baía, com as suas cem ilhas verdejantes e os portentosos grupos de montanhas, que subiam de todos os lados. Podia facilmente imaginar, então, que se achava no país das fadas.

São nesse tom as suas descrições dos aspectos naturais do Rio, que lhe despertavam sentimentos de admiração e prazer. A ascensão ao Corcovado, que praticou em uma manhã, das oito e meia horas ao meio-dia, subindo a pé, vagarosamente, foi para êle um deslumbramento. Montanhas, florestas, rochedos, vales, a cidade com seu pôrto, a baía, o azul vivo do mar, tudo se desenrolava à sua vista como um mapa esplendoroso. O especial encanto dos arredores do

Rio consistia para êle, na juxtaposição e no contraste da mais intensa cultura com a grandeza selvagem da montanha e da floresta. Êsses arredores bem podiam ser chamados o paraíso terrestre; mas seus habitantes, de certo, não se achavam em estado de inocência — conclue graciosamente.

Em relação aos nossos costumes políticos e sociais, seu entusiasmo esfria um tanto. Tínhamos uma constituição política demasiado adiantada para o país, onde a população era tão espalhada, as comunicações difíceis e a educação deficiente. Em época futura, talvez desse resultado, mas, naqueles dias, o déspota mais poderoso sentir-se-ia seriamente atrapalhado para impor sua autoridade em tal país.

A religião católica era reconhecida pela Constituição, como religião do Estado, entretanto, em abono do governo e do povo, devia dizer que a mais ampla liberdade era concedida a todos os outros crêdos.

A liberdade, ou como chamou, libertinagem de imprensa, é fato bem conhecido dos historiadores dos fatos regenciais; os jornais, ou melhor os pasquins, que surgiam como cogumelos malsãos para envenenar a opinião pública durante meses ou semanas, que não era maior a duração, chamavam-se (e pela excentricidade dos títulos bem se pode avaliar de seus programas...) **O Brasil Aflito, o Burro magro, o Cabrito, O Capadócio, O Caramurú, O Carijó, O Catão, A Cegarrega, O Cidadão-**

Soldado, O Clarim da liberdade, O Corneta, O Defensor dos Rigoristas, Os Dois Cumpadres, O Doutor Tirateimas, O Enfermeiro dos Doutos, O Esbarro, O Evaristo, O Exaltado, A Filha do Simplicio, A Filha Única da mulher do Simplicio, O grito da Pátria contra os anarquistas, O Iman, O indígena do Brasil, A jurujuba dos Farroupilhas, O Ladrão, O Lince, A Marmota, O Martelo, A Matraca dos Farroupilhas, O Médico dos Malucos, A Mulher do Diabo, A mutuca picante, O Novo Censor, O Novo Tamoio, o Profeta, O Republico, O Saturnino, A Simpliciazinha, O Simplicio, O Simplicio da Roça, O Trimvir Restaurador ou a Lima Surda, e outros de igual jaez, que saíram todos, notai bem, com um espaço de tempo que não foi além de 1831 a 1835.

Nunca a imprensa no Rio de Janeiro (salienta o grande cronista Vieira Fazenda) desceu tão baixo, não poupando a vida íntima dos moderados, governantes ou não, e até invadindo o lar de uns e outros, cruelmente ultrajados em verrinas cáusticas, ferinas, desabridas e imorais. A êsse respeito refere o viajante o penoso incidente de que resultou a morte do redator do **Brasil Aflito**, que era um dos mais encarniçados daqueles pasquins, Clemente José de Oliveira. Êsse indivíduo insultara atrozmente, nas colunas do seu jornal, a família do Regente do Império; um filho dêste, jovem oficial da guarda, quis fazer justiça por suas próprias mãos, eliminando, em pleno dia, no largo da Carioca, o miserável foliculá-

rio, Fox Bunbury, lamentando o fato, achou que tal redator recebeu o que merecia, mas reparou que, sendo o crime testemunhado por muitas pessoas, nenhuma se apresentasse para depor contra o criminoso, que foi absolvido pelo tribunal por falta de provas...

Sobre Montevideu e Buenos Aires, que visitou incorrentemente, as impressões do naturalista não foram favoráveis, comparando aquelas capitais platinas com a brasileira. As vantagens desta sobre aquelas se manifestaram em mais de um ponto, sobretudo no que respeita aos aspectos florísticos, à inopinada vegetação das primeiras em contraste com a riqueza e opulência da outra.

Buenos Aires era, em seu conceito, uma cidade bem construída, mas com tal enfadonha regularidade e semelhança, que, quando se tinha visto uma rua, ainda mesmo meia-rua, já se vira a cidade inteira. O silêncio e o vazio dessas ruas eram chocantes, principalmente para quem acabava de chegar da barulhenta, ativa, animada e populosa cidade do Rio.

A alimentação intensiva de carne foi outra coisa que o desgostou. "Uma estada em Buenos Aires é quase suficiente para se ficar enjoado de carne para toda a vida". Até as galinhas eram alimentadas com carne, e tinham por isso um sabor desagradável. Na volta modificou um pouco suas impressões sobre Montevideu, cujas terras circundantes, apesar de muito pobres, tinham mais variedade de superfície do que as de Buenos Aires, porque ali já apareciam ro-

chedos, coisa absolutamente desconhecida do outro lado do rio.

A excursão à Minas Gerais, ao distrito de mineração do ouro, é uma parte interessante da *Narrativa*, pelas notícias que encerra. Ali, além do botânico, aparece o geólogo por igual sapiente em suas observações. A natureza do solo, a composição das rochas, o trabalho das minas, constituem bons capítulos, que serão devidamente apreciados pelos especialistas.

Suas descrições de Ouro Preto e de Mariana são perfeitas. O panorama em volta da antiga Vila Rica, não era, para ele, de maneira alguma tropical, mas defrontava-se-lhe de tal modo que, quando não prestava particularmente atenção aos detalhes da vegetação, poderia facilmente imaginar que se achava em Carnavonshire. Mariana pareceu-lhe a capital eclesiástica de Minas: continha grande quantidade de igrejas, algumas das quais não eram feias, e padres em abundância; contudo, tinha uma aparência mais alegre e agradável que Ouro Preto, e o cenário em torno oferecia aspecto aberto e risonho, em vez da severa, mas pitoresca austeridade que caracterizava a outra. Cocais foi uma das mais belas aldeias que viu em Minas, apesar de ser inferior às aldeias holandesas do Cabo da Boa Esperança. Todos os outros lugares, Gongo-Soco, Catas Altas, Santa Bárbara, Bento Rodrigues, Inficionado, mereceram-lhe referências simpáticas, de envolta com algumas censuras à falta de diligência e ao desma-

zêlo de seus habitantes. Porque nem sempre seu tom afinou na solfa das loas... Também seria de mais exigir que um viajante estrangeiro, naquele tempo, achasse o Brasil o melhor dos mundos.

Além de seu depoimento para a história dos nossos costumes, a importância da **Narrativa** está precipuamente em que vem constituir, como já signifiquei, um capítulo novo da história das explorações

científicas do Brasil, relativo à Botânica, à Geologia e à Mineração.

Apresentado aos estudiosos brasileiros dentro em breve tempo, tenho esperança que será recebido com as alvícaras que merece o trabalho esquecido de Sir Charles James Fox Bunbury.

(Comunicação lida na Academia Brasileira de Letras).

Sôbre o negro no Brasil

FERNANDO GOES

Na casa dos vinte anos, quando ainda distante da patina da serenidade, da cínica descrença que só as vividas experiências trazem, o que sobremodo caracteriza a juventude é a sua inquieta insatisfação de tudo. Insatisfação e inquietude que levam o ser de vinte anos a uma procura, a uma busca por vezes exagerada e indiscreta das coisas.

E' próprio dos moços se apaixonarem em suas buscas e procuras irrequietas, e por isso mesmo se contradizem, que a contradição é obrigatória nos que, buscando muito, nada encontraram ainda. Os velhos, por comodismo, por cansaço e muito mais por experiência, já não procuram nada e aceitam tudo — a verdade dos outros ou a sua própria. Os rapazes não, que os rapazes ainda não possuem uma verdade dêles, e duvidam demasiadamente das outras, das alheias.

Ora, não faz muito tempo, escrevendo sôbre o poeta baiano Antônio de Castro Alves, eu dizia, me referindo àquela parte de sua obra que se compõe de uns incan-

descentes versos contra a escravidão do negro — “Castro Alves foi e é, até hoje, o maior, o melhor, o mais franco e o mais leal amigo que os negros do Brasil já encontraram”. Nesse mesmo artigo sôbre Castro Alves, eu citava o trecho de uma conferência do Sr. Artur Ramos acêrca dos **Castigos Escravos**. E ao mencionar o nome do prof. Ramos, me limitei a precedê-lo de apenas um ou dois muito vagos e inconsistentes adjetivos. Chamei-o, bem me lembro, de “grande” estudioso dos problemas afro-brasileiros, de “ilustre” professor de antropologia. Só. Agora, lendo com dolorosas humilhantes dificuldades este **The Negro in Brazil**, que numa tradução de Richard Pattee o Sr. Artur Ramos vem de publicar nos Estados Unidos, me assalta uma dúvida angustiosa. Levado pelas mágicas da poesia, tão feminina e perigosa no seduzir a gente, não teria eu concedido ao condoreiro da Baía um título que melhor se ajustaria ao antropologista das Alagoas? Não teria cometido uma injustiça,

dizendo do Sr. Artur Ramos que ele é, simplesmente, um “grande” conhecedor do negro brasileiro, um professor “ilustre”, ao tempo que dizia de Castro Alves coisas tão peremptoriamente significativas?

Nos versos de Castro Alves sobre a escravidão, existe, e é fácil de se verificar, aquele condoer-se pela alheia desgraça, natural nos seres bons, limpos de alma e coração. Condoer-se que não é bem compreensão, não é bem amor pelo ser sacrificado e sofredor, e sim pena, piedade, dessa piedade comovente que, por desgraça nossa, tem, até hoje, substituído no coração do homem branco, a compreensão de há muito merecida pelo negro.

Também me parece, depois de muito ter observado, que Castro Alves não foi aquele amigo irrestrito dos negros, que todos apregoam e eu há tempos asseverei tão convictamente. E nem eles, os negros, constituíram a preocupação maior do poeta. As releituras constantes dos seus versos, me têm mostrado que a sua grande e absorvente preocupação não foi o negro, foi a liberdade. Dela, da liberdade (que ele escrevia com L maiúsculo) foi Castro Alves um amigo, um defensor, e mais, um amante apaixonado. O negro foi um motivo, um pretêxto para que na sua obra a liberdade fôsse exaltada. E muito mais que o negro, a escravidão. Chamá-lo, então, de “poeta da liberdade” e mesmo de “poeta dos escravos” (sem alusão ao poema que escreveu sob esse título), me parece

de muita propriedade e certeza. E isso me faz acreditar que si aquele desgraçado dia 13 de maio de 1888 o tivesse encontrado vivo, seu estro permaneceria o mesmo, entusiasta e exaltado por tôdas as justas e necessárias aspirações humanas, tomando, no entretanto, um novo motivo, um outro pretêxto para a sua expansão libertadora. O negro, ou antes, a escravidão ficaria representando uma fase de sua poesia. A outra, a nova que ia chegar, seria de versos violentos contra o trono e o imperador-poeta, de hinos e ditirambos em louvor da República, então imagem e símbolo de tôdas as humanas liberdades.

Hoje, em nosso tempo de políticas tão várias e levianas, tudo leva a crer que ao invés dos sofrimentos causados à raça negra pela escravidão, ou às excelências do regime republicano, o eloquente baiano cantaria a necessidade da luta de classe, amando não mais a libertação de uma raça ainda infelizmente escrava de preconceitos torpes, mas apaixonado de outras perigosas e impossíveis liberdades...

O Sr. Artur Ramos é bem diferente. Não que ele julgue com desimportância as belezas e os encantos da liberdade, que da liberdade todos os homens são amantes, desde que sejam decentes e viris. Ela, sim, é que mulher, se torna esquiva, distante e difícil, e quando se aproxima, com acenos sedutores, nos leva a caminhos mil, perigosos demais e misteriosos para que sem temores e receios a gente a acompanhe...

Ora, eu dizia que o Sr. Artur Ramos é bem diferente, porque êle é um preocupado, um possuído não do "motivo", do "assunto" negro, mas da vontade nobre e rara de ver o homem negro ser realmente considerado como um homem normal, digno de viver em tôda parte, como tôda a gente. Viver não como um "negro" ou mesmo como um "branco", mas simples e apenasmente como um ser humano, que o homem "não vale pelo seu teor de hemoglobinas arianas e de pigmentos epidérmicos hereditários. Êle vale como o representante de um grupo de sociedade ou de um ciclo de civilização".

Seus livros revelam um amor, uma compreensão extraordinária da raça negra, compreensão que não é aquele já citado e doloroso condoer-se da desgraça alheia, e sim um imensurável querer-bem que procura objetivar-se, utilmente, em colaboração decisiva, afim de que o negro se imponha com os direitos que os seus já comprovados méritos lhe garantem. E' o interesse do negro apenas pelo negro, sem outra preocupação. Nem mesmo aquela que podia ser maliciosamente insinuada por alguém que quisesse me lembrar o médico e o cientista existentes no Sr. Artur Ramos — nos livros dêle o negro também constitui um motivo, um pretêsto, porque figura como elemento unicamente necessário à aplicação de certa metodologia científica e de algumas experiências de demopsicologia.

Eu disse "nem mesmo", porque

os métodos psicanalíticos por êle empregados nos seus importantes estudos sobre o negro, constituem "meios" e não "fins" de suas obras. "Meios" dos mais sérios justamente porque rigorosamente científicos e, portanto, impossíveis de serem literariamente desmentidos pelos sociólogos campeões do arianismo nacional. Os "fins" são outros, bem diversos dêsse pretenso cientificismo que lhe possam apontar. São aqueles que dizem respeito à demonstração da importância das culturas negras trazidas para cá, através das suas sobrevivências folclóricas, musicais, linguísticas, religiosas, sociais, etc., e ao papel que o negro representou e representa em nossa formação e desenvolvimento de povo. Isto é o que, em linhas gerais, a vasta obra do Sr. Artur Ramos vem procurando revelar, obra em que o rigor das pesquisas e dos estudos, aliado à justeza e à coerência das conclusões, conseguiu levar o nome do seu autor para além destas brasileiras terras, projetando-o com merecido destaque, até a parte norte desta nossa tão europeamente desejada América:

The Negro in Brazil (The Associated Publishers, Inc., Washington, D. C.) e estas razões me parecem bastantes para provar da injustiça por mim cometida contra o Sr. Artur Ramos. E apesar de dúvidas inumeráveis me torturarem, desta que até pouco tempo me aborrecia, julgo estar liberto. Tão liberto que não sinto constrangimento algum em transferir para o professor das Alagoas aque-

las palavras escritas antes para o poeta da liberdade.

Porém não se julgue, das coisas aí escritas, tenha eu procurado exaltar o Sr. Artur Ramos em detrimento de Castro Alves. Em absoluto. Que se mais tarde eu perceber nestas linhas uma alusão qualquer menos cortês ou incompatível com o muito respeito que sempre tive por esse grande poeta d' Os escravos, irei me melancolizar bastante.

Introduzidos na América em 1502, data de 1508 a chegada dos primeiros negros escravos ao Brasil. O porque do tráfego negro para a então colônia lusitana, explicam historiadores e mesmo sociólogos, foi a rebeldia, a indomabilidade do índio, que jamais se sujeitou à escravidão. Vivendo na mais ampla e solta das vidas, dono de todas as vastas e impressionantes riquezas das terras do pau-de-tinta, o indígena reagiu nobremente contra os que além de lhe tomar a terra, queriam também lhe arrancar a liberdade. Daí, da dificuldade da escravidão do índio, veio a necessidade de substituí-lo por um elemento que ao invés desse tão incômodo, entranhado e belo amor à liberdade, fosse dócil, passivo, submisso, a ponto de submeter-se inteiramente ao jugo da escravidão. O negro, quem o afirma é a maioria dos escritores da nossa história, o negro possuía aquelas "qualidades" — era dócil, passo submisso ao cativo. . . O Sr. Artur Ramos, com aquele espírito de justiça que o caracteriza, espírito que procura

sempre colocar as coisas no seu devido lugar, demonstra o apressado e o errôneo dessa conclusão. O negro foi escolhido, diz ele, por motivos bem diferentes da tão apregoada e falsa submissão — por se encontrar em um estágio de civilização muitas vezes superior ao do gentio e, portanto, capaz de "produzir", de "render", como trabalhador rural, mais, muito mais que o índio, que, além da sua comprovada ociosidade, era um elemento nômade, destituído do espírito de fixação à terra, necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da colônia, e desconhecedor das mais rudimentares noções de cultura agrária. Dêles escreveu o escrívão da Armada Pero Vaz de Caminha na carta célebre, que — "não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária, que costumada seja ao viver dos homens; nem comem sinão desse inhame, que aqui ha muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam". Quanto aos negros, por volta de 1535 já havia em Pernambuco alguns, importados das ilhas de São Tomé e Príncipe, que eram "grandes conhecedores da indústria do açúcar", informa o historiador mineiro João Dornas Filho. Essas, sem dúvida, as verdadeiras razões que levaram os nossos colonizadores a substituir o índio, imprestável, pelo negro, eficiente. Razões de interesse econômico. E depois já se sabe hoje que se o negro foi, indiscutivelmente, um bom, um excelente trabalhador, por outro lado

foi um mau, um péssimo escravo. Não só aqui, mas em toda parte onde o escravizaram, o negro reagiu ao trabalho forçado, às gargalhadas, ao bacalhau.

Historiando os feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim de 1636, afirma João de Laet dos negros angolenses, sobre quem Gaspar Barleus disse serem os mais laboriosos, — que eles trabalhavam “mas sempre com muitos açoites”, o que documenta a consciência do valor da liberdade e do direito da independência, que os negros possuíam. Mas bastaram as insurreições, inúmeras e de grande importância, que realizaram no Brasil, para demonstrar como e com que dignidade souberam reagir, sempre que possível, ao cativeiro. Na organização dessas insurreições, que Nina Rodrigues tão acuradamente descreveu e estudou, e às quais um autor nordestino, o Sr. Aderbal Jurema, dedicou há tempos um curioso ensaio, os negros desmentem, em cheio, a passividade e a submissão que os historiadores de há muito lhes vêm atribuindo. Os Palmares, e depois as revoluções dos haussás e dos nagôs em 1807, 1809, 1813, 1827, 1828 e 1830 e especialmente a de 24 de janeiro de 1835, contraíndicam aquelas assertivas a respeito do negro escravo. E há mais: a revolta dos Cabanos, no Pará, e em 1839, no Maranhão, a Balaiada, que teve em um negro — Manuel Francisco dos Anjos Pereira — a sua figura central. E ainda a revolta chamada do “quebra-quilo”, em 1874, quan-

do da introdução do sistema decimal no país. E poderia ainda o Sr. Artur Ramos, não fôsse este seu volume uma síntese das atividades do negro em nossa terra, mencionar as revoluções por eles planejadas em Minas, nos anos de 1719 e 1756, e mais o quilombo, paulista do Jabaquara, que inspirou a Vicente de Carvalho o seu lindíssimo **Fugindo ao Cativeiro**.

A enumeração desses fatos serve, também, para documentar aquela outra verdade escrita pelo Snr. Artur Ramos à página 66 do seu livro, quando diz terem sido os negros os agentes e os arquitetos de sua própria liberdade, observação justíssima e também feita pelo Snr. Afonso Schmidt há tempo. A solidariedade existente entre os escravos, demonstrada pela cooperação em dinheiro com que uns libertavam os outros; as sociedades fundadas para obter a carta de alforria dos companheiros mais inteligentes, que depois iriam trabalhar para a libertação dos restantes; nas Minas, o caso tão conhecido de Chico Rei, a quem o Sr. Artur Ramos denomina de **o primeiro negro abolicionista do Brasil**, e a campanha admirável, estupenda, de um Luiz Gama e, posteriormente, de um José do Patrocínio, demonstram ter sido preparada e realmente conseguida pelos negros, a sua própria liberdade.

Mostrando o que foi, entre nós, o trabalho escravo, o Sr. Artur Ramos fá-lo rapidamente, sem, contudo, deixar de provar o quanto era bárbaro e perverso, com o

seu processo terrificante de castigos deshumanos e criminosamente requintados. Os instrumentos de tortura então utilizados — o tronco, o lubambo, a gargalheira, e ainda o sistema das novenas e das trezenas, são descritos, num atestado da violência com que eram os negros castigados. Desses suplícios, muitos resultavam em deformidades físicas das vítimas, em mutilações que serviam para identificar os escravos, e que contribuíram, em grande parte, acentua o Sr. Artur Ramos, para se ver e acreditar numa pretensa inferioridade do negro — ser subnutrido, vítima da falta de higiene e do rigor do trabalho excessivo. Não obstante, é ainda o ilustre antropologista quem o afirma, não obstante tudo o que de mau se diga do escravo, e embora muita gente ainda leia e acredite em Gobineau, vendo inferioridade de raças onde apenas existem diferenciações de culturas, não se poderia, por exemplo, escrever uma honesta e verdadeira história do Brasil e da sua economia, sem se falar amplamente do negro e do seu trabalho explorado.

Páginas curiosas dêste volume cuja finalidade principal é dar aos americanos do norte uma visão rápida e panorâmica das realizações do negro brasileiro, são aquelas em que o Sr. Artur Ramos relata a contribuição do negro à nossa literatura. Menciona aí aqueles poetas e cantadores populares do nordeste — Theodóro Pereira, Manuel Caetano, Azulão, Manuel Preto, José Antonio e Igna-

cio da Catingueira, de quem quase todos conhecem o desafio célebre que teve com Romano, enfim, todos êsses trovadores espontâneos, dos quais o Snr. Leonardo Motta nos fala, às vezes, em excelentes artigos. Mas o vocábulo “curioso”, com que denominei essas páginas onde o Sr. Artur Ramos estuda “o negro na literatura e na ciência”, não diz respeito aos poetas-violeiros nordestinos. Eu quis me referir é ao fato de aí aparecerem, como escritores “negros”, homens de letras nossos que sempre se julgaram ou foram julgados como “brancos”. Aqui, neste **The Negro in Brazil**, figuram, entre outros, o grande cantor d’Os **Timbiras** — Gonçalves Dias (“Dias was the son of a mameluca — the cross of Negro and Indian”); o poeta famoso do **Minueto** — Gonçalves Crespo (“was of Negro descent”); o pensador Farias Brito (“In the realm of pure thought, the negro and mulatto were represented in Tito Lívio de Castro, Tobias Barreto and Farias Brito”); o místico Jorge de Lima (“The mulatto Jorge de Lima”); Corrêa Júnior e Judas Isgorogota (“Corrêa Júnior, Judas Isgorogota, Solano Trindade, Couto de Magalhães and Lino Guedes are colored poets”). Nesse capítulo não foram esquecidos Julianio Moreira, Theodoro Sampaio, D. Silvério Gomes Pimenta, Lima Barreto, Ferreira de Menezes, Luiz Gama, José do Patrocínio (o pai somente; do filho, que escreveu interessantes crônicas e contos e um bellissimo romance autobiográfico, esqueceu-se o Snr. Arthur Ramos), Cruz e Souza, Manuel Querino,

Vicente Ferreira e outros. Em meio, porém, de todos esses negros ilustres, o Snr. Arthur Ramos não incluiu Machado de Assis. A única vez que fala dêle, à página 137, é para, entre outros escritores, situá-lo como daqueles cujas obras estão repletas de influências negras. Se porém, Machado de Assis não figura na relação dos negros, Castro Alves nela aparece — “After the middle of the nineteenth century, many negro and mulatto poets achieved fame in Brazilian letters. The outstanding names are Tobias Barreto, Castro Alves, Luiz Gama, Gonçalves Crespo and Cruz e Sousa”; e mais adiante, referindo-se diretamente a Castro Alves — “Negro blood flowed in his veins”.

No capítulo dedicado às artes plásticas, surgem os nomes de grandes pintores nossos — Portinari, Lasar Segall, Luiz Jardim, Olga Mary, que foram buscar em assuntos negros os motivos de muitos dos seus trabalhos melhores. O mesmo com referência à música, onde compositores da importância de Alexandre Levy, Luciano Gallet, Villa-Lobos, Lorenzo Fernández e Camargo Guarnieri, têm se inspirado grande e fortemente nos temas negros. Entre os nomes de tão ilustres compositores noto a falta do de Haeckel Tavares, que se tem ocupado bastante dos motivos negros, realizando uma belíssima obra musical de inspiração negra.

Porém em trabalhos de síntese como este, omissões de nomes são frequentes e não chegam a se constituir em falhas ou defeitos, de

vez que não prejudicam o conteúdo da obra e a sua finalidade. E depois, o importante dêste volume, e o que me parece mais significativo, é que o Sr. Arthur Ramos não realizou, como poderia, se o quisesse, um livro “pitoresco”, “interessante”, sobre o negro. Livro onde se falasse com muita “verve” da culinária negra, e com muita erudição das macumbas e dos pais de santo. Muito pelo contrário, o que êle procurou revelar neste seu novo e por todos os títulos excelente livro, foi o aspecto social da vida do negro, mostrando, de modo imparcial, o que tem o negro incompreendidamente realizado como artista, como político, como soldado, como revolucionário que lutou e conseguiu parte de sua liberdade, como elemento de integração e solidificação da pátria brasileira. E ao fim da leitura dessas cento e tantas páginas, poderão os americanos do norte verificar, graças ao magnífico trabalho de compreensão que é este volume do Sr. Arthur Ramos, que se o negro brasileiro, por circunstâncias várias e especialíssimas não atingiu ainda, como expressão coletiva, a força de pensamento, a importância cultural e, principalmente, a consciência do seu valor próprio e da sua não-inferioridade, êle está longe de ser somente aquele homem capaz de manter e frequentar camdomblés, preso inteiramente e só àquelas preocupações fetichistas, que os nossos afrologistas, em geral, e com tanto empenho lhe querem emprestar.

(Do “Planalto”)

Noticiário

O Serviço do Patrimônio Histórico e as ruínas de S. Miguel

Há poucos anos, quem quer que, conhecedor de história, percorresse a Região de Missões, sentia a maneira por que era tratado o patrimônio histórico nacional. Lá jaziam, abandonados, os restos de um magnífico templo, em que, outrora, sobre trabalharem na catequese dos selvícolas, os jesuítas, espanhóis de Entre-Rios, viveram um período epopéico da história americana.

“Tendo atravessado o Uruguai — esta é a voz dos historiadores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — o Padre Roque Gonzales, prosseguindo em seu esforço de catequese dos índios, chantou uma cruz na banda oriental do rio junto ao Piratini e ali, no dia 3 de maio de 1626, celebrou a primeira missa rezada por jesuítas das missões do Paraguai em terras do Rio Grande. Foi essa a origem da redução de São Nicolau, seguida logo de numerosas fundações, num período que se dilatou por dez anos”. “Fundada em 1632 pelo padre Cristovão de Mendonça, martirizado pouco tempo depois, São Miguel fi-

gura entre as reduções do Tape destruídas e abandonadas em 1638, em consequência dos assaltos dos mamelucos de São Paulo. Somente em 1668 é que se estabeleceu novamente o povo de São Miguel, à margem oriental do Uruguai, fixando-se, embora, em sítio diverso daquele que lhe destinara a princípio o padre Cristovão de Mendoza”. Expulsos, mais tarde, os jesuítas e desaparecidos os aborígenes da redução de São Miguel, somente restaram, como lembrança do extraordinário momento, as ruínas do “Povo”, entre as quais figuram, sobranceiros, os restos da catedral. A falta de amor à tradição das populações favoreceu sua depredação por espíritos pouco esclarecidos. Os governos nada faziam por conservar o nosso patrimônio histórico. Para se aquilatar do interesse com que esse era tratado, basta registrar-se que, em 1932, na cidade de São Luiz Gonzaga, outrora “povo” magnífico, houve quem permitisse a demolição de um belo exemplar da arquitetura jesuítica: o colégio dos padres. E esse foi o destino de muitas obras de grande valor patrimonial em todo o país...

Todavia, entrado o Brasil numa

era nova, foi se formando ambiente propício a iniciativa culturais de grande alcance. Assim, em 1936, o governo federal criou o "SPHAN", Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob dependência do Ministério da Educação. Como dá a entender seu nome, zela ele por tudo quanto diz respeito à história e arte nacionais, — sob seus auspícios foi inaugurado, há poucos dias, o "Museu das Missões Jesuíticas", no local em que, em outro tempo, estava situada a redução de São Miguel, capital dos Sete Povos das Missões. Iniciada sua atividade na região, o "SPHAN" ocupou-se, em primeiro lugar, das ruínas. Sua restauração muito exigiu dos arquitetos responsáveis. A torre da igreja, principalmente, instável e deslocada, teve de ser demolida. Para execução desse trabalho, foram cuidadosamente numeradas tôdas as suas partes, pedra por pedra, e, depois, recolocadas novamente. Ao que diz a História, a igreja de São Miguel foi construída em 1707. Seu projeto foi de autoria do arquiteto irmão João Batista Primoli, que foi, ainda, um dos autores do projeto da antiga Catedral de Buenos Aires. A nave principal da igreja é separada das colaterais por paredes de pedra, com arcadas.

Restauradas as ruínas, o "SPHAN" organizou o Museu das Missões Jesuíticas, que foi ordenado de maneira a provocar no público uma idéia exata do que foram as Reduções, sua arte e sua história. Há, expostas, cerca de 90 peças. Medalhas, sinos, ima-

gens, fragmentos arquitetônicos, aí se encontram. O prédio foi erguido no alinhamento e dentro do mesmo espírito que regeu a construção das antigas casas dos índios. Nele figuram peças originais dos Sete Povos. Além disso, há referências especiais à igreja, tais como gravura de Demersay, feita em 1846, descrição sumária da construção, etc.

Os aventureiros, que não são poucos, deram mostras de suas atividades durante as obras. Nas escavações feitas no terreno, para estabelecer as fundações do novo alicerce da torre, em reconstituição, espíritos aventureiros presentiram o intuito de descobrir ouro... Uma manhã, os delegados do SPHAN, tiveram o desgosto de verificar que obreiros noturnos haviam inutilizado os trabalhos de concreto... Na feliz expressão do arquiteto Leônidas Cheferrino, que superintendeu as obras finais do Museu, os tesouros existem, mas em arte...

Para a organização do Museu, houve uma série enorme de dificuldades. Lutou-se contra o fanatismo de muitos que, tendo-se apropriado de imagens pertencentes à igreja, queriam defender a todo o custo a posse dessas, sem compreender o elevado alcance da requisição oficial. Lutou-se com a falta de transportes, raros anteriormente. Lutou-se, por fim, com o próprio custo do material. (A areia, levada de Santo Ângelo, em carrêtas, era paga à base de 70\$ por m³). Os trabalhos, contudo, foram progredindo. Uma nova e excelente estrada foi cons-

truída. Concluíram-se rapidamente as obras e a iniciativa gerou uma corrente turística que deverá avolumar-se dia a dia e que, antes de organizado o Museu, já havia apostado mais de três mil assinaturas ao livro de visitas. De Santo Ângelo, antiga doutrina jesuítica em que nasceu, em 1797, o general argentino Carlos de Alvear, hoje cidade florescente, saem, diariamente, ônibus que, cerca de uma hora, levam à capital das Missões todos os que desejarem visitar o recanto epopéico onde foi escrita uma das mais ignoradas e mais gloriosas páginas de nossa História.

(Do "Correio do Povo")

—X—

O verdadeiro local do descobrimento do Brasil

No Palácio do Catete reuniu-se a Comissão nomeada pelo Presidente da República para estudar qual o verdadeiro local do Descobrimento do Brasil e propor medidas para a sua perpetuação. Presidiu a sessão o Ministro Bernardino José de Souza, com a presença do Coronel Raul Silveira de Melo, da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional; Dr. Francisco Iglesias, diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura; Dr. Lafayette Pondé, secretário do Interior e Justiça do Estado da Baía; engenheiro Cristóvão Leite de Castro, representante na Comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasi-

leiro; engenheiro Oscar Carras-cosa, membro da Comissão do Levantamento do Monte Pascoal, instituída pelo Estado da Baía, e Capitão Adolfo Rosas, do Gabinete do Secretário do Conselho de Segurança Nacional.

Pelo engenheiro Oscar Carras-cosa foram apresentados dados coligidos pelo Serviço Geográfico do Estado da Baía, sobre a região do monte Pascoal, constantes de mapas, **croquis**, maquetes, afim de facilitar-se o estudo dos trabalhos de levantamento que deverão ser efetuados na região pela Comissão Especial constituída pelo governo da Baía. Em torno do assunto houve demorada troca de idéias, que convergiram num sentido de ser estudado o levantamento da região mesopotâmica, em faixa normal ao litoral, situada entre os rios Cemitério, desde sua nascente até sua foz no rio Caraíva e por este rio Caraíva até ao oceano, dum lado, e por outro lado pelo rio Corumbaú, desde sua nascente até a foz no oceano. A respeito desses trabalhos o Dr. Lafayette Pondé, em nome do governo do Estado, assegurou à Comissão que seriam executados com a maior dedicação, presteza e eficiência, tendo essa declaração motivado palavras de vivo agradecimento por parte do presidente da Comissão. O Dr. Francisco Iglesias fez interessantes comentários acerca dum Parque Nacional no monte Pascoal, cuja instalação, em face da lei vigente, compete ao Serviço Florestal, e, manifestando-se

de pleno acôrdo com a sugestão a formação do parque de maciços florestais de pau-brasil, bem como a reconstituição de aspectos florísticos da época do Descobrimento. O engenheiro Cristóvão Leite de Castro, na sua qualidade de secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, ofereceu o concurso da instalação no programa de trabalhos de levantamentos da região do monte Pascoal, que se poderia concretizar no levantamento de coordenadas geográficas do monte e de locais adjacentes e na execução de trabalhos de triangulação geodésica. O presidente da Comissão ao encerrar a sessão, congratulou-se com os presentes pela marcha dos trabalhos, cuja planificação, em reuniões próximas, será definitivamente aprovada pela Comissão.

**“Frederico Sellow, naturalista
olvidado”**

A Sociedade “Amigos da Flora Brasileira”, em S. Paulo, realizou, no salão social da Sociedade Rural Brasileira, a 16.ª conferência da série iniciada no ano passado.

Com o intuito patriótico de tornar mais conhecidos os naturalistas que mais contribuíram para o conhecimento da flora indígena, já realizou essa sociedade, em janeiro do ano passado, uma série de três conferências, no salão do Instituto Histórico e Geográfico, comentando e enaltecendo os feitos dos inolvidáveis

Carlos Frederico Filipe von Martius e João Batista von Spix. Mas é certo que muitos outros naturalistas estrangeiros e nacionais mereceriam idênticos comentários, para que maior atenção merecessem dos filhos do Brasil.

Frederico Sellow, de cujos feitos se disse na anunciada conferência, foi o naturalista europeu que mais tempo se demorou entre nós e que mais trabalhou aqui no sul do Brasil e no Uruguai. Nessa estada, foi contemporâneo de Martius, Saint-Hilaire, Pohl, Schott, Maximiliano, Raddie, Riedel, Altenstein, Offers, Natterer, Langsdorff, Mikan, Flemming, Velosso de Miranda, Vauthier, Bunbury, Beyrich, Darwin e outros naturalistas de renome, que reuniram os materiais com os quais se conseguiu elaborar a “Flora Brasiliensis” de Martius.

Durante 17 anos demorou-se nessas viagens e observações e, quando, em 1831, no mês de novembro, ia iniciar a sua marcha rumo ao norte, para também conhecer e coletar espécimes daquela parte do Brasil, morreu no rio Doce, após 6 meses de um descanso mais prolongado em Ouro Preto, onde fez o seu testamento, como se estivesse prevendo o triste e doloroso fim da existência que foi tãda votada ao estudo da flora do Brasil, sem ter conseguido publicar uma linha referente a tudo que vira e tudo que colhera.

Nessa conferência nos disse o dr. Frederico Carlos Haehne, diretor superintendente do Depar-

tamento de Botânica do Estado e presidente do Conselho Florestal e da Sociedade "Amigos da Flora Brasílica", como se desenvolveu a atividade de Sellow e como se deve apreciar a sua contribuição para o conhecimento das plantas do nosso país.

BIBLIOTECA MILITAR

O ministro da Guerra nomeou uma comissão presidida pelo general José Pessoa Cavalcanti, para julgar cerca de vinte obras editadas pela biblioteca em 1940. Essa comissão, que acaba de ultimar seus trabalhos, classificou as seguintes obras: 1.º lugar do prêmio 1940, para o livro "Notas de Geografia Militar Sul-Americana", de autoria do coronel Francisco de Paula Cidade; 2.º lugar, o livro "Os generais do Exército Brasileiro", do capitão Pretextato Maciel; 3.º lugar, menção honrosa de 1940, para o livro "Roteiro dos Andes", de autoria do escritor civil e jornalista Angione Costa. A obra do coronel Francisco de Paula Cidade, premiada em 1.º lugar, acaba de ter 2.ª edição, de cerca de sete mil exemplares, esgotada em poucos dias e dela a Escola de Estado Maior do Chile prepara, neste momento, uma edição em língua castelhana. Na República Argentina também a "Geografia Militar Sul-Americana" foi recomendada como livro de estudos aos oficiais candidatos aos cursos de Estado Maior.

GASTON HASSLOCHER MAZERON

Transcorrendo dia 3 de outubro o aniversário do exame para reservista do Exército prestado em 1909, pelos componentes da 3.ª turma de candidatos preparados no veterano Tiro de Guerra 4, a diretoria e oficialidade dessa sociedade resolveram prestar uma expressiva homenagem ao coronel-atirador Gaston Hasslocher Mazon, secretário do Tiro e comandante honorário do batalhão e que foi um dos componentes da turma aniversariante. Essa festa constituiu a inauguração de uma fotografia do mesmo na galeria de honra existente no salão nobre da sociedade. Uma comissão de oficiais do batalhão foi buscá-lo em sua residência e ao chegar à sede foi recebido na entrada por todos os demais oficiais que tinham à frente o instrutor 2.º tenente Paraguassú Dornelles e o coronel atirador Itaborahy Sarmiento, comandante do batalhão, e os restantes membros da diretoria que o acompanharam até o salão nobre passando entre alas formadas pelos alunos da 43.ª turma de candidatos a reservistas, que prestaram continências. No salão que estava completamente cheio, bem como as demais dependências do Tiro, viam-se os srs. Antonio da Cunha Pojo, Heraclides Cezimbra e Tulio de Rose, que representavam a Liga de Defesa Nacional, coronel atirador Julio Fava, presidente e toda a diretoria e oficialidade do Tiro de Guerra 318; sr. Eduardo Al-

berto de Carvalho, pela Academia Estudantil de Pôrto Alegre, uma patrulha da Tropa Escoteira Duque de Caxias; capitão Lauro Antunes Corrêa, presidente e demais membros da diretoria da Liga de Tiro Sul Riograndense; dr. Jacy Tupy Caldas, pelo Instituto Histórico, oficiais do Exército e da Brigada Militar, representantes da imprensa; reservistas da 3.^a turma e de tôdas as 42 turmas preparadas pelo veterano Tiro 4.

Assumindo a presidência da reunião, o dr. Frederico dos Reis Bier, convidou a assistência para cantar o Hino Nacional, o que foi feito com o maior entusiasmo e a seguir um aluno da 43.^a turma, representando tôdas as gerações do Tiro, retirou a bandeira que cobria o retrato do coronel Mazeron, falando nessa ocasião em nome da sociedade, o 1.^o sargento Luiz Arthur Pereira, antigo auxiliar da instrução, que leu entusiástica saudação, dizendo dos motivos daquela homenagem; a seguir falou o 2.^o tenente João da Costa Saldanha, instrutor do Tiro de Guerra 318, em nome do batalhão do Tiro 4, falou o seu comandante coronel Itaborahy Sarmiento e também o historiador dr. Tupy Caldas. Encerrando a reunião falou o presidente dr. Reis Bier, que congratulou-se com o Tiro pela justa homenagem que vinha de ser prestada à um dos seus velhos servidores e convidou aos presentes a passarem para outra dependência da sede, onde foi servida lauta mesa de doces e frios, sendo também servida champagne, chopps e guaraná.

NOVOS SÓCIOS RECEBIDOS

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul acaba de receber, com todo o brilhantismo, numa série de sessões, os seus novos sócios efetivos os srs. Carlos de Paula Couto, Nestor Enricksen, General Leitão de Carvalho, e Dr. Jorge Felizardo, que foram respectivamente saudados pelos srs. Duarte de Laytano, Adroaldo Mesquita da Costa e De Paranhos Antunes.

Na próxima edição publicaremos os textos integrais dos discursos então proferidos e detalhada notícia de cada posse de novo sócio.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Foi instalado solenemente, em 18 do mês de Junho, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia.

Presidiu os trabalhos o Reitor da Universidade do Brasil, Prof. Raul Leitão da Cunha, aclamado presidente honorário da Sociedade.

Em assembléia geral dos sócios fundadores, foram eleitos os seguintes nomes para a primeira diretoria da S. B. A. E.:

Presidente de honra: Prof. Leitão da Cunha; Presidente efetivo: Prof. Arthur Ramos; Secretária geral: Marina de Vasconcellos; 1.^o Secretário: Ary da Matta; Tesoureira: Lígia Junqueira; Representantes acadêmicos da Faculdade Nacional de Filosofia: David Pena Arão Reis, Léa Lerner, Jorge Stamatou, Lília Katz; Comissão téc-

nica: Florinda Alves Delgado, Antonio Traverso, Jorge Zarur, Armando José Sampaio de Souza, Marina de Vasconcellos; Presidentes dos Departamentos: Biologia: Prof. Hamilton Nogueira; Educação: Prof. Carneiro Leão; Estatística: Prof. Faria Góes; Geografia Humana: Prof. Josué de Castro; História: Prof. Helio Viana; Linguística: Prof. Souza da Silveira; Psicologia: Prof. Nilton Campos; Sociologia: Prof. Delgado de Carvalho.

As sessões ordinárias da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia realizar-se-ão na segunda quarta-feira de cada mês.

20 DE SETEMBRO

O Instituto de Educação realizou bela homenagem à memória de Bento Gonçalves.

Às 11 horas, junto da estátua do herói, na Praça Piratini, encontravam-se o dr. Coelho de Souza, secretário da Educação, d. Florinda Tubino Sampaio, diretora do Instituto, corpos docente e discente do estabelecimento, sendo entoadas canções escolares e depositadas flores no monumento pelas alunas.

Após, falou o secretário da Educação, em rápido improviso, dizendo que, em 20 de setembro de 1935, na Assembléia do Estado, em sessão solene, comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, fazia o elogio de Bento Gonçalves, destacando o seu espírito brasileiro e a sua tendência anti-separatista. E', assim, com coerência e júbilo, que promove

a comemoração de hoje, em um regime nacionalista. Em rápidos traços estudou a atuação militar de Bento Gonçalves, a serviço do Brasil, acentuando que começara a sua carreira, em 1811, como simples miliciano, e, em 1829, era promovido a coronel do Exército efetivo e nomeado comandante de um Regimento de Cavalaria de 1.^a Linha e, mais tarde, comandante da Fronteira de Jaguarão.

Ainda em rápidos conceitos, frizou a sua orientação na Revolução Farroupilha: esforçando-se por considerar o movimento encerrado com a deposição do presidente Fernandes Braga e afirmando, sempre, no decurso da luta, o seu ideal — republicano-federativo; dirigindo-se, continuadas vezes, aos brasileiros dos demais Estados, em convite para que se unissem aos revolucionários rio-grandenses.

Disse que, em face dessa vida, o Estado nacionalista pode e deve cultuar-lhe a memória, como o faz a Osório, Campos Sales, Bernardino de Campos e Deodoro — e terminou evocando uma frase do biógrafo de Sanmartin “el recuerdo del heroe alumbrava serenamente a su pueblo, como una lámpara votiva” e aconselhando às futuras professoras que cultuem e ensinem as novas gerações e reverenciar a memória de Bento Gonçalves.

Depois de cantado o Hino Nacional, o Instituto de Educação desfilou, em continência à estátua.

A Secretaria da Educação apresentou assim comovido culto ao herói brasileiro da epopéia de 35.

ANIVERSÁRIO DA MORTE DE CASTRO ALVES

Assinalando a passagem, do 70.º aniversário da morte do poeta dos Escravos, as Casas de Castro Alves do Brasil, sob a presidência do sr. Antonio Vieira de Melo, no impedimento eventual do presidente, coronel Costa Neto, realizarão múltiplas comemorações, através da imprensa, rádio, romarias, sessões cívicas, na Capital da República, em São Paulo, na Baía e em tôdas as cidades onde existe uma Casa de Castro Alves.

No Rio de Janeiro, o presidente Antonio Vieira de Melo elaborou o seguinte programa:

Romaria, às 10 horas da manhã, à herma do Passeio Público, falando o orador oficial da Casa, poeta João Guimarães e o presidente Vieira de Melo. Nos rádios, em horas que serão designadas, falarão nomes da mais alta expressão cultural do país. Em São Paulo, sob o patrocínio da "Fôlha da Manhã", que consagrará a sua edição do suplemento a Castro Alves, as comemorações terão início no dia 2 de julho, com um apêlo à terra bandeirante no sentido de que se erga, no pátio da Biblioteca Municipal, uma estátua ao poeta do Navio Negroiro. No dia 3, solenidades radio-fônicas, devendo ocupar os microfones os nomes mais consagrados da inteligência paulistana; no dia 4, concurso, na Faculdade de Direito, entre os estudantes das diversas academias, sendo distribuídos prêmios oferecidos pelas livrarias Editora Nacional e Zelio Valverde, a quem apresentar a melhor tese sobre Castro Alves; no dia 5, comemorações escolares, e, na Faculdade de Direito, em sessão solene, fará uma conferência o escritor Osvaldo Orico, que irá a São Paulo especialmente para êsse fim.

EMBAIXADA PORTUGUESA

A embaixada especial que Portugal enviou ao Brasil, para agradecer o nosso comparecimento às festas comemorativas dos centenários de fundação e restauração do velho país, constituída por algumas das maiores figuras da nação irmã.

Os componentes da embaixada são altas expressões da intelectualidade lusa e, vários dêles, personalidades de renome e prestígio internacional.

Desde Julio Dantas, tão nosso conhecido ao major Carlos Santos, soldado culto e herói de campanhas na África, teatrólogo, romancista que temos aplaudido sob o pseudônimo de Carlos Selvagem; de Augusto Castro, diplomata, jornalista, comediógrafo e cronista, tido entre os maiores mestres da língua portuguesa, Marcelo Caetano, mestre do direito e autor de trabalhos sobre o corporativismo, conhecido

nos meios cultos europeus. Todos estes membros da embaixada exprimem valores tão destacados que não necessitam credenciais para merecerem tôdas as homenagens do govêrno do Brasil.

A embaixada conta, também, com a presença do grande urologista de fama universal Reinaldo Santos, conhecido em quase todos os grandes centros europeus e ainda considerado um dos mais completos críticos de arte do velho mundo.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS CONSELHOS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

— Revestiu-se de brilhantismo a instalação, no Rio de Janeiro, dos trabalhos da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, órgãos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e que teve lugar, às 21 horas de terça-feira, no salão de honra da Academia Nacional de Medicina, no edifício do Silógeu.

Viam-se presentes à reunião, além dos delegados federais e estaduais, o representante do presidente da República, ministros de Estado, alguns interventores federais eventualmente nesta capital, representações de classe, numerosas famílias e demais pessoas gradas.

Assumindo a presidência da mesa, o embaixador José Carlos de Macedo Soares proferiu um discurso sobre a Assembléia, cujo ato inaugural então se verificava. O presidente do Instituto apreciou, longamente, as realizações verificadas nos diversos setores do sistema estatístico e geográfico do país, enumerando as iniciativas e empreendimentos levados a efeito, com pleno êxito, pelos órgãos subordinados aos dois Conselhos dirigentes da entidade.

A seguir, os secretários dos Conselhos de Estatística e de Geografia, respectivamente, srs. M. A. Teixeira de Freitas e Leite de Castro, procederam à leitura da relação dos delegados devidamente credenciados da União e das Unidades Federadas.

Terminada a leitura, discursaram, em nome dos órgãos federais que integram o Instituto, nas alas estatística e geográfica, os srs. coronel Renato Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores junto ao Conselho Nacional de Geografia e Costa Miranda, diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e membro da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que foram calorosamente aplaudidos em suas saudações de Estatística da Baía, cujos discursos mereceram igualmente vibrantes aplausos.

Em nome dêstes últimos, falaram em seguida os srs, João Ponce de Arruda, secretário geral de Mato-Grosso e presidente da Junta Regional de Estatística do Estado, e Afranio de Carvalho, diretor do Departamento Estadual de Estatística e presidente da Junta Regional Estatística da Baía, cujos discursos mereceram igualmente vibrantes aplausos.

Prosseguiram os trabalhos normais dos dois Conselhos. As reuniões do C. N. G. verificaram-se no edifício do Silogeu Brasileiro, e a Assembléia do S. N. E. reuniu-se na sala de conferências do Instituto, no 11.º andar do edifício d'“A Noite”.

Teve depois início, também na sede do Instituto, o Curso de Aperfeiçoamento instituído para os funcionários dos serviços estatísticos regionais. Deu a aula inaugural o professor Wilson Soares.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Realizou-se uma importante reunião do Instituto Histórico de Minas Gerais. Como sempre, foram abordados assuntos de relevância para a história do estado.

O presidente abriu a sessão, com a presença de muitos dos membros efetivos do Instituto, sendo os trabalhos da secretaria entregues ao dr. Edelweiss Teixeira, na ausência do secretário, em viagem de estudos.

Foi lido o expediente, que constou de vários ofícios de agradecimento de novos sócios correspondentes, Bueno de Azevedo Filho, Domingos Laurito e Ulisses Paranhos.

Em seguida, foi aprovado o projeto de diploma do Instituto, magnífico desenho do medalhista e desenhista prof. Adalberto Matos, membros correspondente do Instituto, no Rio de Janeiro.

O dr. Edelweiss Teixeira, falando do centenário do nascimento do dr. Diogo Vasconcelos, no próximo ano de 1942, apresentou ao Instituto a idéia de ser reeditada, pelos poderes competentes, a sua obra de grande historiador, obra orientadora de todos os que estudam a história de Minas Gerais, achando, porém, que deva ser a mesma anotada, de conformidade com os documentos que recentemente se têm encontrado, trabalho êsse que poderá ser executado pelos seus ilustres descendentes, alguns membros do Instituto.

O presidente acrescentou que se deve ainda publicar as obras inéditas do mestre.

O dr. Arnaldo Cathoud salientou a necessidade de serem os anais das instituições culturais publicadas oficialmente, para a formação de um patrimônio intelectual da própria Nação.

O professor Anibal Matos comunicou que recebeu uma consulta sobre a autenticidade de um retrato e de um busto em bronze, atribuídos à personalidade ilustre do dr. Cesário Miranda Ribeiro, quando na presidência da província de Santa Catarina.

Declarou que do entendimento com a distinta família Miranda Ribeiro resultou a conclusão da falta de autenticidade dos referidos retrato e busto em bronze, tendo, por isso, a família Miranda Ribeiro oferecido um retrato autêntico e aproximado da época em que o dr. Miranda Ribeiro foi presidente da província do Paraná, retrato que será entregue, em visita de intercâmbio cultural, ao "Museu Paranaense".

Esse fato deu ensejo a que o prof. Anibal Matos traçasse uma biografia do dr. Cesário Miranda Ribeiro, que acompanhará a oferta do retrato. Foi esse trabalho lido perante o Instituto, com aplausos dos presentes.

O dr. Edelweiss Teixeira propôs um voto de pesar pela morte de um filho do dr. Manuel Casassanta, membro efetivo do Instituto.

Com o voto favorável das comissões, foram eleitos sócios efetivos os drs. Tabajara Pedroso e João Massena.

Ficou deliberado que as reuniões do Instituto se realizarão nos segundos sábados de cada mês.

Por proposta do presidente, a comissão incumbida de estudar os planos do Congresso da História Mineira, comemorativo do centenário da revolução de 1842, se reunirá quinzenalmente.

SOCIEDADE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

Instalou-se no dia 17 de julho passado, no salão nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, a Sociedade de Estudos Filológicos. Falaram, no ato inaugural, o Dr. Fernando de Azevedo, diretor da Faculdade e os professores Otoniel Mota e José Barbosa Correia.

A diretoria, que conta com nomes ilustres e bem conhecidos entre os que se dedicam aos estudos linguísticos, é constituída dos Srs: Otoniel Mota, Francisco Silveira Bueno, Américo B. A. de Mura, Plínio Ayrosa, Celestino Correia Pina, Aluísio de Faria, Atila Mendes Carneiro, Teodoro Henrique Maurer Jr. e José Barbosa Correia.

PROF. BARROZO NETTO

O eminente músico Joaquim Antonio Barrozo Netto, que faleceu em setembro dêste ano, era das mais importantes figuras representativas da geração imediatamente anterior àquela que veio revolucionar tôda a linha de evolução da música brasileira, colocando-a sob o “signo do nacional”.

Barrozo Netto era um compositor de formação rigorosa, dominando a técnica desenvolvida e variada, ao serviço de uma inspiração eclética.

Era caracteristicamente um autor de transição entre o período post-wagneriano e debussista e as pesquisas inquietas da modernidade.

Propendia, porém, progressivamente, para esta última tendência e as suas obras idealistas dos últimos tempos vinham cheias de ousadias harmônicas, de sonâncias sem preparação, sempre dentro dos limites de um gosto muito fino. Sua música era mais dinâmica e movida do que fortemente colorida — quase se diria antes objetiva do que subjetiva.

Suas obras mais significativas foram escritas para o piano, instrumento que era o seu.

Barrozo Netto foi, em seu tempo, um “virtuose” concertista. Como pianista, tomou parte em numerosas realizações de música de câmara, sobretudo com o violinista Humberto Milano e o violoncelista Alfredo Gomes.

Grande técnico no seu instrumento, escreveu numerosos estudos de pesquisa profissional, tendo, nesse terreno, mantido relações amistosas de que resta vasta correspondência, com o eminente I. Philipp, célebre professor do Conservatório de Paris.

Muito lhe deve a música coral, tendo êle organizado e dirigido, durante largo tempo, um excelente conjunto dêsse gênero.

Ultimamente escrevera muitas peças pianísticas, de inspiração regional brasileira. Uma delas, *Minha terra*, existe também em versão para piano e orquestra, *Cachimbando* e *Choro*, por exemplo, são obras de virtuosidade transcendente, no seu caráter típico brasileiro. *Corisco* é um *motu perpétuo* de excepcional dificuldade técnica. Na sua produção de piano devem-se destacar ainda a vivaz *Tarantela*, *Cavalinho de pau*, *I te, missa est*, *Natal*, a conhecidíssima *Valsa Lenta*, a brilhante *Serenata Diabólica*, *No Terreiro*; canções, como a popularíssima *Canção da Felicidade*, *Cantiga*, *Adeus*, *Se eu morresse amanhã*, mas sobretudo a magnífica obra para côro e órgão *Vozes da Floresta*, escrita para o filme da Cinédia do mesmo nome, com letra do próprio Barrozo Netto, e que produziu notável impressão de grandiosidade.

Barrozo Netto era catedrático de piano da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. Era de sugestiva e simpática aparência física, um dos últimos artistas que não disfarçavam a sua condição sob aspecto estandardizado e burguês. Vulto de palestra viva e atraente. Foi professor e formador de numerosos dos nossos melhores jovens "virtuosos". Para a Casa Carlos Wehrs, preparou vasto cabedal de edições musicais, por êle revistas e dedilhadas excelentemente.

Essa personalidade insigne de nossa cultura musical desaparece apenas na casa dos 60.

Esteve longamente enfêrmo.

Entre outras composições, além das que citamos, Barrozo Netto publicou:

Piano — a 2 mãos: Tema e variações — Redemoinho — Canto do marujo — Confidências — Danse des fantoches — Estudo de Concêrto — 2.º Estudo de Concêrto — Feux Follets — Manhã do pianista (ex-exercícios) — Movimento perpétuo — Na råde — Romance sem palavras (si bemol) — Sete peças características — Valse mignone — Scherzo-valsa — Era uma vez... — Melodia — Uma história triste — Berceuse — Canção Árabe — Diálogo — 1.ª Gavotta (feita aos 9 anos de idade) — Fôlhas d'álbum — Romance sem palavras — Plainte d'une fleur — Cantilena — Era outra vez — Primeira mágoa — Sorriso triste — A conquista de um prêmio — Berceuse em mi menor — A minha casinha — Brincadeira interrompida — Dois prelúdios — Minueto — Pastoral — Perigosa aventura — Prelúdio e canon — Sinos de aldeia — Soldadinho... marche! — Tempos idos — Conto romanesco — Em caminho — Exercícios para a passagem do polegar — Quase nada... — Polichinelozinho — Scherzetto — Valsa capricho — Alegria de viver.

Coros (a sêco) — (2 vozes): Contas cantadas — O Sino da Igreja — Canon sem palavras — Alvorada — Férias — Divina estrêla — Minueto — Canção sertaneja — Sol (fughetta) — folguedo — Hino Nacional Brasileiro (com outra harmonização).

(3 vozes): Borboletas — História complicada — O ferreiro — Oração — Pedreirinho — Primavera do Brasil — Uma saudade — Prece — Musa selvagem.

(4 vozes): Ave-Maria — Barcarola — Conto romanesco — Orfãzinha — Fuga — Hino Nacional Brasileiro (com outra harmonização) — Momento triste — Regresso ao lar — Paz! — Pequena fiandeira.

(6 vozes): Padre Nosso — Vozes da floresta — para coros, solos e orquestra.

Violino e piano: Romance — Êxtase — Tarantela — Faceirice.

Canto (com acompanhamento de piano): Adeus — Balada — Canção de Lavinia — Cantiga — Ceguinha — Chanson — Conseil pour l'homme — Dorme — Invocação à natureza (com coros) — Jesús! — Olhos tristes — Oração da pobre — Regresso ao lar — Ritornello — Suprema angústia — Saudade amiga — Tarantela — (sem palavras) — Canção da saudade — Canção sertaneja — Uma saudade — Laura — A um coração — Perdão, Felicidade!

SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS

Realizou-se, em 10 de setembro, no salão da Sociedade Brasileira de Economia Política, à Avenida Rio Branco, 114, a instalação da Sociedade Brasileira dos Bibliotecários, com o seguinte programa:

- 1) — Ligeiro histórico da S. B. B. e apresentação do Conselho Diretor, pelo presidente Dr. Sobral Pinto;
 - 2) — Resumo do expediente da sociedade. Leitura dos Estatutos (projeto original e emendas do Dr. Levi Carneiro) seguida da votação dos sócios, pelo Secretário Dr. Affonso Arinos de Mello Franco;
 - 3) — A orientação técnico-cultural da Sociedade. A distribuição do seu trabalho entre 9 comissões especializadas, o programa geral pela orientadora técnica-cultural D. Heloisa Cabral da Rocha Werneck;
 - 4) — A Sociedade Brasileira de Bibliotecários e o meio cultural brasileiro pelo bibliotecário Sr. Emmanuel Eduardo Gaudi-Ley.
-

A "CASA DE RAIMUNDO DE MORAIS"

Assinada por grande número de escritores e jornalistas, pelo presidente e vários membros da Academia Brasileira de Letras, foi enviada a seguinte mensagem ao Presidente Getúlio Vargas:

"Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas:

Nós, escritores e jornalistas, que subscrevemos esta mensagem, temos a honra de, com a devida vênica, vos apresentar uma sugestão, que, — estamos certos — terá o melhor acolhimento de vossa parte, porque visa prestar uma homenagem póstuma, de caráter definitivo e de expressão nacional, a um eminente confrade, cujo nome constitue uma enorme glória não só da Amazônia como de todo o Brasil — o de Raimundo Morais — falecido no começo deste ano, na sua cidade natal de Belém, no Pará.

Este gesto oportuno e justo, permitirá, uma vez mais, a demonstração de vosso apreço e estímulo aos intelectuais brasileiros.

A sugestão que motiva estas palavras, resume-se no que se segue:

a) A incorporação, por um decreto-lei, ao patrimônio nacional, do prédio em que viveu e morreu, à rua Generalíssimo Deodoro, 172, naquela capital, o notável autor de "Na Planície Amazônica", e onde escreveu êle a maior parte de seus livros.

(Êsse imóvel, que não era de sua propriedade, mas foi o ambiente de seu lar e de sua vida de escritor, está na eminência de ser levado por haver desabado parcialmente, à hasta pública).

b) A aquisição de sua biblioteca e de tudo que ficou ligado à sua memória. Constituir-se-ia, assim, a Casa de Raimundo Moraes, como centro de estudos amazonológicos, com dotação necessária à sua guarda e custódia, ficando a cargo de sua filha Miriam Moraes, que foi a sua devotada e inteligente colaboradora, aquela que não só fazia a sua correspondência e escrevia os últimos livros que lhe ditava, como quem, junto de seu leito, durante a sua longa e penosa enfermidade, o confortava e assistia desveladamente e lia os seus trabalhos, as cartas e livros que recebia, numa tocante dedicação filial e num poema vivo de abnegação e bondade, que são apanágio de mulher brasileira.

Essa iniciativa, que urge e não exigirá ônus de vulto aos cofres públicos, será, se for realizada, o mais belo e perdurável culto de gratidão nacional a um insigne escritor, que representa a maior expressão espiritual da Amazônia e que, já gravemente enfêrmo, mereceu excepcionalmente o preito consagrador de vossa visita pessoal, quando de vossa última excursão ao extremo norte do país.

Agradecendo, portanto, a vossa decisão, que, por certo, prestigiará o nosso elevado propósito, temos a consciência de vos haver dado uma prova de brasilidade, que é o dom supremo de vossa egrégia personalidade no Poder".

X CONGRESSO DE GEOGRAFIA

O Sr. Interventor Federal no Estado do Pará designou a Comissão encarregada da propaganda e preparação do próximo cruzeiro geográfico, que se realizará em Belém, de 7 a 16 de Setembro de 1943, sob a presidência de honra do Chefe da Nação.

Essa comissão, que se orientará em estreita cooperação com a Comissão Organizadora Central do Congresso, com sede no Rio de Janeiro, ficou assim constituída: presidente, Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar; vice-presidente Avertano Rocha; secretário geral, Miguel Pernambuco Filho; 1.º secretário, Arthur Cesar Ferreira Reis; 2.º secretário, Raymundo Proença; tesoureiro, Maria de Lourdes Jovial; vogais, Desembargador Jorge Huxley, Ernesto Cruz, José Coutinho, Carlos Esteves de Oliveira, Miguel Seixas e Paulo Eleuterio.

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Realizou-se, em 12 de setembro, na Faculdade Nacional de Filosofia, a sessão inaugural do Centro de Estudos Geográficos. Abriu a sessão o Reitor da Universidade do Brasil, Prof. Raul Leitão da Cunha, sendo em seguida apresentada a diretoria eleita: Presidente de Honra, Prof. Raul Leitão da Cunha; presidente efetivo, Geraldo Edgard Vaz; 1.º secretária, Lygia Junqueira; 2.º secretário, Alfredo José Porto Domingues; encarregado geral, Pedro Pinchas Geiger. Falaram depois de lidos os estatutos, vários dos professores presentes: Professor Delgado de Carvalho, Francia Ruellan, Thomaz Coelho, da Faculdade Nacional de Filosofia, e Prof. Allyrio de Mattos, da Escola Nacional de Engenharia. O último orador foi o presidente do C. E. C. expondo um programa de grande realizações no campo da Geografia, principalmente do Brasil, conferências, trabalhos de campo, etc.

ASSOCIAÇÃO DE EDITORES — Reuniu-se a Associação Profissional das Empresas Editoras do Livro e Publicações Culturais sob a presidência do Dr. Themistocles Marcondes Ferreira.

Entre os assuntos tratados nessa reunião, figurou o decreto-lei n. 1.006 de 1938, que estabelece condições para a publicação de livros didáticos no Brasil. Diversos editores, entre os quais os Srs. Octacílio Marcondes Ferreira, Rogerio Pongetti e Sebastião Antonio Maffei, falaram sobre a situação difícil em que se encontram as Empresas Editoras em face daquele decreto-lei. Ficou, por último, resolvendo que a Associação, em nome dos seus associados, dirija um ofício ao Sr. Ministro Gustavo Capanema, apresentando as seguintes sugestões que, se aceitas, muito melhorarão a situação dos editores brasileiros:

a) — permitir o governo da República a circulação, em caráter transitório, durante o ano de 1942, dos livros que não lograram aprovação por terem incorrido apenas no artigo 21, do referido decreto-lei, na hipótese pouco provável de terminar os seus trabalhos a Comissão Nacional do livro didático e poder o governo publicar em Janeiro de 1942 a lista dos livros aprovados;

b) — autorizar a Comissão Nacional do Livro Didático a fornecer aos interessados, mediante requerimentos, as informações sobre os termos dos pareceres, relativos aos livros aprovados sem restrições, para que os editores possam providenciar em tempo no sentido de corrigir, melhorar ou completar as referidas obras didáticas;

c) — conceder aos editores a liberdade de alterar preços de livros, sem consulta prévia ao governo, enquanto durar o período excepcional que atravessamos de alta contínua de matérias-primas, e em que os mesmos preços de livros não poderiam ser mantidos a não

ser que fixasse também para as fábricas de papel e demais artigos, o preço de venda desse material aos editores;

d) — determinar a aplicação gradual e progressiva de quaesquer novos programas, ou reforma de ensino, a exemplo do que se fez na reforma Francisco Campos — o que permitiria aos editores atender, com inteira eficiência e sem prejuízo irreparáveis, às necessidades criadas pelos novos planos de estudos, com a publicação em cada ano dos livros didáticos que se tornassem indicados e à medida que se fôsse executando o plano de reforma.

IMPERATRIZ LEOPOLDINA

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou em 7 de setembro, sob o patrocínio de D. Darcy Vargas, espôsa do Sr. Presidente da República, a sua habitual romaria ao Panteon da Imperatriz Leopoldina, no Convento do Morro de Santo Antonio.

A cerimônia foi assistida pela espôsa do Presidente da República, pelo embaixador Dr. J. C. Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico; Sr. Max Fleiuss, secretário dessa instituição e sócios; diretoria e alunos do Instituto Anchieta e numerosas senhoras e cavalheiros.

O Sr. Max Fleiuss disse algumas palavras agradecendo o gesto de piedade e de justiça de D. Darcy Vargas, patrocinando a romaria, salientando a significação da homenagem da espôsa do Chefe da Nação à primeira imperatriz, a Imperatriz que tanto concorrera para a Independência. Referiu-se aos serviços prestados ao Brasil por D. Leopoldina, duas vezes regente, terminando por agradecer a presença de D. Darcy Vargas, que teve palavras de reconhecimento ao secretário perpétuo do Instituto, depositando uma linda cesta de flores naturais no esquife da Imperatriz.

Em seguida falou a senhorinha Leyde Castro, aluna do Instituto Anchieta, dizendo da homenagem daquele educandário à memória da Imperatriz paladina da Independência, cuja veneração deve ser permanente na mulher brasileira, que tem em D. Darcy Vargas um exemplo de inteligência e de virtude. Terminou apelando para que rendamos o nosso culto à que foi o espírito clarividente, a conselheira, o gênio inspirador da nossa liberdade.

Durante a cerimônia tocou uma banda de música.

PLINIO AYROSA

Foi eleito membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Sul o dr. Plinio Ayrosa cujos dados bio-bibliográficos damos a seguir:

Plinio Marques da Silva Ayrosa, natural de São Paulo (Capital), nasceu aos 13 de março de 1895. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, merecendo prêmio de viagem ao estrangeiro. Fez cursos especiais na Alemanha em 1922. Trabalhou em várias empresas técnicas até 1933, quando, abandonando completamente a sua profissão, dedicou-se apenas a estudos de etnografia e línguas americanas. Em 1933 foi encarregado de um curso de tupí no Centro do Professorado Paulista. Em 1935 foi contratado para a Cátedra de Tupí-guaraní e Etnografia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Em 1938 submeteu-se a Concurso para Prof. Catedrático dessas mesmas disciplinas, sendo aprovado com distinção. Ocupa atualmente êsse cargo e o de Diretor do Museu Etnográfico da Faculdade.

Publicou em volumes, as seguintes obras:

“Primeiros habitantes de São Paulo” — (1934) — “Primeiras Noções de Tupí” — (1933) — “Dicionário Brasileiro-português” — (1934) — “Caderno da Língua de F. Arronches” — (1935) — “Termos Tupís no Português” — (1937) — “Vocabulário na Língua Brasília” — (1938) — “Índices de relação determinativa” — (1938), — “Nomes das partes do corpo humano” — (1938).

Em separatas:

“Comentários à obra de Jean de Léry” — (1941) — “Diálogo brasílico de Jean de Léry” — (1941) — “Notas tupinológicas à obra de Maregravius” — (1939) — “Influência do tupí na fonologia portuguesa” — (1936) — “Tupís-guaranis e Guaianás” — (1940) — “Poemas brasílicos do Pe. Cristovam Valente” — (1941) — Etc.

Pertence às seguintes Associações:

Academia Paulista de Letras — Instituto Histórico de São Paulo — Instituto Geográfico e Histórico da Bahia — Instituto Arqueológico de Pernambuco — Instituto Histórico do Rio Grande do Norte e a outros. — Societé de Linguistique de Paris — Societé des Amé-

ricanistes de Paris. — Geographic Society de New-York — Instituto Histórico do Uruguai — Sociedade de Filologia de São Paulo — Academia de Ciências e Letras de São Paulo — Etc.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico do R. G. Sul, o dr. Oswaldo Cabral, que nasceu em 11 de outubro de 1903, em Laguna, estado de Santa Catarina, sendo, filho da exma. sra. Da. Luiza Rodrigues Cabral e Sr. Ari Cabral; é doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, (turma de 1929) e exerce atualmente o cargo de diretor da Assistência Municipal de Florianópolis, tendo sido antes diretor do Hospital de Caridade de Joinville.

Publicou os seguintes trabalhos:

“Problemas Educacionais de Higiene” — (1929) — “Santa Catarina” — (Brasiliana) — Laguna e Outros Ensaios” — “A República Juliana e as Comemorações do seu Centenário” — “Discurso de Recepção na Academia Catarinense de Letras” — Os Jesuitas e o ensino de humanidades na Província” — “Laguna — Rio Grande”.

Sociedades cultas a que pertence:

- Academia Catarinense de Letras
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
- Instituto Histórico e Geográfico do R. Grande do Sul
- Instituto Heráldico Genealógico de S. Paulo.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE *FOLC-LORE* CARIOCA

Amanhã às 17 horas, realizar-se-à no salão contíguo ao Auditório da Associação Brasileira de Imprensa, à rua Araujo Pôrto Alegre, a inauguração da 7.^a Exposição de *Folc-lore* Carioca, promovida pela Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro.

Fará um discurso inaugurando-a e explicando as razões do certame inédito no Brasil, o presidente da Comissão de “*Folc-lore*” da Sociedade Dr. Joaquim Ribeiro.

O material etnográfico apresentado nessa Exposição é o resultado da série de pesquisas de 1941. Ao lado da documentação material, a Comissão de “*Folc-lore* da Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro, promoverá diversas conferências sobre assuntos de interesse para os estudiosos do “*folc-lore*” carioca.

Iniciando essa série de conferências o Coronel Paula Cidade estudará “Os costumes militares de outros tempos”. E em dias subsequentes, o Comandante Gastão Penalva discorrerá sobre o “Linguijar do marujo”, o Dr. Sylvio Julio tratará das “Lendas cariocas”, o Professor Brasilino Itiberê, falará sobre “O Chôro”, e o Dr. Renato de Almeida sobre “samba carioca”.

A Sociedade dos Amigos do Rio de Janeiro, convidou as altas autoridades dessa Capital e de diversos Estados do Brasil.

RIO BRANCO

Ouvido há pouco pela reportagem carioca, o ministro José Roberto Macedo Soares, presidente da Comissão Promotora do Monumento a Rio Branco, disse que a data da inauguração do monumento continua sendo a fixada pelo próprio chefe do governo, isto é, será a 17 de novembro. A razão dessa data é que transcorre nesse dia mais um ano da assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre foi incorporado ao Brasil.

Acrescentou o ilustrado ministro que a Prefeitura vai abrir, no local onde se ergue o monumento, uma grande praça ajardinada e arborizada, a qual terá 208 metros por 176 e que não figura no plano Agache. Esta praça será um recreio ao ar livre para crianças, que residirem nos arranha-céus da Esplanada. Ao pé do monumento se estenderá um espelho d'água, de cinquenta centímetros de profundidade. Nesse plano líquido, o imponente monumento se refletirá. O monumento do Barão do Rio Branco alia a majestade imponente de suas linhas à simplicidade. Dele participam apenas duas figuras: a do Barão na sua farda de diplomata, no flanco que dá para a Avenida Rio Branco, e a da História, encimada pelas armas da República, que dá para a Praça Marechal Âncora. Nos outros flancos estão os altos relevos que representam os atos da entrega dos laudos de Washington e de Berna. No primeiro, figura o barão, Walter Q. Gresham, então secretário de Estado norte-americano; Edwin F. Uhl, sub-secretário; Estanislão Zeballos, da Argentina; o general Dionísio Cerqueira, o almirante Guillobel, o ministro Domício da Gama e os embaixadores Olinto Magalhães e Raul do Rio Branco, únicos sobreviventes. E no segundo, o laudo de Berna, figuram o barão Gustavo Graffina, ministro das Relações Exteriores da Suíça; conselheiros Carlos de Carvalho e os embaixadores Cardoso de Oliveira, Hipólito Alves Araujo e Raul Rio Branco, estes felizmente, ainda vivos.

BIBLIOGRAFIA

Histórias do Irmão Sol — Contos de Telmo Vergara. Editora Guaíra Ltda.

Telmo Vergara é um dos mais prestigiados escritores do Rio Grande do Sul. Seu nome figura entre os de Erico Veríssimo, Viana Moog e tantos outros intelectuais admiráveis que orgulham as letras brasileiras. Depois de alguns livros de grande êxito, Telmo Vergara nos apresenta agora uma coleção de contos enfiada no volume "*Histórias do Irmão Sol*", que a Editora Guaíra Ltda. acaba de lançar. O volume encerra as mais belas produções do autor gaúcho e onde ele se demonstra profundo conhecedor de pesquisador da alma humana. Os sentimentos e pensamentos de Gení, protagonista do conto que abre o volume, estão descritos e analisados magistralmente. As angústias, desesperos, desânimos, entrecortados pela esperança de uma saúde futura, se acham ali descritos com segurança surpreendente na vida triste da menina tísica. Como ele estuda bem o abatimento e delírio causado pela febre, por aquela febrezinha lenta, que aos poucos vai consumindo a vida moça! Basta a leitura deste primeiro conto para cativar o leitor, tornando-o um admirador profundo e sincero de Telmo Vergara. Em seguida, o volume nos apresenta outros contos, — espirituosos

uns, impressionantes outros, — numa cadeia de indefinível prazer para o leitor ávido de emoções artísticas e filosóficas, "*Histórias do Irmão Sol*" é um belíssimo livro de contos.

O Negro Brasileiro — 1.º volume:
Etnografia Religiosa — 2.ª edição aumentada — Artur Ramos
— Companhia Editora Nacional.

O problema da raça negra do Brasil apresenta uma tal complexidade e tão grande variedade de aspectos que não pode ser esclarecido senão por estudos abordados por "especialistas em ramos científicos diversos". É, antes de tudo, como observa Artur Ramos, "um problema histórico: a questão do tráfico, as raças negras importadas, a história da escravidão. No presente volume, que é o primeiro de uma obra mais vasta, e que dedicou à etnografia religiosa, examina, o ilustre africanista, as religiões e os cultos negros no Brasil, a liturgia e os ritos africanos, as práticas mágicas, a dança e a música dos candomblés e os fenômenos de possessão, reservando a segunda parte à exegese psicanalítica em que dá provas de uma grande segurança e penetração de vistas. Retomando as investigações de Nina Rodrigues, que foi

o primeiro a abordar, com espírito de objetividade, a análise do problema da raça negra na América Portuguesa, em trabalhos de alto valor científico, Artur Ramos ergueu-se à altura dos grandes especialistas e pesquisadores nesse domínio de estudos, em terras americanas.

Memórias (Vida e Obra de um Sexologista)

August Forel — Tradução de Elias Davidovich, Pôrto Alegre.

Na história da psiquiatria o nome de August Forel tem a mais ampla projeção. Foi ele um daqueles decididos pioneiros cujo trabalho e despreendimento tornaram mais toleráveis as condições das clínicas mentais, e mais humano e racional o tratamento dos doentes do cérebro. O Dr. Forel figura entre os primeiros que baniram os métodos radicais do emprêgo da força; e, aperfeiçoando uma terapêutica profissional, logrou incentivar a adoção desse poderoso corretivo da sanidade mental nos hospitais psicopáticos de todo o mundo. Seus inúmeros estudos de sexologia revolucionaram a frágil doutrina até então firmada sobre este assunto.

As memórias de Forel relatam, em ordem cronológica e objetiva, no espaço e no tempo, o desdobramento e a projeção de uma grande vida e de uma grande obra. A meninice singular e solitária do pequeno August, passada na reclusão, o levou a estudar a vida das formigas, despertando-lhe, mais tarde, nas horas de lazer, o gosto para o estudo da entomologia. Depois, vemos suas profundas experiências dos dias de estudante, sua carreira gloriosa de psiquiatra; suas viagens à África, América do Sul, Cana-

dá e Estados Unidos. Tudo se encontra relatado com absoluta franqueza e intimidade nesta notável autobiografia que não pode deixar de interessar a todos aqueles que encontram uma leitura poderosamente fascinante na história de uma grande vida inteiramente dedicada à ciência.

Civilização Holandesa no Brasil

— José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro — Companhia Editora Nacional.

No concurso de erudição da Academia Brasileira de Letras, levantou em 1937 o primeiro prêmio a monografia de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro: *Introdução ao Estudo do Período Holandês de Mauricio de Nassau*. Esse belo ensaio de crítica histórica aparece agora, em volume, sob seu título definitivo. No prefácio afirma Joaquim Ribeiro que a sua parte de colaboração se reduz ao comentário do “problema das gentes” (raças, folclore, psicologia) e à síntese de “o espírito do renascimento, além da feitura de algumas notas. Tudo o mais, escreve ele, pertence a José Honório Rodrigues que, a meu ver, é um lido historiador, um discípulo de Capistrano de Abreu e de João Ribeiro. E’ aliás desses dois mestres da história nacional que deriva a personalidade integral desse historiador que, com esta obra, dá uma magnífica prova de seu vigor e de seu preparo”. Quanto a Joaquim Ribeiro, filho e discípulo do grande mestre que foi João Ribeiro, e autor do plano geral da obra, já é um nome de autoridade no domínio do folclore e dos estudos históricos. E’ ilustrada com doze estampas, escolhidas na documentação iconográfica do período da ocupação holandesa, no século XVII.

Feijó e a primeira metade do Século XX — Alfredo Ellis Jr. — Companhia Editora Nacional.

De todas as figuras políticas da primeira metade do século XIX nenhuma, depois de José Bonifácio, o patriarca, adquiriu maior relevo na época nem despertou maior interesse histórico do que a do Padre Diogo Feijó. Foi uma força de organização e de disciplina que se instalava no poder, para dominar a desordem, com todos os recursos de combatividade, de energia e de resistência moral que davam à sua personalidade a armadura sólida dos grandes homens de ação. Era um energia em atividade, que se comprazia em abater obstáculos e a que as oposições, em lugar de lhe quebrarem o impulso, traziam mais vigor e rapidez e uma consciência mais viva de si mesma e de seus recursos. Feijó, uma das maiores figuras da Regência, foi um construtor da nação. O sr. Alfredo Ellis Junior, paulista como o Pe. Feijó e empolgado pela força de sedução que se desprende dessa figura singular, atirou-se a essa empresa, tão tentadora como difícil: traçar-nos o retrato de Diogo Feijó, apanhado ao vivo, na plenitude da ação e movendo-se na luta dos partidos e na direção suprema do país. Não se trata de uma simples biografia, em que se desenrolasse, friamente, entre dados e informações a vida do eminente brasileiro, desde as suas origens modestas, até a sua morte, com escala pelos episódios mais importantes de sua agitada vida política. O sr. Alfredo Ellis Junior transmite a todas as páginas dessa obra a vibração de seu entusiasmo. Estuda o homem e a época em que viveu; analisa e compara; exalta-se das iniciativas e do sucesso de sua política construtora e move-se ao evocar a morte do grande li-

dador, na madrugada de 10 de novembro de 1843. A admiração tem cores vivas e quentes, e é com essas cores que o historiador procurou reconstituir, nos seus mais belos quadros, a vida ilustre do Regente Feijó.

O Brasil em face dos Imperialismos Modernos — Osório da Rocha Diniz — Companhia Editora Nacional.

O autor da "Política que convém ao Brasil", — vol. 96 desta coleção, dá-nos agora outra obra, orientada no mesmo sentido e denominada pelo mesmo espírito: "O Brasil em Face dos Imperialismos Modernos". Depois de estudar o papel dos metais e dos combustíveis nas civilizações passadas e futuras, escravidão dos povos e a formação dos impérios, se prende à questão vital das fontes de energia e de matérias primas, dá um balanço rápido, mas seguro, aos principais problemas brasileiros. O carvão, o petróleo, o ferro, eis as fontes de engrandecimento dos países, como a Inglaterra, cuja superindustrialização provém do carvão e do ferro, ou dos Estados Unidos que foram colocados na vanguarda das nações pelo carvão, pelo petróleo, e pela utilização das quedas d'água, como fontes de energia elétrica. E' com as indústrias que os povos dominam e dirigem o mundo, e não há organização industrial, durável e sólida, sem os combustíveis, as quedas d'água e o ferro. No Brasil, se nos falta o carvão, as quedas d'água que possuímos bastarão, se aproveitadas, para fornecer a energia elétrica a todas as indústrias do país. É, entre nós nas montanhas de Minas, que se encontram as maiores jazidas de minérios de ferro existentes no mundo. Mas as fontes de

energia hidroelétrica, de tamanha importância para o Brasil, estão dominadas pelo imperialismo estrangeiro. O que é preciso é industrializar o Brasil e “nacionalizar” as indústrias básicas da economia nacional. Esta é, em última análise, a tese que o autor defende no seu novo livro, a que não falta, ao lado de informações, cálculos e dados estatísticos, o sôpro de vibração de um patriotismo sadio e construtor, atento a todos os problemas do Brasil em face dos imperialismos modernos.

O General — C. S. Forester — Tradução de Gino Luiz Servi.

Este singular romance histórico, cuja concisão lhe dá feições de crônica, é a descrição da vida do célebre General Curzon, soldado escrupuloso e perfeito.

Valentia, senso absoluto do dever, capacidade profissional fundem-se nele com fraquezas humanas que chegam às raias da mesquinhez. Renunciando às suas origens humildes, casa-se com a filha dum duque. Permite a fortuna que achasse em Lady Emily a mais afetuosa e devotada das espôsas.

Isso não impede, entretanto, que seu gesto tenha ressaibos de arrivismo, porque a este matrimônio, deverá, em parte, sua rápida e brilhante carreira.

Oportunista em mais de uma ocasião, severo, algumas vezes a ponto de ser deshumano, o General Curzon permanece, contudo, uma figura inconfundível e em tudo e por tudo digna dos grandes modelos do seu gênero.

C. S. Forester — pseudônimo sob o qual se oculta um insigne crítico e escritor de assuntos militares — revela-se,

neste estudo de caráter, um romancista de primeira água.

A tradução brasileira, realizada por Gino Luiz Servi, é por todos os títulos excelente.

O volume, com bela capa do Prof. João Fahrion, faz parte da Coleção Nobel, da Livraria do Globo, de Porto Alegre.

Férias de Natal — W. Somerset Maugham Tradução de Leonel Vallandro.

“Férias de Natal” é um livro que fascinará todos os leitores que gostam de uma história bem contada. Excluindo-se os tons profundos do livro, o autor foi completamente absorvido em sua narrativa, contando-a como só ele o sabe fazer. Há uma “história dentro da história”, no pecado e expiação de Robert Berger, criminoso insignificante e assassino convicto, uma história em que o leitor conhece Lúcia, a mulher perdida, e Simon, o fanático revolucionário; uma história que abrange a respeitabilidade da classe média francesa, o sub-mundo, a polícia, as côrtes de justiça e que finalmente termina na Ilha do Diabo.

Segundo os críticos autorizados, “Férias de Natal” possui o mesmo estilo brilhante que caracteriza os livros de Somerset Maugham, sendo no entretanto um romance “muito mais profundo, mais oportuno, mais palpitante, e mais necessário de ser lido”. E concluem, dizendo: “É o seu melhor romance nos últimos 24 anos!”

A tradução brasileira, feita diretamente do original inglês (*Christmas Holiday*), foi realizada com raro brilho por Leonel Vallandro.

O volume, ostentando uma belíssima capa do Prof. J. Fahrion, faz parte da Coleção Nobel, da Livraria do Globo, de Pôrto Alegre.

Coletânea Literária — (1868-1922).
— Ruy Barbosa — Companhia
Editora Nacional.

Já em 4.^a edição, organizada, anotada e prefaciada pelo sr. Batista Pereira, apresentamos ao público a magnífica “Coletânea Literária” de Ruy Barbosa. O leitor encontrará neste livro, cuidadosamente selecionados, alguns dos melhores trechos de Ruy, recolhidos de seus escritos e discursos. Belas páginas sobre a abolição, a religião e o Estado, fatos de nossa história, grandes problemas da política internacional e nacional. Em suma, uma antologia inteligente, cuja leitura, além das mais agradáveis, é sobremodo útil para todos os que desejam ter boa formação literária.

A Psicologia da Fé — P. Leonel
Franca S. J. — Companhia Edi-
tora Nacional.

O conhecido filósofo católico borda neste grande e profundo ensaio as mais expressivas considerações sobre a psicologia da fé, o seu nascimento no coração e no espírito do homem, as suas altas finalidades e a sua relação com o divino. Ensaio inteiramente novo, que não encontra analogia com nenhuma outra obra, nem nacional, nem estrangeira. “A Psicologia da Fé” honra a cultura brasileira e tem por isso, lugar de destaque na “Coleção Cristiana”, que é uma verdadeira biblioteca do pensamento católico. 4.^a edição.

“Anos de Decisão” — Oswald
Spengler — Edições Meridiano
— Pôrto Alegre.

Este livro pode ser considerado um volume complementar do monumental “A Decadência do Ocidente”, de Spengler. É uma obra de uma importância mui genuína: reafirmando sua famosa tese de que a cultura ocidental está em declínio, Spengler acredita em que a próxima década virá a ser com toda a probabilidade “os anos da decisão”. O momentoso problema de toda a nossa civilização é assim agudamente trazido do domínio da especulação para a arena do presente imediato.

No seu prefácio a este livro, o filósofo pinta com pinceladas inexoráveis a crise com que se defronta a civilização Ocidental. Não está na Guerra Mundial, nem nos nossos males inerentes ao sistema capitalista, nem na era da máquina, nem na superprodução e fonte de nossos males presentes. Todas essas desgraças, insiste Spengler, são fenômenos superficiais. O mal verdadeiro tem mais de dois séculos de idade: é o desenvolvimento da idéia democrática com suas consequências lógicas: o liberalismo, o socialismo, o comunismo e o bolchevismo. O erguimento das massas a que Spengler chama “A Revolução Branca” significa a degradação da sociedade — primeiro cultural, depois política e economicamente. Só uma volta ao “Prussianismo” — aos ideais negligenciados da virtude militar, à dedicação sem egoísmo ao Estado, à disciplina — podem trazer esperança de salvação. Spengler vê perigo para as raças brancas não apenas internamente mas perigo que vem de fora: A Rússia tornou-se asiática, diz ele; o Japão se está preparando para dominar o Pacífico; e se o mundo branco não se livra

de seus males, o próximo século nos trará “A Revolução de Côr”, que há de destruir os brancos.

Embora a tese geral de Spenpler não seja desconhecida dos leitores de “A Decadência do Ocidente”, nunca foi ela antes exposta de um modo tão ligado à realidade, ou numa tão íntima relação com o mundo dos fatos.

Um grande filósofo e pensador lança neste livro um desafio a que nenhuma pessoa de inteligência pode ficar indifferente: “Anos de Decisão” ficará como um dos livros mais agitadamente controvertidos de nosso tempo.

A excelente tradução brasileira, feita diretamente do original alemão, foi realizada por Herbert Caro.

Semana da Pátria — Gilberto Miranda — Ilustrações de João Mottini — Edição da Livraria do Globo — Pôrto Alegre.

“Semana da Pátria”, de Gilberto Miranda, é um verdadeiro catecismo cívico destinado à infância brasileira.

Escrito com imensa graça, muita leveza e extraordinária vivacidade, este livro ensina proveitosamente às crianças, na forma de interessantes diálogos entre pai e filho ou professor e aluno, os principais acontecimentos da história brasileira relacionados com a independência pátria.

Acresce, ainda, que esses diálogos são quase todos altamente vitalizados por magníficas ilustrações a côres da autoria de João Mottini, um futuroso desenhista riograndense.

“Semana da Pátria” contém, do mesmo modo, inúmeras composições patrióticas dos mais notáveis poetas brasilei-

ros, tais como Olavo Bilac, Casimiro de Abreu, Raimundo Corrêa, Augusto de Lima, Gonçalves Dias, Alberto de Oliveira, D. Aquino Corrêa, Bernardo Guimarães, etc.

O volume, cartonado e com 140 páginas, apresenta-se com uma belíssima capa colorida.

O Agente Britânico — W. Somerset Maugham — Edição da Livraria do Globo.

Nada terá talvez interessado tanto a opinião pública mundial quanto a misteriosa instituição do “Intelligence Service” inglês. Nenhuma das congêneres, alemã, russa, francesa, italiana, impressiona tanto quanto aquela, cuja ação repousa as mais das vezes na inteligência sutil do que na violência brutal.

Somerset Maugham, em “O agente britânico”, corre ligeiramente o véu que encobre os mistérios alucinantes do “Intelligence Service”.

Um escritor inglês, Ashenden é recrutado pelo estranho Cel. R... para integrar a legião dos obscuros e abnegados obreiros da grandeza britânica e é ele quem nos conta as peripécias do jôgo em que, não raro, a parada é uma vida humana. Miss King, o Mexicano Calvo, Mr. e Mrs. Caypor. Mr. Harrington e Anastasia Alexandrovna são os representantes de uma humanidade que defrontamos continuamente na rua, nos cafés, nos hotéis, nos salões, mas sempre longe de suspeitarmos a sua verdadeira identidade.

Essas criaturas vivem mais perigosamente do que os próprios soldados no “front” porquanto a morte os espreita

particularmente por todos os lados, e, o que é mais doloroso, abate-se sobre elas sem as clarinadas de glórias que coroam os heróis que tombam nos campos de batalha.

Em "O agente britânico" o drama empolga, mas acima d'ele estão os traços como o mestre individualisa suas personagens. Estes maravilham, consagrando o autor como um artista excepcional e um psicólogo profundo. E iluminando as sombras da ação, há um "humour" que dá um colorido admirável àquelas páginas fortes.

"O único defeito d'este livro é não ter um segundo volume", suspira o leitor ao virar a última fôlha.

A tradução de "O agente britânico", fiel e impecável, foi realizada por Vidal de Oliveira, o mesmo tradutor de "Admirável mundo novo", de Aldous Huxley.

O volume, com uma excelente capa executada pelo prof. João Fahrion, faz parte da Coleção Nobel, da Livraria do Globo, de Porto Alegre.

Itinerário de Paris — Dante Costa
— Companhia Editora Nacional.

Os livros de viagens, quando bem feitos, formam um dos gêneros literários mais úteis e agradáveis, e, por isso mesmo, é um gênero que dispõe de largo prestígio entre as pessoas que gostam de ler. Dante Costa, tão conhecido pelos seus trabalhos científicos e literários, teve a boa idéia de dar ao público brasileiro um livro que condensasse as observações colhidas durante a sua recente estada em Paris. Foi com rara felicidade que ele conseguiu fixar em 200 páginas o que há de mais humano e eterno na vida da grande cidade. A crítica não tem poupado elogios ao trabalho do sr. Dan-

te Costa e o seu "Itinerário de Paris" tem sido apontado como um dos melhores livros de viagens publicado nestes últimos anos.

A Ciência da Natureza Humana —
Alfred Adler — Companhia Editora Nacional.

Este livro é uma tentativa para divulgar entre o povo os fundamentos da Psicologia individual. Não é um tratado exhaustivo de psicopatologia, e sim uma introdução ao estudo dos multiformes problemas das nevroses em linguagem acessível aos adultos instruídos. Será porém para os adultos de inteligência normal que "A Ciência da Natureza Humana" apresentará o interesse mais vivo. Infelizmente, o preceito de Sócrates "conhece-te a ti mesmo" não foi acompanhado dos esclarecimentos sobre o modo de se conseguir esse conhecimento. Somente séculos depois da morte do ateniense é que um profundo pensador, um grande médico e maior ainda conhecedor da alma humana, reúne os frutos de sua experiência e publica um manual e um guia para esse conhecimento de nós mesmos iguais e de nós mesmos. E' este manual que apresentamos aqui. Volume 2.º da série II — Ciência — da Biblioteca do Espírito Moderno. Tradução de Anísio Teixeira e Godofredo Rangel.

O Processo Dreyfus — Paul Richard — Tradução de Argeu Ramos — Edição da Livraria do Globo — Porto Alegre.

O sensacional processo Dreyfus, que comoveu profundamente a França, supreen-
dendo a todo o mundo, parece destinado

a tomar ainda maiores proporções com o correr dos tempos, uma vez que a sua extraordinária projeção foi muito além dos limites imaginados.

Desde que o caso estalou, em 1894, tem êle provocado uma enorme e geral emoção. A acusação de que um oficial do exército francês, membro do Estado-Maior, era um espião a serviço da Alemanha — êste era o crime atribuído ao capitão Alfredo Dreyfus — scandalizou o mundo inteiro.

Êste livro relata serenamente a história de todo o processo — o mais famoso e sensacional da idade contemporânea, e que durou de 1894 até 1906, originando nestes 12 anos não só um rosário de peripécias, de intrigas, maquinações, golpes teatrais, lágrimas, dores e crimes, mas também fazendo surgir belos exemplos de abnegação e de generosidade.

Aquí se encontram fixados de forma patética os dramáticos acontecimentos que prenderam a atenção universal, e que ainda hoje são lidos e recordados com enorme e profundo interesse. O volume contém a tremenda carta de Emílio Zola "Eu Acuso!", um documento célebre através dos tempos. E toda a trama urdida para condenar como traidor o capitão Dreyfus, a luta entre as duas facções que se estabeleceram, o calvário de Dreyfus na Ilha do Diabo, os três processos a que foi submetido para finalmente ser absolvido, tudo isto está relatado neste sensacional documentário histórico, de leitura emocionante como uma boa novela.

"O Processo Dreyfus", cuja excelente tradução se deve a Argeu Ramos, veio enriquecer sobremodo a coleção "Os Grandes Processos da História" que a Livraria do Globo está publicando.

Maravilhas do Conhecimento Humano — Henry Thomas — Edição da Livraria do Globo.

O mundo em que vivemos está repleto de milagres. Não nos apercebemos desses milagres porque são por demais abundantes. Suponhamos que, durante toda nossa vida, só vissemos um pôr-de-sol, ou um só céu noturno tachonado de estrelas. Quão maravilhados ficaríamos diante do espetáculo! Imaginemos que, no mundo inteiro, só ouvíssemos um pássaro inundando a floresta com seu canto, ou só vissemos uma flor abrindo as pétalas ao sol. Quanto teriam nossos corações palpitado diante dessas maravilhas!

Imaginaí que vimos o milagre do crescimento de uma geração condensado no espaço de poucos minutos. Colocai no solo uma semente e diante de vossos olhos começa ela a abrir caminho para a superfície, lança uma folha, aponta uma haste, desabrocha em flor, e amadurece em fruta. Que maravilhosa manifestação do poder que faz as coisas viverem, crescerem e florirem! Deixamos de verificar o milagre, porque êle ocorre diante de nós, de maneira lenta. Não se lança sobre nossos sentidos de uma forma concisa e dramática.

Para que possamos apreciar o milagre do mundo em que vivemos, é necessário dramatizá-lo. E é êste, precisamente, o o propósito de "As maravilhas do conhecimento humano". Henry Thomas tenta exhibir aquí os estranhos, os curiosos, os espetaculares, enfim, os dramáticos elementos da história, ciência, da natureza, da literatura da arte da religião e da filosofia.

“As maravilhas do conhecimento humano” tem, por, um duplo propósito: dar informações a respeito do mundo e despertar a admiração por ele.

E' grato, neste momento em que vemos a velha Europa convulsionada pela mais terrível das guerras, nesta época de ataques relâmpagos, de paraquedistas, ver um escritor americano fazer um livro tão bom como este. Na quietude dum gabinete é grato ler uma obra destas. Através de suas páginas entramos na intimidade duma porção de cousas. Por intermédio dela, tomamos conhecimento de vários aspectos da vida. Da vida de ontem, da vida de hoje e da vida de amanhã.

Oscar Mendes, que se incumbiu da tradução, escreveu capítulos referentes à história e à literatura brasileiras. Teve presentes as mesmas exigências que presidiram à elaboração dos demais capítulos da obra original, de maneira que conseguiu conservar, não só o caráter de modernidade mas ainda de síntese e independência. Com esta adaptação, “As maravilhas do conhecimento humano” tem igualmente em seu favor uma série de páginas relativas ao mundo brasileiro, que, ao lado dos outros capítulos copiosos de indicações diferentes e sucintos pela multiplicidade de matérias abordadas proporcionam um rápido, mas adequado bosquejo do que se poderia resumir a nosso respeito.

Dezenas de fotografias documentam inúmeras passagens dos textos de “As maravilhas do conhecimento humano”, obra ora editada, em português, da Livraria do Globo, de Porto Alegre, em dois grossos volumes com sugestiva capa de Edgar Koetz.

História Social do Brasil — 2.^o tomo — (Espírito da Sociedade Colonial — Pedro Calmon. — Companhia Editora Nacional.

Este — um novo ensaio destinado a tornar compreensíveis as instituições sociais, os costumes e a cultura do país, no tempo do império. E' uma série de painéis, o estudo do país, do povo, dos regimes e suas crises, das atividades criadoras e dos fatores que, entre 1822 e 89, deram grandeza e equilíbrio ao império. Este tomo, que continua o que tem o subtítulo de *Espírito da Sociedade Colonial*, publicado nesta mesma coleção sob o número 40, vem indicar novos rumos, sugerir e expor interpretações, em uma das mais brilhantes, senão a mais bela e sugestiva síntese da sociedade imperial. Edição ilustrada.

Pseudônimos Brasileiros — Antonio Simões dos Reis.

Valiosa contribuição ao estudo de nossas letras acaba de fazer o conhecido bibliógrafo. Sr. Antonio Simões dos Reis, com o primeiro volume de “Pseudônimos brasileiros”, obra de pesquisa paciente que vem trazer aos estudiosos de nossa literatura um subsídio dos mais úteis, por isso que permitirá a identificação dos nossos escritores que amavam esconder-se sob o disfarce dos pseudônimos. O Sr. Antonio Simões dos Reis, com esse novo trabalho, torna-se merecedor dos maiores aplausos; de trabalhadores da sua estirpe necessitam as nossas letras, para que um dia, libertadas de lendas e confusões, possam ter realmente uma verdadeira História de seus movimentos.

Jean Christophe — Romain Rolland — Edição da Livraria do Globo.

“Jean Christophe” de Romain Rolland, que conquistou em 1916 o Prêmio Nobel de Literatura, é uma obra biográfico-psicológica que discute os movimentos intelectuais, artísticos e todas as múltiplas facetas da atividade humana dos nossos dias. “Nada do que já foi dito ou pensado da vida poderá ser aceito sem antes ser confrontado com a vida de Jean Christophe”.

Jean Christophe, um gênio musical de nobre caráter, revolta-se contra a vergonha e a hipocrisia, procurando sinceramente a verdade na literatura, na política, na sociedade e na música. Odiado pela inepedência do seu pensamento, após uma discussão sobre militarismo, é obrigado a fugir da fronteira alemã para a França. Em Paris, prossegue na luta pelo reconhecimento de seus elevados ideais, passando em revista a vida, a moral, os costumes e a música francesa. Suas relações com um jovem casal oferecem ensejo para um profundo e estranho estudo sobre o amor, casamento e felicidade conjugal.

“O Destino da Espécie Humana” —
H. G. Wells — Biblioteca do
Espírito Moderno. Cia. Editora
Nacional — São Paulo — 1941.

As alterações da vida moderna em relação à vida antiga — velocidade, cinema, rádio, etc. — acabaram por estabelecer certa confusão sobre o destino humano. Para onde marcha o mundo? Que é a democracia? Onde está a democracia? Eis perguntas correntes, e a elas e muitos outros problemas atuais —

judaismo, comunismo, nazismo, resistência chinesa, dominação britânica, Rússia, totalitarismo, religião, ciência — Wells responde com um raciocínio claro, nascido da sua observação direta da vida.

Wells conta uma idade avançada atualmente. Ele veio dos fins do século passado, quando o homem julgava ter atingido a uma era de felicidade perpétua, e hoje vive, com uma lucidez de gigante, os problemas da hora presente.

Pediram-lhe em Londres para expor, de maneira simples e clara, a realidade da situação humana nos tempos que correm. “O Destino da Espécie Humana”, por tudo isso, é, talvez, a obra mais interessante de Wells. É um livro que guia o homem moderno por entre a floresta de problemas que ele criou e que tanto o atormentam.

“Educação e a vida Perfeita” —
Bertrand Russell — Biblioteca do
Espírito Moderno. Cia. Editora
Nacional — São Paulo — 1941.

Alguns filósofos modernos estão realizando uma grande obra de integração da filosofia no meio do povo. É que a filosofia de Bertrand Russell, por exemplo, que é a grande figura da filosofia contemporânea, — vamos tomá-lo como paradigma — não prescinde dos dons literários. A filosofia é agora escrita de maneira sutil; o pensamento, por ser nobre, não precisa se esconder no hermetismo só grato aos iniciados.

É justamente de Bertrand Russell o novo livro da Biblioteca do Espírito Moderno, da Companhia Editora Nacional (vol. 6) e é a primeira tradução feita em nosso país de qualquer livro do grande filósofo: “Educação e a Vida Perfeita”. Neste livro, Bertrand Russell ex-

põe as bases da sua filosofia e as suas relações com a educação infantil. O seu pensamento nasceu da observação das crianças e das relações entre pais e filhos. É um pensamento vivo. É a expressão de idéias sugeridas pelo próprio contacto enriquecedor da vida a filosofia de Bertrand Russell, uma filosofia despidida de sectarismo e alheia a dogmas e a preconceitos.

“Educação e a Vida Perfeita” divide-se em três grandes partes: “Teoria Educacional”, “Educação do Caráter” e “Educação Intelectual”. Antes de considerar como educar, temos que ver quaes são os objetivos em mira. Eis a grande finalidade dêste livro do grande filósofo e educador da língua inglesa.

A História do Oceano Pacifico —
Hendrik Willem van Loon. —
Tradução de Lauro G. Freitag
— Edição da Livraria do Globo.
— Pôrto Alegre.

A história do Oceano Pacifico e do mundo maravilhoso de suas ilhas, desde a prehistória até os nossos dias — apresentada por van Loon, o grande divulgador de conhecimentos — eis o que o leitor encontrará neste livro fascinante, escrito num estilo original e personalíssimo.

Somente van Loon, que é um penetrante observador, poderia ser bem sucedido ao tentar escrever esta história. Ele em pessoa percorreu a rota dos exploradores e navegadores antigos, pesquisando os mistérios do mais profundo dos oceanos e que os cientistas acreditam ser o berço da Lua, observando “in-loco” a sua importância e significação para as relações dos povos.

Numa exposição de admirável clareza e simplicidade, van Loon conduz o leitor

através do Canal de Panamá, falando da civilização e dos empreendimentos dos primitivos polinésios que viajavam em canoas milhares de milhas sobre a vastidão dos mares; depois, relata os feitos gloriosos de Tasman, Magalhães, Balboa, Capitão Cook e outros audazes exploradores e do sentido de suas descobertas; finalmente, leva o leitor de ilha em ilha instruindo-o sobre os costumes dos nativos e sobre a importância comercial e estratégica de várias regiões.

“A História do Oceano Pacifico” é, pois, um livro escrito diretamente na fonte de inspiração; suas páginas refletem constantemente o drama fascinante do maior dos oceanos.

Geografia, história, aventura, romance e filosofia — tudo o leitor encontrará neste volume, que reúne tôdas as maravilhosas qualidades e atrativos revelados por van Loon em “O Mundo em que Vivemos”, “História da Humanidade”, “Navios”, “América” e “As Artes”.

A tradução brasileira, feita diretamente do original norte-americano “The Story of the Pacific”, foi realizada por Lauro G. Freitag.

O volume, fartamente ilustrado pelo próprio van Loon, faz parte da excelente coleção “Tapête Mágico”, da Livraria do Globo, de Pôrto Alegre.

Confissões dum Médico de Senhoras — Dr. Frederic Loomis —
Tradução do dr. Fábio de Barros
— Pôrto Alegre.

Depois do imenso sucesso de “O Livro de San Michele” e “A Odisséia de um Médico Americano” — êxito que ainda persiste — a Livraria do Globo apresenta outra obra do mesmo gênero, “Con-

fissões dum Médico de Senhoras”, na qual o Dr. Frederic Loomis, eminente médico ginecologista e parteiro, enfeixou uma série de memórias da sua vida e do seu trabalho profissional — o que ele aprendeu a respeito das mulheres, e dos homens também.

Noivas embaraçadas, casais contrariados, pais ansiosos, solteironas nervosas — todos trouxeram ao Dr. Loomis problemas mais ou menos complicados que exigiam conhecimentos mais complexos do que a Medicina e a Cirurgia para serem resolvidos.

A tradução brasileira feita diretamente do original norte-americano (Consultation Room), foi executada com rara felicidade pelo dr. Fábio de Barros, o eminente médico riograndense.

A capa do volume, artística e atraente, é da autoria do Prof João Fahrion.

José A. Teixeira — “Folk-lore goiano” — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1941.

A palavra “folk-lore”, não obstante os exóticos fonemas de que se compõe, tem estado, ultimamente, na ordem, do dia, entre nós. Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Gustavo Barroso, Alfredo Gomes e outros pesquisaram, na veia aurífera das lendas e canções populares do Brasil, e deram-nos estudos interessantes, que muito vão contribuindo para a fixação definitiva da fisionomia e do caráter do país. O Sr. José A. Teixeira limitou seus estudos ao Estado de Goiaz, o que não impediu que nos desse uma colheita variadíssima de produções de cantadores e cancioneiros do sertão. O fato de ser um Estado tipicamente central assegura, àquela unidade federativa, natural preservação contra influências

alienígenas — o que torna flagrantes esses esboços de poesia e curiosas essas formas primitivas de arte. Em muitas dessas tradições — as festas dos Reis e do Divino, os “congos” e “moçambiques” — é fácil reconhecer a revivescência de usanças da velha metrópole. Outras, porém, são lendas cuja origem se perde na obscuridade dos tempos, ou se cruza com os outros povos americanos.

Os estudiosos do “folclore” em vários países são unânimes em reconhecer uma fonte comum a essas lendas e tradições de que cada povo julga possuir a exclusividade: é que, afinal de contas, a família humana é uma só e as migrações em vários sentidos disseminaram a semente dos racontos populares que em toda parte florescem, com maior ou menor beleza.

No que toca ao nosso homem sertanejo, há virtudes de espontaneidade e nativa poesia, de que, sem dúvida, podemos orgulhar-nos. E' o que diz o Sr. José A. Teixeira num dos capítulos primeiros de seu interessantíssimo volume: *“Nas excelentes qualidades de memória, de inteligência, de sensibilidade, de nossos cantores se desmente assim o velho preconceito da incapacidade ou inferioridade intelectual do caboclo. As modas, os desafios, as quadras chistosas, afirmam, pelo contrário, a excelência dos atributos intelectuais e estéticos de que é dotado. E que repontam, em todo esplendor, nos cantadores, suas mais cintilantes polarizações”*.

O “Folk-lore goiano” está dividido em três partes essenciais, sendo a primeira dedicada ao “Cancioneiro”; a segunda, às “Lendas e contos” e a terceira às “Superstições e magia”. Entre as crenças e a abusões correntes no grande Estado central vamos encontrar muita coisa idêntica ao que existe no Nordes-

te, ou em certos Estados sulinos. O autor teve o cuidado de separar as produções poéticas consoante seu sentido ou finalidade própria: assim é que temos, aqui, sucessivamente, o “ciclo religioso”, o “ciclo eleitoral” (em que se glosam hábitos e defeitos dos tempos políticos que já se foram) e outros que bem assinalam a riqueza da obra e a farta colheita de material popular feita pelo Sr. José A. Teixeira.

Entre os temas antropomórficos que o autor estuda, vale a pena referir o “Ciclo do mutirão”, que lembra outras usanças populares de diferentes regiões do mundo (notadamente, a Bretanha, a que a filia o autor). O “Ciclo do mutirão”, como as obras congêneres, nasceu do impulso popular que atribue a animais, plantas e outros seres da Natureza, qualidades ou sentimentos humanos. Como as outras

da sua família o “Ciclo do mutirão” é uma cantiga destinada a aligeirar as horas do trabalho da nossa gente do interior — e tem, pois, a mesma finalidade das “Erusséries de chanvre”, das “Causées de pomme” e outras cantigas dos povos europeus ricos em tradições desse gênero.

As composições poéticas em forma de abecedário são comuns em Goiaz, como em outras regiões do Brasil. O “Casamento do tucano com a gralha” é característico desse gênero, tão do gosto dos nossos cantadores e troveiros do sertão.

Não há exigir gramática, nem primores de arte poética, nesses ingênuos versos do nosso povo do interior — mas, através deles, muito se pode aferir do que sente a alma popular brasileira, e é a esse título que o livro do Sr. José A. Teixeira se nos afigura valioso e expressivo.

Revista das Revistas

NATURAL HISTORY — Do American Museum of Natural History, de New York, recebemos os n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 do vol. XLVII, de *Natural History*, magazine científico do referido museu.

Constitúe o referido magazine um repositório de esplendidos trabalhos científicos que têm por cenário a natureza, em todos os seus múltiplos aspectos. É uma publicação de vulto, de divulgação científica intensiva, de meritos indiscutíveis.

Entre os artigos do n.º 1, destacamos "How Dangerous Is the Jungle?", em que um viajante e caçador faz observações inspiradas sobre os hábitos dos animais e dá indicações perspicazes sobre como proceder em safári ou caçada; "Talk-without-talk", por Robert Hofsinde, em que é feita uma demonstração, ilustrada por uma série de esplendidas fotografias, sobre a linguagem mímica dos índios norte-americanos. Do n.º 2, "Saa comes of age — Life-history of a Mandril", por G. H. H. Tate, em que o autor estuda os hábitos do Mandril, o mais singular, em aspecto, dos membros da grande família dos macacos, que vive no

mais profundo das florestas da África ocidental, cujos hábitos pôde observar intimamente, por ocasião duma expedição do American Museum of Natural History; "A Dinosaur Walks into the Museum", por Roland T. Bird, em que se relatam os trabalhos que lançaram nova luz sobre os hábitos e aparências dos mais gigantescos animais que vaguearam sobre a Terra, cujas maiores pegadas jamais descobertas foram colocadas em exposição no American Museum; "The mystery of the Fig", por Paul Bulla, em que o autor mostra o modo de fecundação das flores dos *Ficus* (Figos) e os costumes do seu mais habitual agente, uma minúscula vespa. Do n.º 3, "The Friendly Desert", por Charles Alma Byers, em que o autor faz um estudo sobre a vegetação dos desertos; "Canine fishermen", por E. W. Gudger, sobre alguns cães pescadores; "Mystery People of the Arctic", por Froelich G. Rainey, em que se apresentam os resultados de excavações efetuadas numa "metropole ártica", situada na provável rota migratória da Ásia para a América, excavações que revelam uma cultu-

ra antes desconhecida, que teria existido nas orlas nordicas de nosso continente, cultura essa provavelmente mais antiga que as civilizações Astéca e Máia. Do n.º 4, "Latchkey to a Savage Tribu", por Richard Archbold e A. L. Rand, um relato das peripecias duma expedição do American Museum ao grande vale das montanhas da Nova Guiné, onde vivem nativos que, sem terem conhecimento anterior do homem branco, cerimoniosamente receberam os membros da expedição e convidaram-n'os a residir permanentemente em seu meio. Do n.º 5, "Pearl Divers", por Roy Waldo Miner, um relato de uma expedição do American Museum ao Pacifico sul, para obter material e dados para um novo grupo no hall da Vida Oceanica, mostrando as atividades submarinas dos Polinésianos nativos, em sua tradicional procura de tesouros, nas

profundidades; "A tiny army fights the Japanese Beetle", por Julian J. Chisolm II, que mostra como o homem combate eficazmente o terrível inimigo dos jardins, que é o escaravelho, cultivando um seu mui proximo mas inofensivo parente, uma fragil vespa, que empreende um curioso combate subterraneo, contra as larvas do primeiro, em cujo ventre deposita seus ovos, de modo que, enquanto sua larva cresce, devora progressivamente a larva do escaravelho, até consumi-la completamente.

A todos os consócios que se interessam pelo estudo das ciencias naturais aconselhamos a leitura deste maravilhoso magazine, pois reais proveitos auferirão, sem duvida, do contáto com tão extraordinaria obra de divulgação científica.

C. P. C.

Vocabulário Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul — Esclarecimento necessário e retificação que se impõe — O Arroio Invernada recebe o Moirões como afluente.

Esta Revista, em seu número 82 — Ano XXI — de junho de 1941, publicou o Vocabulário Geográfico do Estado, elaborado pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição central do Conselho Nacional de Geografia.

O trabalho foi apresentado ao III Congresso Sul Rio Grandense de Geografia e História, realizado em novembro de 1940, em Pôrto Alegre, merecendo expressiva aprovação.

Entretanto, o Vocabulário, *conforme bem esclarece o seu prefácio*, foi elaborado com base exclusiva nos mapas municipais que as Prefeituras apresentaram ao Conselho Nacional de Geografia, por força do decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938; nessas condições, o trabalho comporta revisões e acabamentos, resultantes não só da consulta a outras fontes, além dos referidos mapas municipais, como também das correções a que estão sujeitos estes mesmos mapas, em consequência do exame crítico que neles está sendo feito.

Acresce ainda que, elaborado às pressas afim de figurar no certame riograndense de 1940, a primeira apresentação do Vocabulário não menciona os nomes anteriores de localidades e acidentes, recentemente mudados, cuja referência é indispensável porquanto o seu uso ainda não foi eliminado, na linguagem corrente.

Diante do exposto, o Vocabulário em aprêço não vale como obra definitiva, e sim como um ensaio-homenagem à cultura riograndense, elaborado com empenhamento, para figurar na reunião do III Congresso Sul Rio Grandense de Geografia e História.

Portanto, antes de aparecer o Vocabulário, em sua forma definitiva, surgirão, aqui e acolá, senões que serão apontados, com maior ou menor repercussão.

Agora mesmo, uma retificação se impõe, com relação ao rio Invernada.

Conforme estudos realizados no Rio de Janeiro, pela repartição central do Conselho em colaboração com o departamento técnico do Ministério das Relações Exteriores, verificou-se um engano no Vocabulário em aprêço, pelo qual se dá o arroio Invernada como afluente do Moirões, quando ao contrário o Invernada é o curso principal que recebe o Moirões como tributário.

Essa retificação foi recomendada pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, e ela vale por si e também como advertência, que a presente nota bem focaliza, isto é, de que o Vocabulário publicado não deve ser considerado como estando em forma definitiva.

Em 5 de novembro de 1941.